



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Relatório & Contas

2014



FICHA TÉCNICA

Título

Relatório e Contas 2014

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

50 exemplares

ISSN 0872-1610

ISBN 978-989-25-0340-0

Depósito Legal nº 79235/94

Periodicidade Anual

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2015*

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

Índice

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	5
Apresentação.....	7
Introdução.....	9
A - Descrição da Atividade do INE em 2014	13
1. Desenvolvimentos da Atividade Estatística	15
1.1. A Atividade Estatística e o Impacto na Sociedade	15
1.2. Metodologia Estatística e Tecnologias de Informação e Comunicação	17
1.3. Recolha de Informação	23
1.4. Produção Estatística	29
1.5. A Difusão e a Procura de Informação Estatística	49
1.6. Cooperação Estatística Internacional.....	57
1.7. Gestão da Qualidade	61
1.8. Auscultação dos Utilizadores de Informação Estatística.....	63
1.9. Balanço Social 2013 - Análise Sintética	73
B - Contas e Demonstração de Resultados	81
1. Recursos Financeiros.....	83
1.1. Óptica da Contabilidade Pública	83
1.2. Óptica da Contabilidade Patrimonial	84
2. Situação Económica e Financeira	85
2.1. Balanço e Situação Patrimonial	86
2.2. Demonstração dos Resultados - Custos e Proveitos.....	86
2.3. Investimentos	88
2.4. Proposta de Aplicação dos Resultados.....	88
3. Outras Informações	89
3.1. RCM nº 155/2005 (nº9), de 6 de outubro	89
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	91
MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	95
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	103
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	107

RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



Relatório e Contas | **2014**



APRESENTAÇÃO

O presente Relatório, que acompanha a apresentação das Contas relativas ao exercício financeiro do ano de 2014, visa apresentar os aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida pelo INE e analisar os principais pontos da execução financeira explanada nas Contas e respetivos anexos.

Uma análise mais detalhada da execução da atividade do INE será apresentada no **Relatório de Atividades**.

O presente documento está organizado em duas partes:

- Na primeira parte, faz-se uma apresentação sintética do conjunto da atividade exercida pelo INE ao longo de 2014: descrevem-se os aspetos mais relevantes da produção desenvolvida nas áreas estatísticas a que foi dado maior destaque no Plano de Atividades; enunciam-se as principais atividades na área da recolha e difusão de informação; faz-se referência às principais atividades no âmbito da Coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como ao nível internacional; caracterizam-se, ainda, os Recursos Humanos do INE, à data de 31 de dezembro de 2014;
- Na segunda parte, apresentam-se as contas, bem como as demonstrações financeiras e respetivos anexos, elaborados em conformidade com o Decreto-Lei Nº 232/97, de 3 de setembro, diploma que aprova o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da atividade estatística do INE em 2014 continuou a ter como enquadramento o *Programa Estatístico Anual da Comissão* e o *Plano de Atividades do INE para 2014*, documentos operacionais para as estratégias de médio prazo, europeia e nacional, respetivamente, no “Programa Estatístico Comunitário para as Estatísticas Europeias” e nas “Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial” (LGAEO) 2013-2017.

Os objetivos definidos para o INE, no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2014 (QUAR), avaliados no contexto do presente relatório, tiveram naturalmente em consideração a Missão do INE, a sua Visão, as LGAEO e o Plano de Atividades 2014:

Objetivos de Eficácia

O1: Consolidar a oferta de informação estatística oficial e alargar a respetiva acessibilidade;

O2: Aumentar a literacia estatística no seio da sociedade;

O3: Preparar adequadamente o *Peer Review* ao Código de Conduta para as Estatísticas Europeias;

O4: Manter, na medida dos recursos disponíveis, a cooperação estatística (de qualidade) com os países da CPLP.

Objetivos de Eficiência

O5: Prosseguir a introdução de modos de recolha tecnologicamente evoluídos e amigáveis para o respondente;

O6: Alargar a apropriação de dados administrativos para fins estatísticos;

O7: Prosseguir a modernização das infraestruturas de suporte à produção estatística.

Objetivos de Qualidade

O8: Disponibilizar, em tempo útil, informação estatística oficial de qualidade e relevante para a sociedade.

Do vasto conjunto de atividades desenvolvidas pelo INE ao longo de 2014, são de destacar as seguintes, devidamente identificadas no Plano de Atividades:

a) No âmbito da **redução dos custos e da carga** sobre os respondentes:

- Continuação das iniciativas que visam alargar a apropriação de dados administrativos para fins estatísticos.
- Implementação da nova metodologia de desenho da amostra e de estimação do Inquérito Anual à Produção Industrial, que reduziu em cerca de 2/3 o número de empresas a inquirir. Esta metodologia serviu de âncora para aplicação de metodologias análogas ao Inquérito Anual às Empresas do Comércio e ao Inquérito aos Serviços Prestados às Empresas.
- Alargamento da disponibilização de soluções de Transmissão Automática de Dados nos inquéritos às empresas, permitindo uma simplificação na resposta por parte das empresas, abrangendo, em 2014, 12 inquéritos.

- b) No âmbito da melhoria de eficiência nos **processos de recolha de informação**:
- Renovação da área Weblnq no Portal de Estatísticas Oficiais, modernizando as suas funcionalidades e usabilidade, e alargando o âmbito aos inquéritos a indivíduos e famílias.
 - Disponibilização de formulários eletrónicos para a totalidade das operações de recolha por autopreenchimento.
 - Intensificação da utilização de ferramentas de validação e análise de dados, designadamente o *Business Objects* (BO), bem como dos paradados, durante o processo de recolha (tanto nos inquéritos às empresas e às famílias, como na recolha de preços), permitindo ações corretivas em tempo útil e a melhoria da qualidade dos dados recolhidos.
 - Consolidação da análise dos paradados, que resultou em mais indicadores para conhecimento das condições da recolha (presencial e telefónica), bem como dos padrões de resposta dos entrevistados.
- c) No âmbito da **produção estatística**:
- O processo de implementação do SEC 2010 foi concluído com a concretização da base 2011 das Contas Nacionais Portuguesas. A disponibilização dos resultados da base 2011 repercutiu-se na atualização de um vasto conjunto de informação correlacionada, desde logo Contas Trimestrais, Contas Regionais, Contas Satélite e Procedimento dos Défices Excessivos. Após a concretização da base 2011 das Contas Nacionais, centrada naquele ano e implementada simultaneamente para os anos 2010 e 2011, procedeu-se à retropolação dos resultados, produzindo séries para os principais agregados macroeconómicos para o período 1995-2009.
 - Compilação das Contas Anuais das Administrações Públicas (AP) para o período 1995-2013 tendo por base o SEC 2010 e 2011 como ano base. Foram também compiladas contas trimestrais desde o primeiro trimestre de 1999, coerentes com a nova série de contas anuais.
 - Início da produção e divulgação, numa base mensal, de estimativas de população empregada e desempregada, por sexo e grupo etário, e taxas correspondentes, do Inquérito ao Emprego, a partir do mês de novembro.
 - Realização do Inquérito Nacional de Saúde 2014.
 - Realização de um novo exercício de Projeções Demográficas relativo à População Residente, por idades e sexos, 2011-2060, para Portugal e Regiões NUTS II.
 - Conclusão da realização do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013.
 - Realização do Inquérito à Situação dos Migrantes e seus Descendentes no Mercado de Trabalho.
 - Conceção e divulgação do Inquérito sobre as Perspetivas de Exportação de Bens.
- d) No âmbito da **difusão estatística**:
- 97,8% da informação estatística programada foi disponibilizada no prazo previsto.
 - Redução do padrão de disponibilização das Contas Nacionais Trimestrais de 70 para 60 dias após o final do trimestre de referência, concretizado no 3º trimestre de 2014. Também foi concretizado o objetivo de antecipação do prazo de divulgação das Contas Trimestrais por Setor Institucional, que passou de 90 para 85 dias.
 - Divulgação antecipada das Estimativas da Imigração e da Emigração 2013.

- Divulgação antecipada dos indicadores relativos às Tábuas Completas de Mortalidade por NUTS II e às Esperanças de vida por NUTS III para o triénio 2011-2013.
 - Execução extraordinária das Tábuas Completas de Mortalidade por NUTS III (novas NUTS2013) para 4 triénios: 2008-2010, 2009-2011, 2010-2012 e 2011-2013.
 - Divulgação dos resultados finais do Inquérito à Fecundidade 2013, realizado em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos.
 - Divulgação das estatísticas anuais e infra-aneais de nascidos-vivos, óbitos, casamentos e divórcios de 2013 e 2014, com divulgação de um novo indicador mensal relativo à mortalidade infantil.
 - Divulgação antecipada dos resultados provisórios do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2013, incluindo os resultados do módulo *ad hoc* sobre privação material.
 - Divulgação da Balança Alimentar para o período 2008-2012.
 - Divulgação dos resultados do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional e Índices parciais de Competitividade, Coesão e Qualidade ambiental.
 - Antecipação da disponibilização do Sistema de Contas Integradas das Empresas 2013 (dados provisórios).
- e) No âmbito da **Cooperação estatística**:
- Participação em *task forces* relevantes a nível europeu, designadamente na que preparou a ronda de *Peer Reviews* ao SEE, Visão 2020 para o SEE, SIMSTAT (Single Market Statistics), entre outros.
 - Implementação do Programa da CPLP para Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste, no que se refere ao alargamento da fase 2 (2013) e início da fase 3 (2014/2015).
 - Cooperação com países candidatos e potenciais candidatos ao abrigo do “Instrumento de Assistência de Pré-Adesão” (IPA) à UE.

Salienta-se, ainda, a preparação, com sucesso, dos trabalhos inerentes à concretização da ronda do *Peer Review* 2014/2015 sobre a implementação dos 15 Princípios do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias pelo INE e Entidades com Delegação de Competências (EDC).

O desempenho do INE em 2014 pode ser aferido através dos seguintes indicadores:

- A “Autoavaliação do QUAR 2014”, que atingiu 119,880%, justificando, consequentemente, a proposta de atribuição da “menção de BOM”.
- A taxa de execução global do Plano de Atividades 2014, que se situou em 91,3%, utilizando um volume de efetivos inferior em 4,1% ao planeado e envolvendo uma despesa efetiva inferior ao previsto em cerca de 7,2%.
- A manutenção de níveis elevados de satisfação do cliente/utilizador de informação estatística, medidos através dos inquéritos à satisfação realizados regularmente, os quais registaram um ligeiro crescimento face a 2013.

A - DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DO INE EM 2014

1. DESENVOLVIMENTOS DA ATIVIDADE ESTATÍSTICA

1.1. A ATIVIDADE ESTATÍSTICA E O IMPACTO NA SOCIEDADE

A atividade do Instituto Nacional de Estatística por si, e por definição da sua Missão de prestação de serviço público, tem um impacto evidente na sociedade portuguesa.

O presente capítulo descreve as atividades realizadas em 2014 pelo INE de acordo com as várias fases do Processo Estatístico: Metodologia e Tecnologias de Informação, Recolha de Informação, Produção Estatística e Difusão.

O Processo Estatístico é um processo complexo, que se concretiza, em última análise junto da sociedade, através da disponibilização de estatísticas relevantes, de qualidade, credíveis e de acesso fácil, em escrupuloso cumprimento pelos princípios do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias.

O impacto das estatísticas oficiais na sociedade é medido não só pela concretização dos objetivos eleitos para o QUAR, como também na execução de um conjunto vasto de outras atividades estruturantes na atividade do INE e do Sistema Estatístico Nacional, tal como inscritas no respetivo Plano de Atividades.

A atividade do INE é enquadrada, a nível europeu, pelo Programa Estatístico Europeu e, a nível nacional, pelas Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial. O Programa Estatístico Europeu procura dar resposta às necessidades de informação estatística a nível da União Europeia, com vista à formulação, aplicação, acompanhamento e avaliação das políticas europeias. As autoridades estatísticas nacionais e a autoridade estatística europeia, o Eurostat, são responsáveis, respetivamente a nível nacional e a nível europeu, pela produção de estatísticas europeias, com observância do princípio da subsidiariedade.

A atividade de uma autoridade estatística, como um Instituto Nacional de Estatística, tem, assim, por definição, um impacto relevante para as sociedades de hoje, cada vez mais, “sociedades de informação”, sendo responsável por um importante instrumento para o conhecimento da realidade e para a tomada de decisão a todos os níveis, público e privado, individual e coletivo, central, regional e local. Tem, ainda, um papel crucial na promoção da literacia estatística, junto da Sociedade em geral e, em particular, junto das camadas mais jovens da população, futuros decisores do amanhã.

Apresentam-se alguns indicadores sobre a dimensão/impacto na Sociedade ao serviço prestado pelo INE.

O INE na Imprensa:

- 286 destaques disponibilizados à Comunicação Social.
- 741 pedidos de informação respondidos a jornalistas.
- 13 561 notícias sobre a atividade do INE em 138 em órgãos de Comunicação Social: 28,5% em meios de imprensa escrita nacional, 39,5% em meios *online*, 10,4% em rádio e 21,6% em TV.

Atendimento e Apoio a Clientes:

- 13 620 pedidos de informação estatística ou de esclarecimento dos quais 7 103 foram recebidos via Portal/*e-mail* e 6 404 através de contactos telefónicos.
- 723 utilizadores nas bibliotecas do INE.

Atendimento e gestão do respondente de inquéritos por autopreenchimento:

- 56 377 contactos telefónicos recebidos.
- 105 394 contactos telefónicos efetuados.

Difusão de dados e acesso ao Portal de Estatísticas Oficiais:

- 1 246 569 acessos.
- 12 817 501 páginas visionadas.
- 7 565 indicadores disponíveis na Base de Dados de Difusão.
- 779 232 publicações consultadas/descarregadas.
- 943 535 destaques consultados/descarregados.
- 595 ocorrências/momentos de disponibilização de informação de operações estatísticas.
- 59 publicações de informação estatística divulgadas, das quais 31 exclusivamente através do Portal.

Atividades de literacia estatística:

- 1 245 visitantes (entre estudantes e docentes) recebidos em 36 visitas de estudo.
- 34 pontos de acesso à Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior (RIIBES).
- 435 ações/5 808 participantes nas ações de formação/divulgação da RIIBES, das quais 42 ações/765 participantes foram asseguradas pelo INE e 393 ações/5 043 participantes foram asseguradas pelos Parceiros.
- 1 062 participantes (em média) nos desafios apresentados no Projeto ALEA – Ação Local de Estatística Aplicada.
- 32 sessões/464 participantes na formação para professores de um amplo leque de disciplinas no âmbito do protocolo entre o INE e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) do Ministério da Educação.

Eventos (co) organizados pelo INE:

- 4 eventos/257 participantes:
 - 2nd Meeting of the SIMSTAT - Pilot ESSNET, 22-23 de janeiro de 2014, Lisboa;
 - XXI Jornadas de Classificação e Análise de Dados (JOCLAD2014), 10 – 12 de abril de 2014, Lisboa (organizado pela Associação Portuguesa de Classificação e Análise de Dados – CLAD em colaboração com o INE);
 - Conferência anual IMAODBC 2014 (*International Marketing and Output Database Conference*), 21-25 de setembro de 2014, Évora;
 - 4th EU SILC CONFERENCE, 15-17 de outubro de 2014, Lisboa.

1.2. METODOLOGIA ESTATÍSTICA E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Bases de Unidades Estatísticas	
Plano	Atividades desenvolvidas
<p>Implementação do modelo de atualização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA) e construção de um sistema de indicadores de qualidade ao nível da cobertura e do conteúdo. Esta atividade pretende não só dar resposta às LGAEO 2013-2017, no que se refere ao reforço da qualidade das estatísticas e da otimização do Sistema Estatístico Nacional, mas também ao objetivo do Programa Anual da Comissão para 2014 "Provide quality statistics on social policy".</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Implementadas na sequência da elaboração e apresentação do modelo de atualização do FNA em 2013, atualizações decorrentes de fontes internas, nomeadamente através das operações estatísticas às famílias (atualização dos atributos das unidades de alojamento e respetivos edifícios), designadamente: atributos de identificação e localização (identificadores geográficos e moradas); atributos socioeconómicos, dos quais se destaca a situação do alojamento.</p> <p>Desenvolvidos trabalhos para integração e remoção de unidades de alojamento e respetivos edifícios resultante da dinâmica urbanística, a partir do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU), designadamente: a recuperação, junto dos municípios, do passivo (2011/2013) do Inquérito à utilização de obras concluídas (Q4); do Inquérito aos projetos de obras de edificação e demolição de edifícios (Q3) e do Inquérito à utilização de obras concluídas (Q4) para o período 2013/2014.</p> <p>Realizados testes de <i>address matching</i> entre o FNA e o ficheiro da EDP-Distribuição - Locais de Consumo com o objetivo de definir uma metodologia de atualização da situação do alojamento com base no consumo de eletricidade.</p> <p>Continuado o desenvolvimento do novo sistema informático e seus subsistemas de suporte às operações estatísticas às famílias (SIGINQ-IE).</p> <p>Elaborada e apresentada uma proposta de criação de um sistema de indicadores que visa avaliar a qualidade, assim como monitorizar o nível de evolução do FNA, através das atualizações definidas no modelo de atualização apresentado em 2013.</p>
<p>Aumento da qualidade, cobertura e eficiência do Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE), através da redefinição e implementação de mecanismos de controlo de qualidade, bem como na definição de procedimentos mais eficazes de atualização do FUE, tirando proveito de mais fontes de dados e da definição e implementação de metodologias para a georreferenciação do FUE, com prioridade para os equipamentos coletivos. Estas atividades visam prosseguir a política de inovação tecnológica ao nível dos modos de</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Efetuados testes de georreferenciação dos estabelecimentos e empresas do FUE, localizadas na região Oeste, numa perspetiva de integração com a BGE. Nas ações exploratórias, foram inventariadas diversas metodologias de georreferenciação nomeadamente <i>geocoding ArcGIS</i> e georreferenciação <i>online</i>.</p> <p>O processo de geocodificação é sobretudo um procedimento automatizado de que resulta a determinação de um par de coordenadas para cada registo do FUE, com exatidão variável, a vários níveis de detalhe geográfico (par de coordenadas do edifício da BGE, ou de um ponto de um eixo de via da BSA, ou de CP7, etc.).</p> <p>Com a reformulação dos Quadros de Pessoal e do Relatório Único (RU) do Gabinete de Estudos e Economia do Ministério da Economia iniciou-se um processo de identificação dos estabelecimentos comuns ao RU e FUE, tendo sido adotada como chave única a atribuída no contexto do RU garantindo-se, assim, o emparelhamento da informação no futuro.</p>

<p>recolha de dados, enquadrada fortemente em termos nacionais pelas LGAEO e por legislação europeia (Regulamento (CE) N° 177/2008; e a Diretiva INSPIRE).</p>	
Métodos Estatísticos	
Plano	Atividades desenvolvidas
<p>Continuação da consolidação e otimização dos desenhos amostrais e exploração de novas metodologias de estimação, apoiadas em sistemas de informação geográfica, no sentido da redução da carga estatística sobre as empresas e dos custos associados à produção estatística, tal como enunciado nas LGAEO 2013-2017.</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Implementada a nova metodologia de desenho da amostra, tratamento de não respostas e apuramento de resultados no Inquérito Anual à Produção Industrial (IAPI), a qual permitiu reduzir em cerca de 2/3 a dimensão amostral. Esta metodologia serviu de âncora para aplicação de metodologias análogas ao Inquérito Anual às Empresas do Comércio (IECom) e ao Inquérito aos Serviços Prestados às Empresas (SPE).</p>
<p>Definição de uma metodologia para a estimação do uso/ocupação do solo harmonizada com o projeto europeu LUCAS, apoiada em sistemas de informação geográfica, através da exploração de métodos de amostragem areolares, tendo por base a infraestrutura geográfica do INE e que poderá ainda permitir a produção e divulgação de estatísticas oficiais apoiadas na grelha europeia. Esta atividade encontra-se também enquadrada no conjunto de iniciativas que visam a redução dos custos com a produção estatística e, em termos internacionais, encontra-se enquadrada pela <i>Grant Pilot studies on the provision of harmonized Land Use/Land Cover (LU/LC) statistics (Synergies between LUCAS and the national systems)</i>.</p>	<p>Concretizada.</p> <p>A necessidade de estimar o uso/ocupação do solo a nível das NUTS 2 e NUTS 3 surgiu no âmbito do estudo piloto do INE sobre a disponibilização de estatísticas harmonizadas do uso e/ou ocupação do solo, coerentes com as especificações das nomenclaturas associadas ao projeto LUCAS (<i>Land Use and Cover Area-Frame Statistical Survey</i>), projeto europeu, intermediado pelo Eurostat, que tem como principal objetivo a produção regular de informação estatística no domínio de uso e ocupação do solo, na União Europeia.</p> <p>O processo de trabalho envolveu várias fases: i) estudo das metodologias utilizadas para a produção de estimativas associadas ao projeto LUCAS; ii) produção de estimativas; iii) aferição da sua qualidade em diferentes níveis de desagregação (geográfica e classes de nomenclatura); iv) comparação com os resultados obtidos por outras fontes nacionais; v) melhoria das estimativas produzidas com base nessa informação auxiliar.</p> <p>Foi possível obter estimativas sobre os dados LUCAS aos níveis NUTS 1 e NUTS 2, assim como para os níveis 1, 2 e 3 das classes da nomenclatura LUCAS. Os resultados obtidos ao nível NUTS 1 e nível 1 (classes A a H) da nomenclatura LUCAS são coincidentes com os divulgados pelo Eurostat. Para NUTS 2 e NUTS 3, não havendo termo de comparação, a aferição da qualidade de estimação foi efetuada pela análise dos respetivos coeficientes de variação. Para a melhoria das estimativas produzidas com base em informação auxiliar produzida pelo INE ou outras fontes, recorreu-se a metodologias de estimação em pequenos domínios.</p> <p>Os resultados obtidos ao nível das NUTS 2 e das classes LUCAS LC nível 2 e 3, principalmente nas classes G e H, indiciam a necessidade de revisão metodológica do projeto LUCAS.</p> <p>As fontes de informação nacionais poderão constituir, no futuro, uma boa base para melhoria das estimativas produzidas no âmbito do LUCAS, mesmo ao nível da NUTS 2.</p>

Infraestrutura de Georreferenciação	
Plano	Atividades desenvolvidas
Promoção da integração da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), através da implementação das disposições de execução e especificações de dados e serviços aplicáveis aos Conjuntos de Dados Geográficos e Serviços dos temas da responsabilidade do INE, designadamente no contexto da intensificação da dimensão espacial das estatísticas oficiais.	<p>Concretizada.</p> <p>Atualizados os Metadados dos Conjuntos de Dados Geográficos dos temas da responsabilidade do INE, em conformidade com as disposições do INSPIRE.</p> <p>Analisadas as novas versões das disposições de execução dos temas INSPIRE.</p>
Aumento do nível de cobertura e qualidade da Base de Segmentos e Arruamentos e da Base Geográfica de Edifícios, numa estratégia partilhada de atualização dos dados com as Câmaras Municipais e outras entidades. Esta atividade encontra-se enquadrada pela Diretiva INSPIRE, que estabelece uma Infraestrutura Europeia de Informação Geográfica. Em termos nacionais, salienta-se também o contributo desta atividade no contexto das LGAEO 2013-2017, nomeadamente no que diz respeito à redução dos custos com a produção estatística e da intensificação da dimensão espacial das estatísticas oficiais.	<p>Concretizada.</p> <p>Realizados os trabalhos de edição geométrica e de atributos da Base de Segmentos de Arruamentos com o objetivo de ampliar o nível da sua cobertura e potenciar a sua utilização como base de referência para o processo de geocodificação de moradas do FUE.</p> <p>Prosseguimento dos trabalhos de edição da Base Geográfica de Edifícios visando o aumento da exatidão posicional dos edifícios e a resolução das localizações fictícias (centroides de subseção) ainda existentes.</p>
Tecnologias de Informação e Comunicação	
Plano	Atividades desenvolvidas
Início da implementação de um sistema de recolha de microdados, via <i>web</i> , junto das Famílias, projeto particularmente relevante e estratégico para o SEN, em especial no âmbito da prossecução da estratégia de reengenharia dos processos de produção e difusão, da informação estatística oficial e da redução do seu custo.	<p>Concretizada.</p> <p>Método de recolha CAWI integrado no Sistema Global de Gestão de Inquéritos para inquéritos por entrevista (SIGINQ-IE), o qual incluía já os métodos CAPI e CATI.</p> <p>Reformulação do WebInq – inquéritos do INE na <i>web</i>, subsistema do SIGINQ, com a criação e colocação em produção da área “Indivíduos e famílias”, viabilizando a recolha CAWI do Inquérito Nacional de Saúde 2014 (INS).</p> <p>Ampliação dos subsistemas Gestão de Processos de Inquéritos por Entrevista (GPIE) e Recolha de Dados (GPIEREG) por forma a suportar o novo método de recolha.</p>
Estudo de viabilidade da constituição e difusão de <i>Public Use</i>	Concretizada.

<p><i>Files</i> (PUF), isto é, dos ficheiros de dados preparados e difundidos com vista a proporcionar o acesso total e de forma generalizada a conjuntos de microdados estatísticos. As PUF constituirão um contributo relevante para o cumprimento das LGAEO 2013-2017, no que se refere ao melhoramento da capacidade de resposta do INE às necessidades dos utilizadores de informação estatística. Esta iniciativa insere-se também no contexto do grupo de trabalho Eurostat Expert Group on Statistical Disclosure Control que técnicos/as do INE Portugal integram (a concretização deste projeto está dependente de recursos adicionais).</p>	<p>Elaborado documento sobre a criação de ficheiros de microdados para uso público (PUF) em linha com as recomendações do <i>Working Group on Statistical Confidentiality</i>, no qual se propõe, como primeiro passo, a disponibilização de <i>teaching files</i>, que deverão funcionar como ferramenta educativa, com garantia do cumprimento do Princípio do Segredo Estatístico. Os resultados dos Censos já disponibilizados pelo IPUMS e do EU-SILC poderão ser disponibilizados, bem como outros a definir.</p>
<p>Atualização das funcionalidades do Portal das Estatísticas Oficiais, designadamente através da implementação de novos canais de comunicação e interação com os utilizadores e da implementação de funções integradas de geoportal, enriquecendo, assim, a capacidade de exploração das Estatísticas Oficiais com a componente espacial. Esta atividade será um contributo relevante no contexto das LGAEO 2013-2017, nomeadamente para melhorar a capacidade de resposta às necessidades crescentes dos utilizadores de informação estatística (a concretização deste projeto está dependente de recursos adicionais).</p>	<p>Concretizada parcialmente.</p> <p>Executado o levantamento das várias aplicações <i>sig web</i>, <i>metadados</i> e <i>mapservices</i> disponíveis no Portal do INE e efetuados testes de instalação de <i>software</i> de geoportal para a plataforma WebGIS do INE.</p>
<p>Definição de um plano de <i>Disaster Recovery</i> para salvaguarda do Centro de Dados, em situações de falhas catastróficas na infraestrutura tecnológica, de modo a garantir a segurança da infraestrutura informacional do INE, contribuindo deste modo para o cumprimento da estratégia do SEN ao nível do desenvolvimento e inovação dos sistemas de informação.</p>	<p>Concretizada parcialmente.</p> <p>Iniciada a execução do plano para a implementação da solução de <i>Disaster Recovery</i> definida, aquando da adoção de um novo sistema de <i>backups</i> no final de 2014. Esta solução vai permitir a salvaguarda da integridade da informação armazenada no Centro de Dados do INE, através da replicação de dados de <i>backup</i> em equipamento de armazenamento e tecnologia de replicação integrada do INE.</p>

<p>Continuação da implementação do Plano de Ação do INE, estabelecido no âmbito do Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos com as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012).</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Executados os projetos relacionados com:</p> <ul style="list-style-type: none">• o estabelecimento de um novo contrato para comunicações fixas de voz e de dados;• o estabelecimento de uma nova solução de <i>backups</i>;• a racionalização do Centro de Dados e a introdução de medidas de poupança de energia nos equipamentos;• a utilização VDI <i>Open Source</i>.
---	--

1.3. RECOLHA DE INFORMAÇÃO

A componente de Recolha de dados das estatísticas oficiais continuou a beneficiar de variadas medidas de modernização e de inovação, de modo a contribuir significativamente para o aumento da eficácia e da eficiência do INE, no âmbito da implementação das LGAEO 2013-2017, em particular no seu Objetivo 1: “Reforçar a qualidade das estatísticas oficiais, garantindo a otimização, aperfeiçoamento, flexibilidade, modernização e eficiência do processo de produção estatística, através do seu desenvolvimento metodológico, científico e tecnológico”.

Assim, o ano de 2014 foi marcado pela consolidação dos seguintes processos no âmbito da Recolha de dados:

- Renovação da área Weblnq no Portal de Estatísticas Oficiais, modernizando as suas funcionalidades e usabilidade, e alargando o âmbito aos inquéritos a indivíduos e famílias.
- Alargamento da utilização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA), com criação de novas bases de amostragem nos inquéritos às famílias.
- Sistematização de indicadores de aferição da qualidade do FNA, designadamente o registo de devoluções de circulares, as atualizações de moradas em resultado do processo de recolha (dentro da amostra), a alteração de moradas fora da amostra identificadas no processo de recolha e a identificação de Unidades de Alojamento que fizeram parte da base de amostragem anterior.
- Disponibilização de Mapa Resumo de Pagamentos no Sistema de Gestão de Entrevistadores (ENTR), o qual permite o registo centralizado dos pagamentos aos entrevistadores, bem como o cálculo das reduções mensais a aplicar nos termos da Lei do Orçamento de Estado.
- Integração de todas as operações de recolha às empresas no Sistema Integrado de Gestão de Inquéritos (SIGINQ), bem como disponibilização de formulários eletrónicos para a totalidade das operações de recolha por autopreenchimento.
- Alargamento da disponibilização de soluções de Transmissão Automática de Dados nos inquéritos às empresas, que permite o envio de dados sem a necessidade do preenchimento de formulários *online*. Trata-se de uma medida significativa de simplificação na resposta aos inquéritos às empresas, que em 2014 foi alargada às seguintes operações de recolha: Inquérito aos Hospitais, Inquérito aos Trabalhos de Reparação no Comércio Internacional - Exportação e Importação, Inquérito ao Transporte Rodoviário de Passageiros e Inquérito às Unidades Comerciais de Dimensão Relevante, abrangendo já 12 inquéritos.
- Desenvolvimento no Weblnq de uma área de Retorno de Informação Personalizada aos aderentes.
- Intensificação da utilização de ferramentas de validação e análise de dados, designadamente o *Business Objects* (BO), bem como dos paradados, durante o processo de recolha (tanto nos inquéritos às empresas e às famílias, como na recolha de preços, permitindo a adoção de medidas corretivas em tempo útil e a melhoria da qualidade dos dados recolhidos.
- Consolidação da análise dos paradados, de que resultou maior número de indicadores para conhecimento das condições da recolha (presencial e telefónica), bem como dos padrões de resposta dos entrevistados.

Operações não correntes com particular impacto na atividade de preparação e execução da recolha

- Inquérito Nacional de Saúde, em parceria com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge e com financiamento do Ministério da Saúde. Depois dos Censos 2011, foi o primeiro inquérito dirigido às famílias com disponibilização de recolha pela *web* (CAWI), tendo a integração deste inquérito no WebInq constituído um enorme desafio.
- Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas, a operação estatística de maior envergadura a seguir ao Recenseamento Agrícola de 2009.
- Inquérito à Situação dos Migrantes e Seus Descendentes no Mercado de Trabalho, módulo anexo ao Inquérito ao Emprego (2º trimestre).
- Inquérito piloto à Mobilidade na Aprendizagem, módulo anexo ao Inquérito ao Emprego (4º trimestre).
- Inquérito sobre Perspetivas de Exportação de Bens 2014: desenvolvimento e realização de duas vagas de recolha, em maio e novembro.
- Inquérito à utilização das TIC nos Hospitais: desenvolvimento e recolha.
- Inquérito às Despesas das Famílias: preparação (recolha a realizar em 2015).
- Inquérito ao Turismo Internacional: preparação (recolha a realizar em 2015).
- Inquérito às Condições de Vida e Rendimento: preparação com vista à obtenção de dados com representatividade ao nível de NUTS II.
- Inquérito aos Custos de Contexto: conceção.
-

Recolha Eletrónica – WebInq

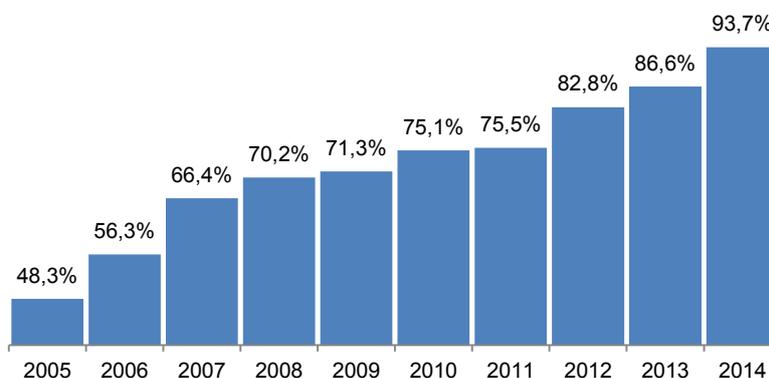
Prosseguiu a intensificação da utilização da recolha eletrónica de dados nos inquéritos às empresas, com o alargamento de sistemas eletrónicos a mais operações estatísticas, bem como a disponibilização da Transmissão Automática de Dados por XML.

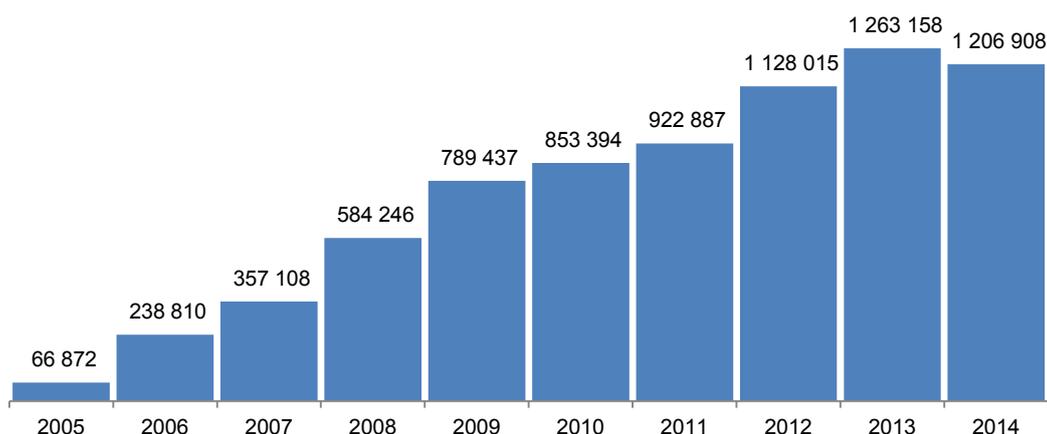
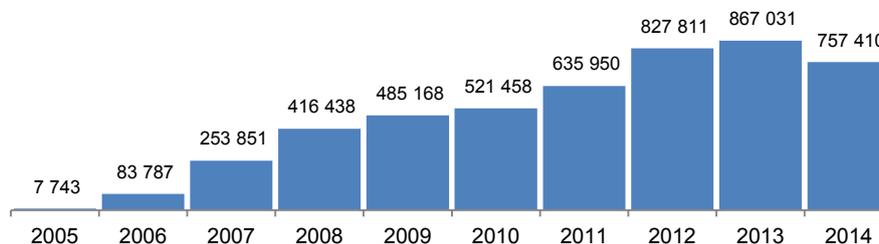
Assim, 93,6% das respostas foram recolhidas por via eletrónica, através do sistema de recolha de dados pela Internet, disponível via Portal (WebInq) para todas as operações de recolha por autopreenchimento.

O número de visitas e o total de entregas pelo WebInq diminuí ligeiramente face a 2013; no entanto, a percentagem de respostas pelo WebInq continuou a sua trajetória ascendente, tendo-se verificado um aumento de 8,2 p.p. na taxa de resposta eletrónica de 2014 face a 2013.

A intensificação da utilização da recolha eletrónica tem, consequentemente, implicado a redução gradual de custos de correio e comunicações os quais, face a 2009, caíram 80%.

Recolha Eletrónica - % de respostas recolhidas



Número de visitas anuais ao WebInq**Número de entregas de questionários anuais no WebInq****Evolução dos custos com correio e comunicações nos inquéritos às empresas****Recolha Telefónica (CATI)**

A adoção da recolha telefónica (CATI), em 2006, decorrente da estratégia de modernização e potenciadora de redução de custos, visou, essencialmente, oferecer aos respondentes um modo de entrevista que contribuísse para inverter a tendência de declínio das taxas de resposta nos inquéritos presenciais às famílias. Esta tendência está normalmente associada a alterações dos modos de vida e de ocupação do tempo e à intensificação do sentimento de insegurança, principalmente nas áreas urbanas. No contexto da recolha telefónica oferece-se aos cidadãos e às famílias a possibilidade de escolha da hora para a realização da entrevista.

Manteve-se o objetivo de consolidação do Sistema Integrado do Centro de Contactos do INE (SICC-IE), tendo-se verificado um aumento de 2,2 p.p na percentagem de resposta CATI. O SICC-IE permite ganhos significativos na qualidade da informação recolhida, por um lado devido à realização da entrevista por

guião e, por outro, por permitir a adoção de procedimentos de supervisão centralizada. O SICC-IE permite ainda a exploração dos paradados produzidos para otimização do sucesso dos contactos.

Operação Estatística	Recolha	Total de Respostas	% Respostas CATI
Inquérito ao Emprego	CAPI e CATI	67.175	69,3%
Inquérito às Deslocações dos Residentes	CAPI e CATI	22.543	84,2%
Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Consumidores	CATI	14.930	100%
Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Consumidores (novo)	CATI	2.025	100%
Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída	CATI	6.602	100%
Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias	CAPI e CATI	8.602	58,6%
Inquérito às Rendas de Habitação	CAPI e CATI	4.838	77,4%
Total		126.715	77,2%

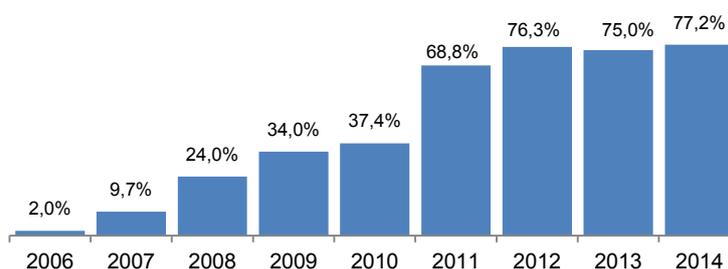
Em 2014 foram asseguradas 97 850 entrevistas CATI (+0,9% face a 2013), o que representa cerca de 77% no total das entrevistas passíveis de realização por telefone, atingindo-se, assim, a meta estabelecida.

A percentagem de resposta CATI (percentagem de entrevistas CATI face ao total de entrevistas no inquérito) registou uma evolução positiva.

Destaca-se o Inquérito ao Emprego, em que 69,3% das entrevistas conseguidas foram recolhidas por telefone, o que representa um aumento de 2,5 p.p. face ao ano anterior.

Simultaneamente e para aumentar o rigor da informação prestada pelo respondente, procurou concentrar-se as entrevistas telefónicas nas duas semanas seguintes à semana de referência, tendo-se atingido um nível de 90,8%, e o conseqüente cumprimento da meta estabelecida.

Recolha Telefónica - % de entrevistas conseguidas



Procedimentos de Gestão e Controlo da Qualidade

Consolidou-se o modelo de gestão da qualidade na recolha de dados, nomeadamente na definição de compromissos documentados de níveis de serviço e de procedimentos de recolha e a elaboração de relatórios anuais de recolha por operação. Em 2014 foram acordados Níveis de Serviço para 53 operações de recolha por autopreenchimento, correspondendo a um total de 65% das operações com este tipo de recolha.

Prosseguiram as ações de consolidação e disponibilização de novas funcionalidades no sistema de gestão de processos de recolha (SIGINQ) abrangendo diversos domínios, designadamente Gestão de Processos de Recolha por Autopreenchimento (GPap) e de Processos de Recolha por Entrevista (GPie).

Registou-se a ampliação dos conteúdos da recolha de dados na *wiki* do INE, enquanto meio de divulgação interna de indicadores (de recolha) das diversas operações e modos de recolha.

Iniciou-se um estudo para implementação de um processo de codificação automática das atividades e profissões (CAE e CPP) nos inquéritos às famílias.

Prosseguiu o projeto da recolha eletrónica de preços e quantidades de produtos comercializados por relevantes cadeias nacionais (*scanner data*).

Elaboraram-se as especificações e requisitos funcionais para a adaptação da aplicação de recolha do IPC a equipamentos móveis (Grant IPCED).

Procedeu-se à disponibilização regular de indicadores sobre honorários de entrevistadores.

Definiu-se um sistema de alertas aos entrevistadores CATI, bem como se disponibilizaram procedimentos sobre determinados temas, com vista à melhoria da qualidade da informação recolhida.

1.4. PRODUÇÃO ESTATÍSTICA

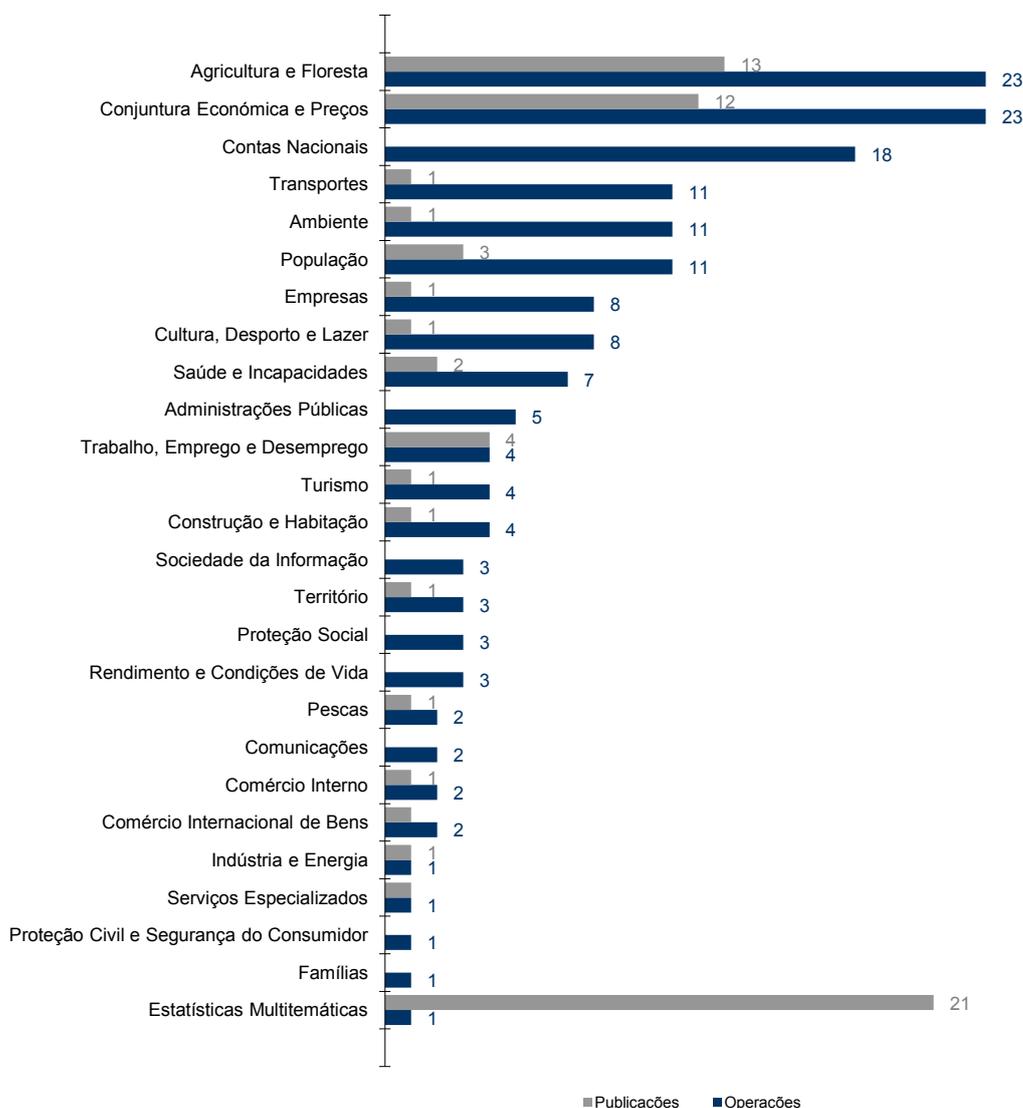
No Plano de Atividades para 2014 estava prevista a realização de 162 operações estatísticas, a que correspondiam 603 ocorrências/momentos de disponibilização de informação e a edição de 67 publicações.

Do total de ocorrências previstas, 99,3% foram efetivamente concretizadas, 97,8% na data prevista ou com antecipação, não considerando 4 ocorrências cuja não disponibilização não foi da responsabilidade do INE: Vacinações e Morbilidade 2013 (suspensa); Causas de Morte 2013; Sistemas Públicos Urbanos de Serviços de Águas (vertente física) 2013 e Sistemas Públicos Urbanos de Serviços de Águas (vertente económico-financeira) – 2013.

Para além destas, apenas ficaram por disponibilizar 4 ocorrências (Inquérito aos Centros de Saúde 2013; Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2013; Conta Satélite do Mar 2010-2011 e Conta Satélite do Desporto 2010-2011) por necessidade de recalendarização e cujos motivos em detalhe são apresentados no Anexo 1.1.

As operações estatísticas e publicações editadas distribuíram-se por 26 áreas estatísticas.

Operações Estatísticas e Publicações, por Área Estatística (Nº)



Descrevem-se, sucintamente, as principais atividades desenvolvidas em 2014, por área estatística, de acordo com o previsto no Plano de Atividades. Maior detalhe da informação estatística divulgada e das publicações editadas, assim como as justificações dos eventuais atrasos na sua disponibilização, estão disponíveis em anexo a este Relatório.

1.4.1. População e Sociedade	
População	
Plano	Atividades desenvolvidas
Transmissão ao Eurostat dos indicadores de qualidade dos Censos 2011, nos termos definidos pelo regulamento comunitário.	Concretizada. Portugal assegurou o cumprimento do regulamento nos prazos previstos, sendo o primeiro Estado-membro a transmitir os indicadores ao Eurostat.
Estudo de viabilidade para a adoção de um novo modelo censitário em 2021, baseado na utilização de ficheiros administrativos, o qual passa pelo estudo dos modelos alternativos em prática noutros países, pela exploração dos ficheiros administrativos relevantes e pela identificação do suporte legal necessário.	Concretizada. Assegurado o acesso aos ficheiros administrativos, em condições de segurança e de salvaguarda da confidencialidade dos cidadãos, após proveitoso trabalho de cooperação entre o INE e a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), que conduziu à deliberação nº 929/2014, que, com a Lei do Sistema Estatístico Nacional constituem o suporte legal necessário para o acesso do INE aos ficheiros administrativos detidos por diversos organismos do Estado e indispensáveis para a elaboração do Estudo de Viabilidade. Identificadas 11 bases de dados relevantes e concretizado o acesso à maior parte ainda em 2014, prevendo-se a conclusão do processo nos primeiros meses de 2015. Elaborado relatório com a análise de modelos censitários em uso noutros países, a qual permitiu a apropriação de conhecimento e uma melhor definição do modelo a adotar em Portugal nos Censos 2021.
Disponibilização das Estimativas Provisórias da População Residente em 31 de dezembro de 2013, por sexo, idade e municípios (série pós censitária – Censos 2011) e das Estimativas Provisórias de População Residente em Portugal em 31 de dezembro de 2013, por nacionalidade e naturalidade (exercício subordinado ao Regulamento (CE) Nº 862/2007 sobre estatísticas das Migrações e Proteção internacional).	Concretizada. Divulgadas as estimativas provisórias de população residente em 2013 segundo a CAOP 2010 e, em simultâneo, da série 2011-2013 relativa a estimativas provisórias de população residente segundo a CAOP 2013 e respetivos indicadores demográficos (atividade extra Plano de Atividades). Divulgadas as estimativas provisórias de população residente em Portugal em 31 de dezembro de 2013, por nacionalidade e naturalidade, segundo o calendário previsto.
Disponibilização das Estimativas da Imigração e da Emigração, por sexo, idade, nacionalidade e país (grupos) de destino, em 2013.	Concretizada. Divulgadas antecipadamente as Estimativas da Imigração e da Emigração 2013, cumprindo o objetivo de se divulgar em simultâneo, na publicação Estatísticas Demográficas 2013 e no Portal, a informação relativa aos indicadores de migrações internacionais. A harmonização dos calendários de difusão nos dois suportes foi possível devido à adoção de mais ágeis processos de cálculo das estimativas.

<p>Disponibilização das Tábuas Completas de Mortalidade para Portugal e Regiões e disponibilização das respetivas funções relativas ao triénio 2011-2013, e divulgação do indicador “Esperança de Vida aos 65 anos” para o triénio 2012-2014 (dado provisório antecipado).</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Divulgados, antecipadamente, os indicadores relativos às Tábuas Completas de Mortalidade por NUTS II e às Esperanças de vida por NUTS III para o triénio 2011-2013. A antecipação foi possível devido à adoção de uma nova metodologia de cálculo das tábuas para as regiões NUTS III, que possibilitou ganhos evidentes em termos do tempo de execução e validação.</p> <p>Elaboradas (em processo extraordinário) as Tábuas Completas de Mortalidade por NUTS III (novas NUTS2013) para 4 triénios: 2008-2010, 2009-2011, 2010-2012 e 2011-2013, para integração na elaboração do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional.</p>
<p>Estudo sobre a viabilidade de produção das Tábuas Completas de Mortalidade Prospetivas para Portugal e respetivas funções (e.g., esperanças médias de vida), visando, entre outras finalidades, uma projeção de longo prazo para a evolução da esperança de vida aos 65 anos, indicador que constitui um dos três pilares da fórmula de cálculo das pensões introduzida pela Lei nº 4/2007 e legislação complementar.</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Elaborado relatório sobre metodologias alternativas e cronograma de trabalhos a desenvolver em 2015.</p>
<p>Divulgação alargada dos resultados do Inquérito à Fecundidade 2013, através da edição de uma publicação temática, a elaborar no âmbito do protocolo celebrado em 2012 com a Fundação Francisco Manuel dos Santos.</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Divulgados os resultados finais do Inquérito à Fecundidade 2013 através de publicação conjunta INE e FFMS, com a colaboração de investigadores na matéria.</p>
<p>Divulgação de um novo exercício de Projeções Demográficas relativo à População Residente, por idades e sexos, 2011-2060, para Portugal e Regiões NUTS II.</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Divulgados conjuntamente os resultados para Portugal e regiões NUTS II, em resultado da necessidade de integração metodológica e operacional nos apuramentos relativos aos dois níveis geográficos.</p>
<p>Divulgação das estatísticas anuais e infra- anuais de Nados-vivos, Óbitos, Casamentos e Divórcios de 2013 e 2014, com a redução dos prazos de disponibilização da informação infra-anual relativa à natalidade, mortalidade e nupcialidade, por forma a monitorizar com maior celeridade o comportamento demográfico da população portuguesa.</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Divulgadas as estatísticas previstas e ainda um novo indicador mensal relativo à mortalidade infantil.</p>
<p>Realização do inquérito à “Situação dos Migrantes e seus Descendentes no Mercado de Trabalho”, em resposta às Comunicações da Comissão de 2011, <i>European Agenda for the Integration of Third-Country Nationals</i>, e <i>The Global Approach to Migration and Mobility</i>.</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Cumpridos os objetivos contratualizados, com a antecipação de 3 meses.</p>

Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades

– Elaborados documentos técnicos e especificações e respetivos desenvolvimentos e testes aplicacionais para alteração do conteúdo do Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída 2015 (ano de referência dos dados 2014), introduzindo uma nova variável: nível de instrução dos migrantes.

– Acesso e tratamento estatístico exploratório de uma amostra de microdados anonimizados do BDC do Ministério dos Negócios Estrangeiros (dados consulares) com o objetivo de estudar a sua eventual apropriação para fins estatísticos;
Acesso, tratamento estatístico e análise exploratória de informação produzida no âmbito do *Labour Force Survey* dos restantes países comunitários, com o objetivo de analisar perfis por sexo e idade da emigração portuguesa.

Elaboradas três classificações - tabelas históricas de países/territórios relativos a nacionalidade, naturalidade e residência que remontam a 31/12/1836 – e respetiva disponibilização no SMI-Sistema Integrado de Metainformação no Portal do INE (matrizes hierárquicas com vigências associadas e que permitem, entre outros fins, a construção de indicadores harmonizados (séries longas) que incluam as dimensões nacionalidade, naturalidade ou residência).

Participações em eventos:

- Seminário da Rede Inter-universitária em Demografia, com apresentação dos resultados do estudo sobre mortalidade “Efeitos geracionais e quebras estruturais na mortalidade”, abril de 2014.
- VII Jornadas do Observatório da Imigração (ACM), com a comunicação “Indicadores comuns de integração de migrantes: orientações europeias e o papel do INE em Portugal”, maio de 2014.
- *3rd Demographics Workshop* no âmbito da *3rd Stochastic Modeling Techniques and Data Analysis International Conference*, com apresentação do paper “*Cohort effects and structural changes in the mortality trend*”, junho de 2014.
- Participação no livro “Famílias nos Censos 2011: diversidade e mudança” INE, ICS, 2014: capítulo “Principais tendências demográficas: as últimas décadas”.
- 23º Encontro de Prospetiva, apresentação da comunicação “Evolução demográfica de Portugal- os últimos 50 anos e cenários para os próximos 50 anos e Estatísticas de fluxos migratórios internacionais”, setembro de 2014.
- Conferência Anual da Rede Nacional das Migrações 2014, com a comunicação “Portugal: tendências demográficas recentes”, dezembro de 2014.

Outras atividades relevantes (colaboração com a Presidência de Conselho de Ministros e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género):

- Monitorização da execução das medidas do V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014-

	<p>2017 (V PNI), participação no grupo de trabalho de apoio à entidade coordenadora do V PNI (CIG).</p> <ul style="list-style-type: none"> – Elaboração do II Plano de Ação Sectorial para a Igualdade, da Presidência de Conselho de Ministros, 2014-2017. – Conclusão dos trabalhos no seio da Rede de Pontos Focais de Acompanhamento, coordenada pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), para acompanhar a execução do II Plano para a Integração das Migrações, no que se refere à implementação da medida 4 “Melhoria dos dados oficiais sobre a integração dos imigrantes”; participação na elaboração do relatório estatístico “Monitorizar a integração de imigrantes em Portugal – relatório estatístico decenal”, ACM, dezembro 2014. – Gestão do Dossier de Género: banco de dados, desagregados por sexo, com base em informação de diversas operações estatísticas nos instrumentos estratégicos sobre a matéria: <ul style="list-style-type: none"> • Atualização e validação do Dossiê de género, disponível no Portal do INE. • Melhoria do conteúdo das funcionalidades “Documentos de referência” para dar a conhecer as orientações nacionais e internacionais, bem como os compromissos assumidos por Portugal em matéria de igualdade entre homens e mulheres e “Estudos associados” para divulgar trabalhos ligados às áreas temáticas. <p>Colaboração nas atividades da Comissão Nacional para os Direitos Humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Revisão do “Core document”, parte integrante dos relatórios de defesa apresentados por Portugal junto das instâncias internacionais. O documento apresenta a análise demográfica, económica, social e cultural do país assente em informação estatística atualizada para o período 2008-2013 e reporta as medidas adotadas no âmbito dos direitos humanos bem como os progressos alcançados por país ao longo do mesmo horizonte temporal. – Participação nos Grupos de Trabalho criados para elaborar indicadores setoriais nacionais de direitos humanos, assentes nas matrizes desenhadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Foram concluídos os estudos dos indicadores sobre “Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres” e do “Direito à Saúde Física e Mental”.
--	---

Trabalho, Emprego e Desemprego	
Plano	Atividades desenvolvidas
Revisão e divulgação das séries trimestrais e anuais de estimativas do Inquérito ao Emprego, decorrente da revisão da série de estimativas mensais da população residente (com base nos resultados dos Censos 2011).	<p>Concretizada.</p> <p>Revistas (em processo extraordinário) as estimativas (trimestrais e anuais) do Inquérito ao Emprego do 1º trimestre de 1998 ao 4º trimestre de 2000 em resultado da revisão, também extraordinária, das estimativas da população desde 1991.</p>

<p>Início da divulgação de estimativas mensais da taxa de desemprego (em articulação com o Eurostat).</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Iniciada, em novembro, a divulgação de estimativas mensais de população empregada e desempregada, por sexo e grupo etário, e taxas correspondentes, com base na informação recolhida no contexto do Inquérito ao Emprego. Conforme acordado, o Eurostat passou a adotar estas estimativas na divulgação da informação sobre o desemprego na UE.</p>
<p>Preparação do módulo <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego de 2015, cujo tema é “Organização do trabalho e do tempo de trabalho”.</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Elaborado segundo as linhas orientadoras do Eurostat mas apenas para divulgação nacional, dado não ser, excecionalmente em 2014, de resposta obrigatória à autoridade estatística europeia.</p>
<p>Introdução, no Inquérito ao Emprego, das alterações decorrentes da adoção da classificação ISCED 2011 e de questões adicionais associadas aos indicadores da Estratégia Europa 2020 da área da educação e da formação.</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Implementado desde o 1º trimestre de 2014, como requerido pelo Eurostat.</p>
<p>Elaboração e divulgação de conteúdos analíticos associados a temáticas específicas do mercado de trabalho com interesse público, nomeadamente no que se refere à revisão das séries de estimativas do Inquérito ao Emprego, às alterações na metodologia utilizada nas estimativas de fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho e à apresentação dos resultados do módulo <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego de 2013, cujo tema é “Acidentes de trabalho e outros problemas de saúde relacionados com o trabalho”.</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Divulgados os seguintes artigos na rubrica “Tema em análise” da publicação “Estatísticas do Emprego”:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Revisão das estimativas do Inquérito ao Emprego decorrente da revisão das estimativas da população residente após integração dos resultados definitivos dos Censos 2011” (1º trimestre de 2014). • “Acidentes de Trabalho e Problemas de Saúde Relacionados com o Trabalho (ATPS 2013) – Módulo <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego de 2013” (2º trimestre de 2014). • “Dinâmica e caracterização dos jovens não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF) em Portugal” (3º trimestre de 2014).
<p><i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i></p>	<p>Participações em projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – “<i>Dedicated Electronic Group on HHINCOME</i>”, com vista a estudar as condições e as modalidades de possível inclusão, no <i>Labour Force Survey</i>, de questões que permitam medir a distribuição do rendimento líquido do agregado familiar, em antecipação às estimativas definitivas posteriormente obtidas a partir do SILC. Com o objetivo de preparar um teste-piloto para realizar em Portugal, entretanto abandonado, foi preparada toda a infraestrutura e documentação de suporte, nomeadamente o documento metodológico e os questionários eletrónicos a testar durante o ano de 2015. – <i>Task Force on Pilot project on estimation of CVs</i>, com vista a estudar as condições segundo as quais o Eurostat pode passar a calcular (com uma metodologia aproximada) coeficientes de variação para as estimativas que divulga, por país, do <i>Labour Force Survey</i>.

Rendimento e Condições de Vida	
Plano	Atividades desenvolvidas
Divulgação antecipada dos resultados provisórios do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2013, durante o primeiro trimestre de 2014, nomeadamente os necessários à monitorização no âmbito do programa Europa 2020.	Concretizada. Divulgados os resultados, incluindo os do módulo <i>ad hoc</i> sobre privação material necessário à monitorização detalhada da privação material, desenvolvido em 2013 numa base voluntária.
Recolha, apuramento e análise dos dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2014.	Concretizada. Lançado Inquérito com antecipação adicional de 15 dias, com vista à divulgação de resultados no final de janeiro de 2015; a antecipação acumulada de cerca de dois meses em relação a anos anteriores tem por objetivo permitir a disponibilização dos resultados do inquérito no ano da recolha, tendo como referência o rendimento do ano anterior.
Recolha, apuramento e análise dos dados do módulo <i>ad hoc</i> EU-SILC 2014 sobre privação material, necessários à monitorização e revisão dos indicadores de privação material no âmbito do programa “Europa 2020”.	Concretizada. Executado o módulo de variáveis secundárias relativas à privação material conforme definido pelo regulamento nº 112/2013 de 7 de fevereiro de 2013.
Divulgação dos resultados da segunda edição do Inquérito à Situação Financeira das Famílias, em articulação com o Banco de Portugal no âmbito do Eurosistema.	Não concretizada. Necessidade de prolongamento do período de validação da coerência dos dados recolhidos e de conversão dos rendimentos brutos/líquidos e dificuldades imprevistas na aplicação do programa de imputação de não respostas do BCE. Este ajustamento não colide com o calendário internacional acordado.
Preparação do Inquérito às Despesas das Famílias, a realizar em 2015.	Concretizada. Estudadas e tomadas as decisões relacionadas com a atualização da nomenclatura COICOP (sendo adotada a versão 2013), o desenho do questionário, o dimensionamento e seleção da amostra, a preparação dos entrevistadores e a estratégia de divulgação do inquérito junto da sociedade e, em particular, dos alojamentos selecionados para a amostra.
Início da recolha de um inquérito ao uso do tempo, em parceria com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), no âmbito da Medida 28 inscrita na área Estratégica nº 2 do IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação (atividade dependente de financiamento externo).	Não concretizada. Operação de grande interesse, inicialmente prevista para 2014, em parceria técnica e financeira com a CIG; ainda que avançada em termos de preparação, não foi concretizada por impossibilidade de financiamento, da parte da CIG. A programar pelo INE, quando oportuno em termos de recursos humanos e financeiros, dado tratar-se de uma operação onerosa.
Produção e divulgação de um Índice de Bem-estar para Portugal.	Concretizada. Divulgados resultados relativos ao período 2004-2013.
Realização do Inquérito Social Europeu (7ª vaga) de 2014, em parceria com o Instituto de Ciências Sociais – ICS (dependente de	Não concretizada. Operação a realizar em parceria técnica e financeira com o Instituto de

financiamento do ICS).	Ciências Sociais (ICS) no contexto do <i>European Social Survey</i> ; não concretizada por razões da esfera de atuação do ICS.
Divulgação da “Balança alimentar” (projeto quinquenal) para o período 2008-2012, estudo estruturante sobre a dieta alimentar dos portugueses, que envolve a colaboração das principais associações e entidades do setor agroalimentar, bem como do Instituto Ricardo Jorge.	Concretizada. Executada com incorporação de alguns resultados do Inquérito às Despesas das Famílias e a colaboração do Instituto Ricardo Jorge e da Associação Portuguesa dos Nutricionistas.
Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades	<ul style="list-style-type: none"> – Participação na preparação da <i>2014 Internacional Conference on EU Statistics on Income and Living Conditions</i> organizada pela rede Net-SILC2 em Lisboa, outubro de 2014. – Participação no <i>Workshop on best practices for EU-SILC revision</i>, iniciativa do Eurostat que antecedeu a conferência organizada pela Net-SILC2, com as apresentações “Using microsimulation in EU-SILC to compute At-Risk-of-Poverty rate early estimates” e “Comparing the outcomes of multiple imputation and MS”. – Participação no 2º Encontro sobre Políticas para a Família: Decisores Políticos, Instituições Públicas e Privadas versus Apoio às Famílias, organizado pela Abraçar a família - Associação para o Reconhecimento da família, com a apresentação da comunicação “Risco de pobreza e prestações sociais”, outubro de 2014.
Educação e Formação	
Plano	Atividades desenvolvidas
Realização de um inquérito-piloto à mobilidade de estudantes, no contexto europeu (anexo ao Inquérito ao Emprego) e no âmbito da Comunicação da Comissão de 2012 <i>Rethinking Education: Investing in skills for better socio-economic outcomes</i> .	Concretizada. Realizado como módulo do Inquérito ao Emprego do 4º trimestre de 2014.
Organização, análise e integração dos dados administrativos da educação no âmbito do exercício anual do UOE (UNESCO/OCDE/EUROSTAT), associado ao Regulamento (EU) Nº 452/2008, em articulação com a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.	Concretizada.
Implementação da classificação ISCED 2011 nos inquéritos às famílias, de forma a assegurar a harmonização de procedimentos a nível nacional e internacional, conforme regulamentado a nível europeu.	Concretizada.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Participação a convite do CEDEFOP (Centro europeu para o desenvolvimento da formação profissional), no <i>Workshop Role of VET in Reducing Early Leaving from Education and Training</i> , Grécia, junho de 2014.

Cultura Desporto e Lazer	
Plano	Atividades desenvolvidas
Apropriação de informação de dados administrativos para a disponibilização de estatísticas na área i) do património edificado, ii) do Cinema e iii) do Desporto, em estreita articulação com as entidades detentoras de informação.	Concretizada. Apropriação de informação da DGPC (Património Cultural Imóvel), ICA (Cinema -dados trimestrais e anuais) e IPDJ e FPF (Desporto), disponibilizada pelo INE no Portal, Estatísticas da Cultura, Anuário Estatístico de Portugal, Anuários Estatísticos e Boletim Mensal de Estatística.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Reformulação do Inquérito ao Financiamento das Atividades Culturais, Criativas e Desportivas pelas Câmaras Municipais, passando a recolha da informação a processar-se por via eletrónica.
Saúde e Incapacidades	
Plano	Atividades desenvolvidas
Realização do Inquérito Nacional de Saúde 2014, que integra os aspetos estabelecidos pelo Regulamento (UE) N° 141/2013 da Comissão, de 19 de fevereiro, e as necessidades específicas de dados de base populacional definidas pelo Ministério da Saúde, através do INSA.	Concretizada. Desenvolvida em parceria técnica e financeira com o INSA, constituiu o primeiro inquérito amostral às famílias com possibilidade de recolha <i>web</i> .
Recolha, apuramento e análise dos dados sobre os recursos e a atividade dos estabelecimentos de saúde em 2013.	Concretizada parcialmente. Realização da recolha, validação e apuramento dos dados do Inquérito aos hospitais 2013. Desenvolvimento, no âmbito do Grupo de Trabalho das Estatísticas da Saúde, de trabalhos técnicos para possibilitar o acesso aos dados administrativos relativos às unidades de cuidados de saúde primários já em 2015.
Recolha e apuramento da informação sobre Pessoal de saúde 2013.	Concretizada.
Validação, apuramento e análise dos dados relativos a causas de morte de 2013, com base nos dados de óbitos registados, nomeadamente os recolhidos e codificados através do novo Sistema de Informação dos Certificados de Óbito da DGS.	Concretizada parcialmente. Relativamente aos dados de 2013 coexistiram dois modos de certificação dos óbitos, na forma tradicional e na forma eletrónica (através do SICO – Sistema de Informação dos Certificados de Óbito). A disponibilização dos dados definitivos transitou para 2015 devido à necessidade de prolongamento da fase de codificação das causas de morte por parte da DGS.
Desenvolvimento dos trabalhos conducentes à sistematização da recolha e apuramento dos Indicadores de Saúde da Comunidade Europeia (ECHI), à integração de dados administrativos sobre morbilidade e caracterizadores dos prestadores de serviços de saúde em Portugal e respetiva meta	Concretizada.

informação, em articulação com as entidades pertinentes do Ministério da Saúde.	
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Continuação da implementação das recomendações do Grupo de Trabalho das Estatísticas da Saúde do CSE, em articulação com as entidades do Ministério da Saúde.
Proteção Social	
Plano	Atividades desenvolvidas
Divulgação dos resultados sobre receitas e despesas de proteção social e sobre beneficiários de pensões (SEEPROS) em 2012.	Concretizada.
Divulgação dos resultados sobre prestações líquidas de proteção social em 2012.	Concretizada.

1.4.2. Território e Ambiente	
Território	
Plano	Atividades desenvolvidas
Divulgação dos resultados do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional e índices parciais de Competitividade, Coesão e Qualidade ambiental.	Concretizada.
Conclusão do processo de delimitação das Cidades Estatísticas e disponibilização de indicadores para a caracterização socio territorial das Cidades.	Concretizada. Verificado desvio face ao calendário previsto pela necessidade de prolongar o processo de validação dos limites das Cidades, devido à ausência de resposta de um conjunto de Câmaras Municipais.
Georreferenciação dos equipamentos de utilização coletiva, que constituem universo de referência para a difusão de resultados das operações estatísticas da área social (saúde, cultura e educação).	Concretizada. Georreferenciada e validada a informação relativa a hospitais (Saúde), recintos de cinema, museus, jardins zoológicos, jardins botânicos, paços do concelho (Cultura) e estabelecimentos de ensino não superior (Educação).
Disponibilização do estudo Tipologia socioeconómica das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, para a caracterização à microescala da composição territorial das entidades intermunicipais de natureza metropolitana.	Concretizada.
Disponibilização de informação para o projeto europeu Auditoria Urbana de caracterização das condições de vida nas cidades de grande e média dimensão da União Europeia, projeto dinamizado pela Comissão Europeia tendo em vista a melhoria das políticas urbanas dos Estados-membros no quadro da política regional europeia.	Concretizada. Concluído o contrato associado ao projeto <i>Urban Audit</i> (2012-2013) através da entrega do relatório final de atividades e participação nas atividades de controlo de qualidade promovidas pelo Eurostat. Iniciadas as atividades associadas ao contrato <i>Sub-national statistics and city level</i> através da avaliação de fontes.

<p>Conclusão do estudo piloto sobre estatísticas harmonizadas do uso e ocupação do solo a nível europeu, através da integração de dados nacionais com base em Tecnologias de Informação Geográfica.</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Enviados ao Eurostat relatórios de implementação e final, incluindo avaliação de fontes, sistematização de metodologias, resultados e metainformação associada, e avaliação de viabilidade de ciclos de atualização.</p>
<p><i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> – Preparação da implementação das novas NUTS portuguesas estabelecidas no Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014. – Seleção, preparação e validação dos conteúdos estatísticos produzidos pelo INE e incorporados no Portal da Transparência Autárquica. – Operacionalização da Tipologia de áreas urbanas (TIPAU 2014) para as freguesias de acordo com a geografia de difusão dos Censos 2011 e de acordo com a CAOP 2013 (reforma administrativa do território das freguesias). – Preparação do artigo “Transformações familiares recentes: uma perspetiva territorial” para a publicação Famílias nos Censos 2011: Diversidade e mudança, editado pelo Instituto de Ciências Sociais. – Preparação do relatório sobre os desenvolvimentos nas estatísticas de mobilidade territorial apresentado à SPEBT/CSE, na sequência da conclusão das atividades do Grupo de Trabalho das Estatísticas de Mobilidade Territorial.
Ambiente	
Plano	Atividades desenvolvidas
<p>Estudo de viabilidade de um inventário nacional de sistemas de abastecimento de água no tecido industrial.</p>	<p>Não concretizada.</p> <p>Disponibilizada informação individual relativa à Taxa de Recursos Hídricos, pela APA, apenas em setembro.</p>
<p>Compilação e análise da informação recolhida no âmbito dos inquéritos agrícolas (setoriais e estruturais) relativa aos usos de pesticidas, no âmbito do regulamento europeu relativo às estatísticas dos produtos fitofarmacêuticos.</p>	<p>Concretizada.</p> <p>A última tranche de informação recolhida relativa aos usos teve como suporte de recolha o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013. A informação anual relativa às vendas 2013 foi recolhida, analisada e enviada ao Eurostat.</p>
<p><i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> – Participação no desenvolvimento dos projetos relativos às contas do ambiente e estudo piloto LUCAS, no âmbito das respetivas subvenções. – Elaboração do relatório relativo ao Inquérito aos Municípios sobre o Impacto dos Incêndios de Grande Dimensão e divulgados os principais resultados.

1.4.3. Economia e Finanças	
Contas Nacionais	
Plano	Atividades desenvolvidas
<p>Conclusão e apresentação das Contas Nacionais Portuguesas (na base 2011), decorrente da implementação do (novo) SEC 2010, tendo subjacente um conjunto significativo de alterações metodológicas, como a integração de novas fontes, a capitalização da investigação e desenvolvimento e do material militar e a redefinição da delimitação dos setores institucionais (nomeadamente a reclassificação das <i>Special Purpose Entities</i> por setor institucional).</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Concluído o processo de implementação do SEC 2010 com a divulgação das Contas Nacionais Portuguesas na base 2011.</p> <p>Atualizado um vasto conjunto de informação correlacionada, designadamente Contas Trimestrais, Contas Regionais, Contas Satélite e Procedimento dos Défices Excessivos.</p> <p>Disponibilizado, no Portal do INE, um vasto conjunto de informação na nova base, a qual foi enquadrada por Destaques informativos, nomeadamente sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contas Nacionais Anuais Finais (1995 a 2011); - Contas Nacionais Trimestrais (1º trim. 1995 a 2º trim. 2014); - Contas Regionais (2000 a 2013 Pe); - Conta Satélite da Saúde (2010 a 2013); - Procedimento dos Défices Excessivos; - Principais Agregados das Administrações Públicas; - Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional.
<p>Elaboração da retropolação das Contas Nacionais para os anos 1995 a 2009, em consistência com os resultados para os anos 2010 e 2011 da nova base 2011 e respeitando as novas orientações metodológicas decorrentes da adoção do SEC 2010 (para reporte ao Eurostat e para a elaboração das Contas Nacionais Trimestrais na nova base).</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Produzidas séries para os principais agregados macroeconómicos para o período 1995-2009 na base 2011 (retropolação de resultados), após a implementação da base 2011 das Contas Nacionais, centrada naquele ano e implementada simultaneamente para os anos 2010 e 2011.</p>
<p>Conclusão do estudo de viabilidade da produção de Contas Nacionais Trimestrais para o conjunto da economia até 60 dias após o final do trimestre de referência (o padrão atual é de 70 dias).</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Reduzido o padrão de disponibilização de 70 para 60 dias após o final do trimestre de referência, a partir do 3º trimestre.</p> <p>Antecipada a data de divulgação das Contas Trimestrais por Setor Institucional, que passou de 90 dias após o final do trimestre de referência, para 85 dias.</p>
<p>Compilação de resultados ajustados de efeitos de calendário para o PIB e componentes (atividade desenvolvida no âmbito de subvenção com o Eurostat).</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Disponibilizadas as séries das Contas Nacionais Trimestrais ajustadas de efeitos de calendário e de sazonalidade a partir do Destaque do 2º trimestre de 2014, garantindo o cumprimento das obrigações de reporte ao Eurostat de acordo com o programa de transmissão SEC 2010. Enviado o relatório final da subvenção com o Eurostat.</p>
<p>Realização de um estudo de viabilidade sobre estimativas rápidas do PIB a 30 dias.</p>	<p>Concretizada.</p> <p>Desenvolvida no âmbito de subvenção com o Eurostat (com início em outubro de 2014 e a finalizar no final de 2016), tendo por objetivo a melhoria da qualidade das estimativas rápidas do PIB a 30 dias, sobretudo no que respeita a informação do comércio externo de bens e serviços.</p>

Elaboração de estudo sobre a correção de sazonalidade nas contas trimestrais por setor institucional (ao abrigo de subvenção do Eurostat), tendo como objetivo o cumprimento das obrigações de reporte de acordo com o programa de transmissão SEC 2010.	Concretizada. Concluído estudo sobre a correção de sazonalidade nas contas trimestrais por setor institucional, cujo relatório inclui os resultados da aplicação da correção de sazonalidade às séries trimestrais por setor institucional.
Elaboração de estudo sobre estimativas preliminares do VAB e do emprego por NUTS II (ao abrigo de subvenção do Eurostat), tendo como objetivo o cumprimento das obrigações de reporte de acordo com o programa de transmissão SEC 2010.	Concretizada. Desenvolvida no âmbito de uma subvenção com o Eurostat, com vista a: i) melhorar a metodologia das estimativas preliminares (t+12 meses) do VAB regional, avaliada pelos desvios face às estimativas definitivas (t+24 meses); ii) e desenvolver uma metodologia para cálculo do emprego para estimativa a t+12 meses, os seus resultados foram já implementados no final de 2014 com a compilação de contas regionais para os anos 2012 e 2013, transmitidas ao Eurostat numa base regular.
Contas Satélite e Regionais	
Plano	Atividades desenvolvidas
Disponibilização das Contas Satélite de produção regular (Conta das Emissões Atmosféricas, Conta de Fluxos de Materiais, Impostos com Relevância Ambiental, Contas Económicas da Agricultura, Contas Económicas da Agricultura Regionais, Conta Satélite da Saúde), de acordo com a nova base das Contas Nacionais (SEC 2010).	Concretizada. Disponibilizadas de acordo com os calendários de produção regular das contas satélite. Disponibilizadas séries longas de acordo com a nova base das Contas Nacionais (SEC 2010) para: Contas Económicas da Agricultura (1980-2014_1E); Contas das Emissões Atmosféricas (1995-2012); Conta de Fluxos de Materiais (1995-2013P); Contas Económicas da Agricultura Regionais (1995-2013); Conta Satélite da Saúde (2010-2013P).
Reativação da compilação da Conta Satélite do Turismo (atividade dependente de recursos adicionais).	Não concretizada. Interrompidos os trabalhos na sequência da saída de um técnico não substituído.
Compilação de Contas da Energia, Conta de Bens e Serviços Ambientais e Despesas de Proteção Ambiental (ao abrigo de um Grant com o Eurostat, para o desenvolvimento de estudos-piloto sobre os novos módulos do Regulamento das Contas Económicas do Ambiente).	Concretizada parcialmente. Solicitada a derrogação ao Eurostat, na sequência da saída de um dos técnicos afetos ao projeto e não substituído.
Desenvolvimento de estudos de viabilidade para novas Contas Satélite (cultura, desporto, mar) e respetiva elaboração, caso para isso apontem os referidos estudos.	Concretizada. Concluídos os estudos de viabilidade da Conta Satélite do Mar, Conta Satélite do Desporto e Conta Satélite da Cultura, que apontaram no sentido da sua exequibilidade. Iniciados os trabalhos de elaboração das referidas Contas Satélite.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Colaboração no Projeto de "Monitorização e Indicadores" da Estratégia Nacional para o Mar (SEAMind), por solicitação da Direção Geral da Política do Mar.

Conjuntura Económica e Preços	
Plano	Atividades desenvolvidas
Atualização da estrutura de ponderação anual do IPC e IHPC, com base em informação das Contas Nacionais, bem como de fontes complementares.	<p>Concretizada.</p> <p>Incorporados, como fonte primária para a atualização da estrutura de ponderação de 2014 do IPC e do IHPC, os resultados da nova base (2011) das Contas Nacionais Portuguesas, ao nível de três dígitos da Classificação do Consumo Individual por Objetivo; para níveis mais desagregados da despesa foi utilizada a informação proveniente do Inquérito às Despesas das Famílias e dos Censos, complementada com outras fontes de informação de natureza administrativa, bem como outros inquéritos realizados pelo INE.</p>
Conclusão de um índice de preços administrados no consumidor e sua compilação regular.	<p>Concretizada.</p> <p>Concluído o estudo elaborado ao abrigo da subvenção do Eurostat <i>Preparatory work for the regular compilation of the harmonised index of consumer prices – administered prices (HICP-AP)</i>.</p> <p>Elaborado e enviado ao Eurostat o relatório final.</p>
Implementação da COICOP a 5 dígitos ao nível do IPC e do IHPC.	<p>Concretizada.</p> <p>Finalizada a implementação da COICOP a 5 dígitos no IPC e IHPC, tendo sido incorporados alguns ajustamentos durante o ano de 2014.</p> <p>Elaborado e enviado ao Eurostat o relatório final referente à subvenção do Eurostat <i>Preparatory work towards the implementation of the common 5-digit COICOP classification</i>, incluindo os índices para o período dezembro de 2008 a março de 2014 (complementando a informação anteriormente enviada).</p>
Compilação do Inventário de fontes e métodos e do relatório de qualidade do IHPC para reporte ao Eurostat.	<p>Concretizada parcialmente.</p> <p>Elaboração em curso: a compilação do inventário de fontes e métodos e relatório de qualidade do IPC adquire carácter de obrigatoriedade com a implementação do novo regulamento do IHPC, prevista para janeiro de 2016; envio ao Eurostat ainda em 2015.</p>
Consolidação da produção de índices de preço da habitação com recurso a informação de natureza fiscal.	<p>Concretizada.</p> <p>Realizado o projeto de produção do Índice de Preços da Habitação (IPHab), com base em informação de natureza fiscal (IMT); iniciada a produção e divulgação regular trimestral em julho de 2014, com resultados disponíveis desde o primeiro trimestre de 2009.</p>
Elaboração de estudos de viabilidade para a extensão da produção de informação na área do património não financeiro a outros indicadores relevantes, como indicadores de transação de habitação e índices de preços de propriedades comerciais, acompanhando os desenvolvimentos a nível europeu nesta área estatística.	<p>Concretizada.</p> <p>Divulgados dados sobre a transação de habitações (nº e valor), no âmbito da subvenção do Eurostat</p> <p>Desenvolvido o trabalho de apropriação dos microdados (fiscais) e construção da respetiva base de dados de suporte ao projeto de cálculo do índice de preços de propriedades comerciais, no âmbito da referida subvenção.</p>

Potenciação da utilização de <i>scanner data</i> no domínio do <i>Multipurpose Price Statistics</i> , como fonte privilegiada na obtenção de comparações espaciais e temporais de preços, melhorando desenhos de amostra e ponderadores, incluindo métodos de integração com preços recolhidos de outras fontes.	<p>Concretizada.</p> <p>Prosseguidos os estudos para exploração de dados <i>scanner</i> em diversas vertentes para utilização na produção do Índice de Preços no Consumidor/ Índice Harmonizado de Preços no Consumidor, enquadrados na subvenção do Eurostat <i>Enhance the use of scanner data for Multi-Purpose Consumer Price Statistics</i>.</p> <p>Participação no <i>workshop</i> sobre <i>Scanner data</i> realizado em outubro de 2014 na Áustria, que permitiu um amplo debate sobre questões de natureza conceptual e metodológica.</p>
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Início dos trabalhos e produção do relatório intermédio, no âmbito de uma subvenção do Eurostat, para a implementação de um sistema de recolha de preços e rendas de terrenos agrícolas. – Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Consumidores: introdução de nova amostra e do esquema de rotações no inquérito.
Empresas	
Plano	Atividades desenvolvidas
Continuação dos trabalhos para o alargamento da série do Sistema de Contas Integradas das Empresas aos anos 1996 a 2003.	<p>Não concretizada.</p> <p>Adiada por insuficiência de recursos humanos.</p>
Participação ativa no projeto europeu <i>Micro data linking of Structural Business Statistics and other business statistics</i> , a concluir em 2015, para criação de um painel de empresas relativo a diferentes fontes de informação, para o período 2008 a 2012.	<p>Concretizada.</p> <p>Construídas e efetuada a primeira fase do processo de validação de oito bases de dados, para o período de referência de 2008 a 2012, de acordo com as especificações definidas pela equipa de coordenação do projeto: Unidades Estatísticas, Estatísticas Estruturais das Empresas, Demografia das Empresas, Estatísticas das Filiais de Empresas Estrangeiras, Cadeias de Valor Globais, Comércio Internacional de Bens, Inovação e Conhecimento e Tecnologias de Informação e Comunicação.</p>
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilização antecipada do Sistema de Contas Integradas das Empresas – 2013 (dados provisórios), devido à estabilização, quer dos prazos de entrega da IES, quer dos processos de produção, que possibilitaram uma melhoria significativa de qualidade na vertente “atualidade”. – Revisão dos formulários da Informação Empresarial Simplificada 2014, com particular incidência nos quadros que fornecem informação para os projetos Filiais de Empresas Estrangeiras, Grupos de Empresas e Contas Nacionais. – Preparação e elaboração de uma ficha de “retorno personalizada às empresas”, contemplando um conjunto de indicadores-chave, nomeadamente “indicadores de enquadramento macroeconómico” e “indicadores económico-financeiros”, que posicionam a empresa no setor de atividade em que se insere, enviada, em 2014, a cerca de 5000 empresas.

Administrações Públicas	
Plano	Atividades desenvolvidas
Produção das contas anuais das Administrações Públicas para o período 1995 a 2013, de acordo com o SEC 2010, bem como das respetivas contas trimestrais desde o 1º trimestre de 1999. Consolidar a produção das contas trimestrais e anuais e garantir a máxima qualidade das notificações no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos.	<p>Concretizada.</p> <p>Compiladas as Contas Anuais das Administrações Públicas (AP) para o período 1995-2013 de acordo com o SEC 2010 e tendo 2011 como ano base.</p> <p>Compiladas contas trimestrais desde o primeiro trimestre de 1999, coerentes com a nova série de contas anuais. Implementadas todas as recomendações e orientações, quer do SEC 2010 quer do manual do défice e da dívida, de modo a garantir total coerência do sistema global.</p>

1.4.4. Comércio Internacional	
Comércio Internacional de Bens	
Plano	Atividades desenvolvidas
Consolidação de novas metodologias e procedimentos nas Estatísticas do Comércio Internacional.	<p>Concretizada.</p> <p>Implementadas melhorias nas metodologias e procedimentos de estimação do Comércio Internacional, que implicaram a redução das revisões regulares, visível na comparação das diferentes versões de dados divulgadas (dados preliminares, provisórios e definitivos), e de acordo com a Política de Revisões do INE.</p>
Estudo de viabilidade para a melhoria do modelo de difusão das Estatísticas do Comércio Internacional.	<p>Concretizada parcialmente.</p> <p>Identificadas novas necessidades dos utilizadores bem como novas áreas específicas de análise, com conseqüente alargamento do número de indicadores disponíveis no Portal e de temas abordados em destaques temáticos e na Publicação das Estatísticas do Comércio Internacional.</p>
Participação no projeto europeu para simplificação do Comércio Internacional (SIMSTAT – <i>Single Market Statistics</i>), incluindo a participação no ESS.Net, que tem como objetivo a preparação dos testes inerentes à transmissão de dados entre os Estados-membros, e as necessárias adaptações nos sistemas e procedimentos nacionais.	<p>Concretizada.</p> <p>Realizado um 1º teste piloto de troca de microdados.</p> <p>Adaptados os sistemas informáticos para participação nos testes de troca de microdados mensais, a decorrer entre abril e setembro de 2015.</p> <p>Preparadas alterações no formulário de recolha do Sistema Intrastat, a implementar a partir de janeiro de 2015, para garantir a plena utilização dos microdados sobre exportações, que serão trocados entre Estados-membros, para comparação com as respetivas importações que, no entanto, continuarão a ser recolhidas no âmbito do Intrastat.</p>
Desenvolvimento da produção de Índices de Preços de Comércio Internacional, de grande relevância para a monitorização das políticas de exportação.	<p>Concretizada parcialmente.</p> <p>Elaborado estudo de viabilidade para a produção de Índices de Preços do Comércio Internacional, que identifica metodologias alternativas, a testar apenas no início de 2015.</p>
Conceção de um (novo) Inquérito sobre as Perspetivas de Exportação de Bens.	<p>Concretizada.</p> <p>Concebido e preparado um Inquérito sobre Perspetivas de Exportação de Bens, a realizar bianualmente (em maio e novembro), para disponibilizar</p>

	<p>informação sobre a variação nominal das exportações esperada pelas empresas, bem como sobre as causas associadas a eventuais desvios entre a variação prevista e a variação verificada.</p> <p>Realizada a edição relativa a 2014.</p>
--	---

1.4.5. Agricultura, Floresta e Pescas

Agricultura e Floresta

Plano	Atividades desenvolvidas
Conclusão da realização do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 (IE 13), dentro dos prazos previstos e respetivo reporte ao Eurostat.	<p>Concretizada.</p> <p>Concluído dentro dos prazos, incluindo o envio do ficheiro de microdados (Eurofarm) ao Eurostat e do relatório metodológico e de qualidade.</p> <p>Atualizados 1000 indicadores no Portal.</p>
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Edição da publicação “Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013”, não prevista no Plano de Publicações 2014. – Participação na sessão de encerramento do roteiro de apresentação do livro “Inovação em Portugal Rural - Detetar, Medir e Valorizar”. – Participação na sessão de Mercados de Cereais promovida pela ANPOC – Associação Nacional Produtores Cereais, Oleaginosas e Proteaginosas. – Apoio estatístico à comunicação do Instituto Superior de Agronomia no XIII Congresso de Nutrição e Alimentação – Porto, maio de 2014. – Apoio na conceção do módulo “Ingestão Alimentar” no <i>sub-site</i> da Direção-Geral de Saúde, dedicado ao programa nacional para a promoção de alimentação saudável.

1.4.6. Indústria, Energia e Construção

Indústria e Energia

Plano	Atividades desenvolvidas
Alargamento dos indicadores disponíveis no Portal do INE, quer através da cobertura de novas áreas, quer de maior desagregação geográfica da informação, tendo por base a informação proveniente da Direção-Geral de Energia e Geologia.	<p>Concretizada.</p> <p>Disponibilizados indicadores estatísticos relativos ao tema da Energia, da responsabilidade da DGEG, contribuindo para melhorar a informação aos utilizadores através de um ponto único de acesso à informação estatística oficial, produzida pelo INE e pelas Entidades com Delegação de Competências.</p> <p>Em curso alterações conducentes à disponibilização dos indicadores de acordo com as novas NUTS 2013.</p>
Desenvolvimento de diligências junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial para a produção de estatísticas sobre marcas e patentes, necessárias, designadamente, para monitorização do QREN.	<p>Concretizada.</p> <p>Acedida informação relativa às patentes ambientais, cujos resultados foram integrados na publicação das Estatísticas do Ambiente e no Portal sob a forma de indicadores estatísticos.</p>

Construção e Habitação	
Plano	Atividades desenvolvidas
Consolidação do processo de apropriação dos dados administrativos do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU), para atualização do Ficheiro Nacional de Alojamentos.	Concretizada. Utilizada informação do SIOU na atualização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (nomeadamente a localização geográfica dos edifícios e a identificação e caracterização dos novos fogos construídos/demolidos). Implementados procedimentos com vista à recuperação de informação sobre as coordenadas de localização geográfica para o período entre os Censos 2011 (base do FNA) e a reformulação do SIOU (entre março de 2011 e dezembro de 2012).
Apropriação de dados administrativos conducentes à produção de novos indicadores estatísticos sobre o arrendamento urbano, dependente de Protocolo com a Autoridade Tributária e Aduaneira.	Não concretizada. Aguardada a reformulação do protocolo com a Autoridade Tributária e Aduaneira, em preparação.
Apropriação de dados administrativos do Instituto da Construção e do Imobiliário para a produção de informação estatística sobre Obras Públicas.	Não concretizada. Iniciado o processo de inventariação da informação administrativa disponível no Instituto da Construção e do Imobiliários, no âmbito do Inventário de Fontes Administrativas a decorrer junto dos organismos da Administração Pública.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Definição de uma nova Política de Revisões para o SIOU, a aplicar aos dados a partir de 2014.

1.4.7. Serviços	
Comércio interno	
Plano	Atividades desenvolvidas
<i>Desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Início de trabalhos conducentes à georreferenciação de estabelecimentos de comércio a retalho - unidades de dimensão relevante.
Transportes	
Plano	Atividades desenvolvidas
Divulgação de Destaque sobre o Transporte de Passageiros em 2013, abordando todos os modos de transporte (público).	Concretizada. Evidenciada a evolução verificada nos últimos anos e a repartição modal comparada em Portugal e na UE.
Melhoria da qualidade dos ficheiros de veículos, inspeções e registos em geral, nomeadamente aprofundando o conhecimento da informação administrativa disponível no Instituto da Mobilidade e Transportes e no Instituto dos Registos e Notariado.	Concretizada parcialmente. Implementados melhoramentos nos procedimentos de análise e apuramento de resultados do parque rodoviário presumivelmente em circulação, os quais beneficiaram da articulação com o Instituto da Mobilidade e Transportes.

Elaboração de um estudo que permita melhorar o conhecimento sobre a origem/destino dos passageiros de transporte aéreo, com base na informação relativa a tráfego nos aeroportos portugueses.	Concretizada. Produzido estudo sobre origens e destinos dos passageiros, com base em resultados de tráfego aéreo e também de fontes acessórias.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Divulgação, com base nos Censos de 2001 e 2011, de resultados detalhados sobre a evolução dos movimentos pendulares da população residente.
Turismo	
Plano	Atividades desenvolvidas
Divulgação, pela primeira vez, de informação do Inquérito aos Meios de Alojamento, recorrendo a nomenclaturas relativas a densidade populacional e a zonas costeiras.	Concretizada. Produzidos resultados sobre a oferta de alojamento turístico e sua ocupação, dando cumprimento ao Regulamento nº 692/2011 sobre Estatísticas de Turismo, mediante a aplicação da classificação de densidade populacional e da nova classificação de zonas costeiras.
Reformulação do Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros alojamentos, com a inclusão de variável sobre acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, cuja recolha deverá iniciar-se em 2014.	Concretizada. Reformulado o Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros alojamentos, com a inclusão de variável sobre mobilidade reduzida.
Consulta aos Municípios, em articulação com o Turismo de Portugal, I.P., tendo em vista o refrescamento dos ficheiros de estabelecimentos de Alojamento Local.	Concretizada parcialmente. Recebida mensalmente do Turismo de Portugal, I.P. informação atualizada sobre estabelecimentos de alojamento turístico em funcionamento, tendo o fluxo relativo ao Alojamento Local vindo a aumentar, com a colaboração crescente dos municípios. Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 128/2014 sobre o alojamento local, previstos mecanismos adicionais de reporte de atividade que permitirão uma mais adequada atualização de ficheiros no Turismo de Portugal e, conseqüentemente, no INE.
Consolidação, no âmbito do Inquérito às Deslocações dos Residentes/Procura Turística, do estudo sobre deslocações de um só dia, tendo em vista a produção dos primeiros resultados sobre este tema, para cumprimento do Regulamento (EU) N.º 692/2011.	Concretizada Divulgados, nas Estatísticas de Turismo 2013, os primeiros resultados de excursionismo (viagens de um só dia), na sequência do estudo de viabilidade previamente elaborado.

1.4.8. Inovação e Conhecimento	
Sociedade da Informação	
Planeado	Atividades desenvolvidas
Divulgação dos resultados dos inquéritos à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias e nas Empresas, relativos a 2014.	Concretizada.
Realização do módulo 2014 do Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas relativo a Despesa/Investimento em TIC.	Não concretizada. Recolha relativa a este módulo não incluída no regulamento nº 859/2013, de 5 de setembro, que define o Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas em 2014.
Recolha, apuramento e divulgação dos dados do Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação nos Hospitais em 2014.	Concretizada.
Colaboração técnica com a DGEEC na preparação dos inquéritos à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação na Administração Pública Central e Regional e à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Câmaras Municipais, a realizar em 2014.	Concretizada.

1.5.DIFUSÃO E A PROCURA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

A difusão de informação pelo INE processa-se através de diversos suportes.

Portal de Estatísticas Oficiais

O Portal de Estatísticas Oficiais é, desde a sua criação em 2007, o canal privilegiado para a difusão de informação pelo INE, quer pelo volume de informação que disponibiliza aos utilizadores, continuamente ampliado, quer pelas possibilidades de pesquisa que lhes proporciona e pela autonomia que lhes confere.

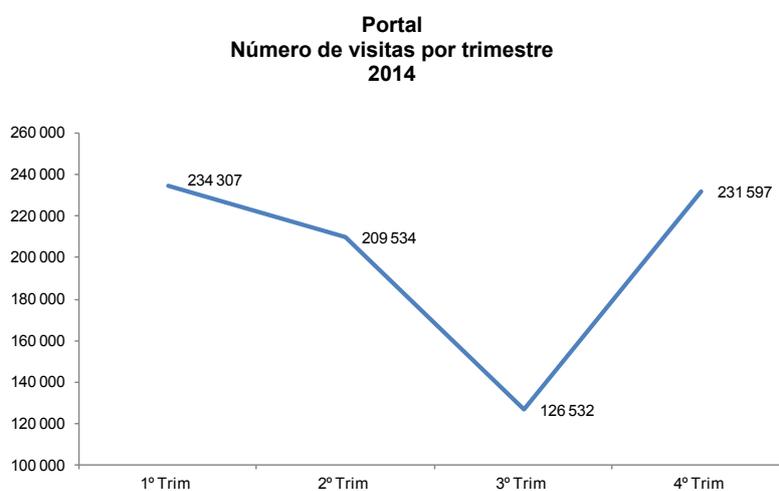
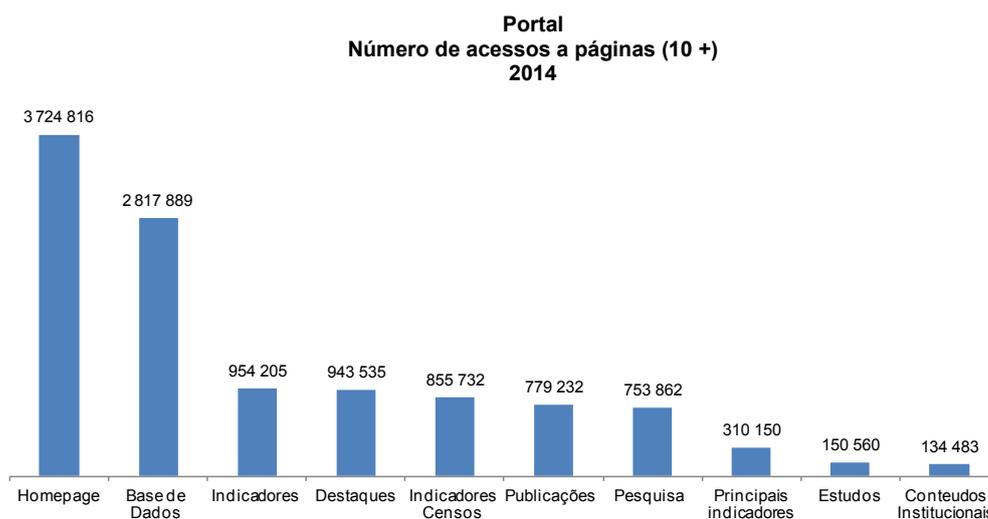
No final de 2014, a Base de Dados do Portal do INE integrava 7 565 indicadores, o que representa um acréscimo de 3,7% em relação ao ano anterior.

Disponibilizam-se estatísticas relativas à utilização do Portal em 2014:

**Portal
Indicadores síntese
2014**

Acessos (a)		Páginas visionadas (a)	
N.º	Variação 2014-2013 (%)	N.º	Variação 2014-2013 (%)
1 246 569	- 8%	12 817 501	-10%

(a) Só acessos (visitas) externos.



Portal
Acessos a indicadores da base de dados, por tema (10+)
2014



Publicações ¹

Em 2014, foram divulgadas 59 publicações (67 em 2013), das quais:

- 28 editadas em papel e/ou CD-ROM (36 em 2013), das quais 8 para venda (17 em 2013);
- 31 divulgadas gratuita e exclusivamente através do Portal (31 em 2013).

Atendimento e apoio a clientes

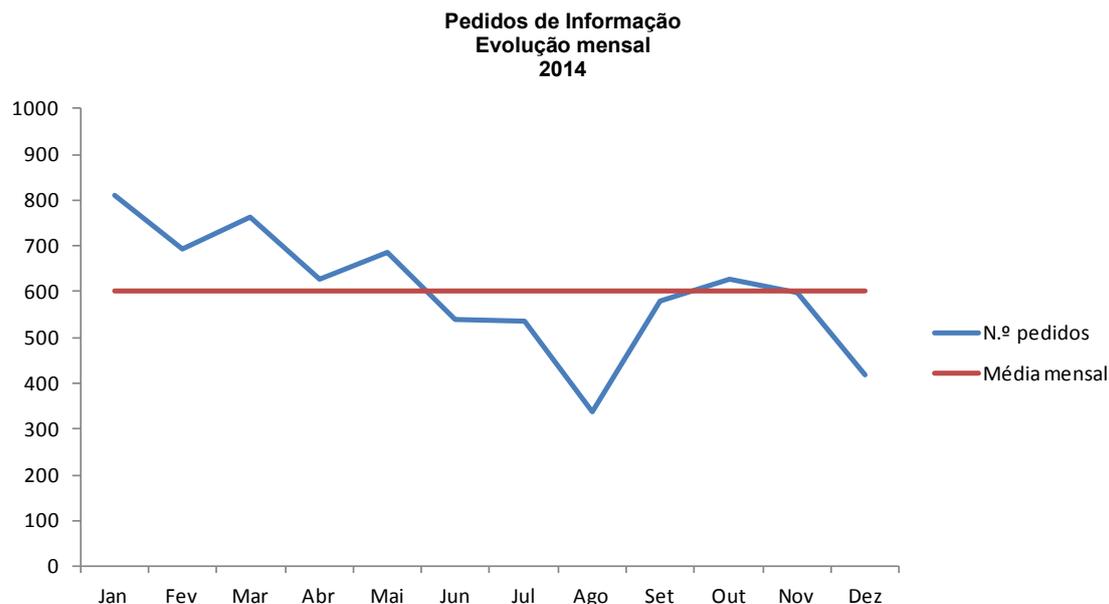
O serviço Apoio a Clientes registou, em 2014, um total de 13 620 pedidos de informação, pelos seguintes “canais de entrada”:

Pedidos de Informação
Por tipo de canal
2014

Tipo de canal	Nº
Portal	5 216
E-mail	1 887
Telefone (operador)	5 405
Telefone (IVR)	999
Outros	113
Total	13 620

¹ Neste relatório, cada edição infra-anual de um mesmo título é contabilizada como uma publicação.

A evolução do número de pedidos de informação não é uniforme ao longo do ano



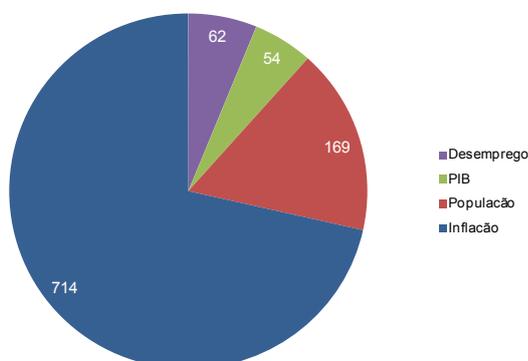
Os Censos da População e Habitação e as Empresas foram as áreas para as quais mais informação foi solicitada.



O canal “Telefone (IVR)” é um serviço de atendimento telefónico automático contínuo (24 sobre 24 horas, 365 dias por ano), que fornece informação sobre quatro indicadores: Inflação, População, Desemprego e PIB. O gráfico que se segue reflete a distribuição, por indicadores, dos 999 telefonemas recebidos neste

serviço, nos quais os pedidos de informação sobre “Inflação” representaram 71% das respostas automáticas:

**Atendimento telefónico automático (IVR)
Por indicador (N.º)
2014**



O desempenho do serviço de Apoio a Clientes, medido pelo tempo médio de resposta a pedidos de informação, melhorou de novo face ao ano anterior (0,59 dias úteis, contra 0,69 dias úteis em 2013), superando a meta estabelecida.

É de registar ainda que, do total de pedidos recebidos em 2014, apenas 297 envolveram apuramentos específicos e foram sujeitos a tarifação.

Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior (RIIBES)

Dimensão

Em 2014, foi criado mais um Ponto de Acesso (PA) à RIIBES, na Universidade Aberta, pelo que a Rede é constituída, presentemente, por 34 PA's.

Divulgação

Foram editados seis números da Folha Informativa bimensal elaborada e divulgada pelo INE, em suporte eletrónico, no seio da Rede.

As Instituições “parceiras” do INE deram continuidade à divulgação da Rede e das atividades desenvolvidas no seu âmbito, recorrendo a diversos meios, nomeadamente: i) elaboração e distribuição de folhetos; ii) difusão seletiva de informação com base nos Destaques enviados pelo INE; iii) boletins informativos digitais concebidos especificamente para a promoção, no seio da Instituição “parceira”, do acesso à informação estatística difundida pelo INE e da sua utilização.

Formação

Em 2014, o INE realizou uma ação de formação destinada a pessoal técnico de atendimento dos Pontos de Acesso, para quatro grupos (2 em Lisboa e 2 no Porto), com um total de 48 participantes.

Complementarmente, os Parceiros da Rede promoveram sessões de formação e/ou divulgação para o seu próprio pessoal técnico e para os utilizadores internos e externos, em muitos casos com a colaboração do INE.

**Sessões de formação/divulgação organizadas pelos Parceiros
2014**

(N.º)

Pessoal técnico dos "Parceiros" (1) (2)		Utilizadores internos e/ou externos (1) (3)		Apresentações/Sessões de informação (4)	
Sessões	Participantes	Sessões	Participantes	Sessões	Participantes
6	27	65	1 089	363	4 644

- (1) Sessões com uma forte componente prática, em que os participantes realizaram exercícios ou acompanharam, executando, os procedimentos explicitados pelo formador.
- (2) Sessões dinamizadas por formadores das próprias Instituições.
- (3) 41 destas sessões, envolvendo 717 participantes, foram dinamizadas por formadores do INE.
- (4) Sessões sem componente prática por parte dos participantes, mas nas quais foi feita uma exposição/demonstração sobre um ou mais produtos e/ou serviços disponíveis nos Pontos de Acesso.

A intervenção direta do INE e dos "Parceiros" nesta dinâmica formativa foi a seguinte:

**Sessões de formação/divulgação
RIIBES
2014**

(N.º)

Asseguradas por	Sessões	Participantes
Pessoal técnico do INE	42	765
Pessoal técnico dos "Parceiros"	393	5 043
Total	435	5 808

Projeto ALEA – Ação Local de Estatística Aplicada

As ações mais relevantes concretizadas no âmbito deste projeto em 2014 foram as seguintes:

Atualização de conteúdos:

- Dados relativos à inflação (mensal) e à taxa de desemprego (trimestral).
- Publicações "Portugal em números - 2012", "Portugal em números - 2013" e "Península Ibérica em Números - 2013".
- Renovação da área "Meio Envolvente": disponibilização de informação dos Recenseamentos da População e da Habitação de 2011 (até ao nível da freguesia), cujos dados definitivos foram divulgados no final de 2012, e também reformulação gráfica.

Novos conteúdos:

- Divulgação de uma nova Atualidade: "Em Portugal existem 159 cidades, nas quais residiam 4,5 milhões de indivíduos".
- Apresentação de dois "Desafios", cujo número médio de respostas válidas foi 1062.
- Divulgação de duas novas ActivALEA's (fichas de trabalho para uso em sala de aula): "O que é uma sondagem? Como é transmitido o resultado de uma sondagem? O que é um intervalo de confiança?" e "Estimar a percentagem de...".
- Disponibilização de uma nova área designada "Conjuntos de Dados", concebida para apoiar a elaboração de trabalhos estatísticos, nomeadamente através da disponibilização de informação estatística em folhas de cálculo, com diferentes formatos e possibilitando múltiplas análises.

Divulgação:

- Dinamização do "Espaço ALEA", em paralelo com as Competições Nacionais organizadas pelo PmatE – Projeto Matemática Ensino/Univ. Aveiro (28 a 30 de abril).

- Sessão Prática “Ensinar e aprender estatística do dia-a-dia: o papel do ALEA”, realizada a 12 de abril de 2014 no XXX ProfMAT, promovido pela Associação de Professores de Matemática (APM).
- Exposição de materiais ALEA na “Qualifica 2014” (Feira de Educação, Formação, Juventude e Emprego, realizada na Exponor entre 13 e 16 de março).
- Ações de formação para professores dos ensinos básico e secundário em que o ALEA é amplamente abordado (cf. ponto anterior).

Merece igualmente relevo o reinício do trabalho para a construção de um novo sítio do ALEA na internet.

Colaboração com o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares

No âmbito do protocolo existente entre o INE e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) do Ministério da Educação, que visa promover a literacia estatística nos estabelecimentos de ensino básico e secundário, tiveram lugar as seguintes ações:

- Disponibilização à RBE de exemplares do Anuário Estatístico de Portugal destinados a 1200 bibliotecas escolares em estabelecimentos daqueles níveis de ensino;
- Realização de 32 sessões de formação para professores de um amplo leque de disciplinas (464 participantes no total), para dar a conhecer, numa primeira abordagem, as potencialidades do Portal e do Projeto ALEA. Estas sessões decorreram em instalações das escolas que solicitaram a formação.

Informação Estatística para Investigadores

A disponibilização de informação para investigadores, nos termos do Protocolo assinado entre o INE e o ex-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, é uma vertente da Difusão que merece particular atenção.

Em 2014, foram recebidos 52 pedidos novos, número ligeiramente inferior ao registado no ano anterior (54). O número de esclarecimentos e pedidos suplementares foi de 32, o que também corresponde a uma redução face aos ocorridos em 2013 (48).

Interações com os investigadores 2014

(N.º)	
Tipo de Interação	
Pedidos novos	52
Pedidos suplementares/esclarecimento	32
Novos processos – Tipo de projeto	
Projeto de investigação	36
Doutoramento	9
Mestrado	7

No final de 2014, estavam disponíveis 41 bases de microdados, sendo as seguintes as mais solicitadas:

**Bases de microdados
Solicitações dos investigadores**

Bases de microdados		2014
		N.º
Inquérito Anual às Empresas (IEH/SCIE) / Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE)		14
Inquérito ao Emprego (IE)		11
Comércio Internacional		10
Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF/IDEF)		8
Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos (ICOR/SILC)		8
Inquérito Comunitário à Inovação (CIS)		8
Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (IUTIC)		4
Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA)		4
Modulos <i>ad hoc</i> - Inquérito ao Emprego		4

Os tempos médios de resposta a solicitações dos investigadores em 2014 diminuiram face ao ano anterior:

- Pedidos novos: 2,2 dias (2,8 dias em 2013);
- Pedidos suplementares: 2,0 dias (3,8 dias em 2013);
- Esclarecimentos: 3,0 dias (7,6 dias em 2013).

Bibliotecas do INE

As Bibliotecas do INE registaram, em 2014, um total de 723 utilizadores (58,8% durante o 1º semestre e 41,2% no 2º semestre), valor que representa uma quebra de 19,0% face a 2013 e se insere na tendência decrescente que se vem registando nos últimos anos. Os valores mensais mais elevados ocorreram em março e em maio, registando os meses de agosto e setembro os valores mais baixos.

Esta redução continuada do número de utilizadores das Bibliotecas é uma consequência do acesso livre a toda a informação estatística disponibilizada pelo INE no seu Portal, a que se soma da atividade da Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior, quer pela atividade corrente nos seus Pontos de Acesso, quer pela formação para utilizadores que neles tem vindo a ser realizada.

Utilizadores por Biblioteca

Utilizadores por Biblioteca			2014
			N.º
			%
Porto	32	4,4%	
Coimbra	52	7,2%	
Lisboa	601	83,1%	
Évora	34	4,7%	
Faro	4	0,6%	
Total	723	100,0%	

As Bibliotecas do INE continuaram a ser frequentadas sobretudo por Estudantes do Ensino Superior, que representaram 44,8% do total de utilizadores. Seguiram-se-lhes os Investigadores (17,7%), Docentes do Ensino Superior (9,0%) e os representantes de Empresas (8,4%).

Neste período, os utilizadores das Bibliotecas obtiveram uma resposta plena à informação que procuravam em 83,5% das situações e parcial em 6,9%. Em 9,4% das situações, não lhes foi possível obter a informação procurada.

Evidencia-se ainda que, em 2014, 58,0% dos utilizadores recorreu a este serviço do INE pela primeira vez, (58,6% em 2013).

European Statistical Data Support – ESDS

Em outubro de 2014, foi assinado mais um contrato com o Eurostat para a disponibilização, pelo INE, do Serviço *ESDS - European Statistical Data Support*/Estatísticas Europeias, por um período de quatro anos. Este Serviço visa apoiar os utilizadores de informação estatística do Eurostat no acesso às bases de dados e publicações disponíveis no seu *site* (<http://ec.europa.eu/eurostat/help/support>).

Em 2014, foram atendidos 188 pedidos de informação no âmbito do ESDS, com a seguinte tipologia:

		2014
Tipos de pedido		Nº
Disponibilidade de dados / publicações		137
Verificação de dados		16
Informação sobre Metodologia		8
Pedidos de natureza técnica		13
Diversos		14
Total		188

Outras atividades / Intervenções

Colaboração com outras entidades:

- Com o INE de Espanha para a realização das publicações “Península Ibérica em Números - 2013” e “Península Ibérica em Números - 2014”.
- Com a Rede de Bibliotecas Escolares, nos termos já referidos.
- Com a Escola Secundária de Thomaz Pelayo e a Direção Geral de Estabelecimentos Escolares, parceiras do INE no Projeto ALEA.

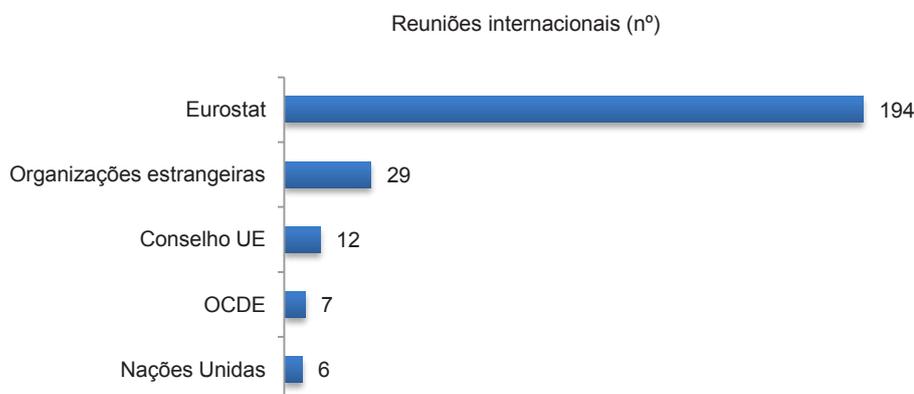
Participação em encontros internacionais:

- Conferência anual IMAODBC 2014 (*International Marketing and Output Database Conference*), em Évora, organizada pelo INE/DI (21 a 25 de setembro).
- *Workshop on Accreditation Standards & Procedures*, organizado pelo projeto “Data Without Boundaries” (Lausanne) – março.
- Reunião do grupo de trabalho “*User Support Network*”, Eurostat (maio).
- *Visit to research Data Centres: Centre d'accès sécurisé distant aux données (CASD)*, organizado pelo projeto “Data Without Boundaries” (Paris) – junho.
- *Work Session on the Communication of Statistics*, organizado pela UNECE (Geneve) – junho.
- *2nd Regional Workshop on Microdata Access in European Countries*, organizado pelo projeto “Data Without Boundaries” (Atenas) – outubro.
- Reunião do grupo de trabalho *Dissemination Working Group*, Eurostat -novembro.

1.6. COOPERAÇÃO ESTATÍSTICA INTERNACIONAL

1.6.1. No âmbito do Sistema Estatístico Europeu e com organizações internacionais

Em 2014, o INE participou num total de 248 reuniões internacionais, que envolveram 284 deslocações, a maior parte das quais no âmbito da União Europeia.



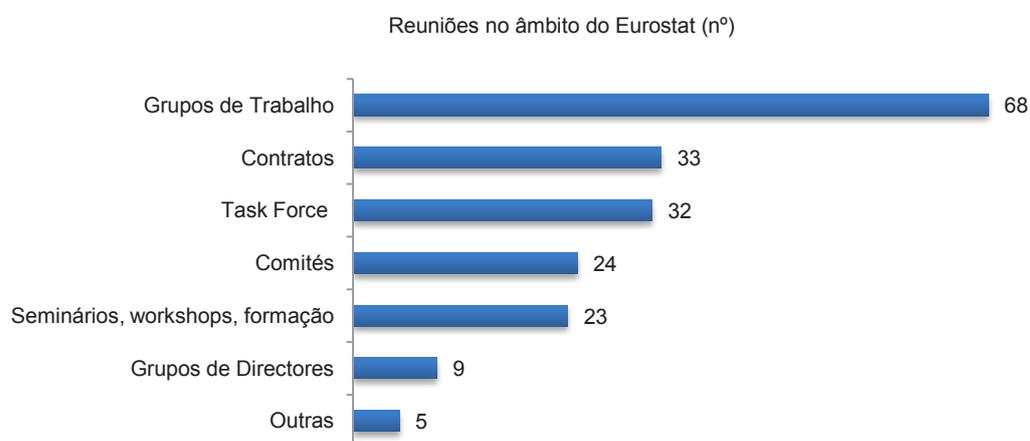
Esta participação envolveu:

- Reuniões do Comité do Sistema Estatístico Europeu e do respetivo *Partnership Group*, bem como dos diversos grupos de diretores e dos grupos de trabalho do Eurostat, no quadro da aplicação do Programa Estatístico Europeu;
- *Task forces* relevantes a nível europeu, designadamente no âmbito dos seguintes projetos, iniciativas e matérias: "Ronda de *Peer Reviews*" ao SEE; "Visão 2020" para o SEE; *Single Market Statistics* (SIMSTAT), questões metodológicas relacionadas com o PDE, estatísticas das Finanças Públicas, Contas nacionais trimestrais, Índice harmonizado de preços no consumidor;
- Liderança do projeto "Paridades de Poder de Compra" no Grupo dos Países do Sul da Europa;
- Participação em projetos europeus promovidos pelo EIGE "*European Institute for Gender Equality*" na área da igualdade de género;
- Participação no projeto "*Data without Boundaries*" de apoio à igualdade de acesso a microdados oficiais para o Espaço Europeu de Investigação, no âmbito do 7º programa-quadro da UE;
- Participação em *ESSnets* de grande relevância na UE, destacando-se: "*SIMSTAT 1 – preparation for exchange of micro-data on intra-EU trade between Member States*" e "*SIMSTAT 2 – Implementation of trial exchange of micro-data on intra-EU trade between Member States*"; "*European Groups Register Methodology (EGR)*", "*European System of Interoperable Statistical Business Registers (ESBR)*" e "*ESS Centre of Excellence on Data Warehousing*";
- Participação na discussão de 10 propostas de atos legislativos no âmbito das reuniões do Grupo "Estatísticas" do Conselho da União Europeia, em diferentes domínios estatísticos, designadamente: revisão do Regulamento sobre as Estatísticas Europeias (223/2009); Transportes Ferroviário e Vias Navegáveis Interiores; Financiamento do Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas 2016; fornecimento e qualidade das estatísticas referentes ao procedimento dos desequilíbrios macroeconómicos (MIP); INTRASTAT; EXTRASTAT; Inquérito ao Emprego; recomendação do Banco

Central Europeu para alteração do regulamento 2533/98 (compilação de informação estatística pelo BCE); estatísticas da balança de pagamentos, comércio internacional de serviços e investimento direto estrangeiro;

- Reuniões de acompanhamento de subvenções financeiras e contratos de prestação de serviços estabelecidos com a Comissão Europeia;
- Sessões anuais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, da Conferência dos Estatísticos Europeus e do Comité de Estatísticas da OCDE, bem como participação em Conferências e reuniões temáticas no âmbito das Nações Unidas, nas áreas da População e Censos, informação geo-espacial, comunicação e difusão de estatísticas, bem como em reuniões da OCDE, destacando-se as áreas de indicadores territoriais, contas nacionais, contas da saúde e preços na habitação;
- Ações de formação nos mais diversos domínios estatísticos, realizadas sobretudo em países da UE.

O INE participou num total de 194 reuniões no âmbito do Eurostat, abrangendo a maior parte a participação em grupos de trabalho.



1.6.2. Atividades de Cooperação Estatística no seio da CPLP e com outros países

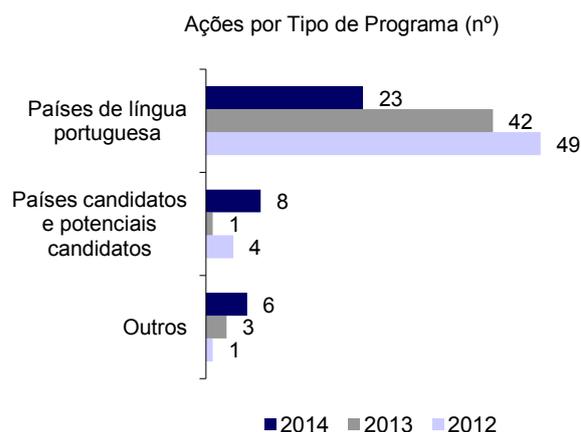
No âmbito da cooperação com os países de língua portuguesa destacaram-se, em 2014, as seguintes atividades:

- Implementação do Programa da CPLP para Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste, no que se refere ao alargamento da fase 2 (2013) e início da fase 3 (2014/2015), com a realização de ações destinadas a vários países, nas áreas dos projetos de Legislação, Classificações, Conceitos e Nomenclaturas, Geoinformação, IPC e Indicadores de Curto Prazo;
- Celebração de Protocolo de Cooperação entre o INE de Moçambique e o INE de Portugal, no domínio técnico-científico da produção e difusão de estatísticas oficiais;
- Apoio bilateral ao INEs: de Moçambique nas áreas de Índices de Preços no Consumidor, Sínteses de Conjuntura e Indicadores de curto-prazo; de Cabo Verde nas áreas de Índice de Preços Turístico e Indicadores de curto-prazo; e do Brasil nas áreas de Planeamento e Custeio de Atividades;

- Participação na Conferência Internacional sobre Contas Nacionais organizada em Luanda pelo INE de Angola;
- Edição do Manual de Conceitos de Moçambique e da Classificação Nacional de Bens e Serviços Rev.1 de Angola;
- Publicação de Newsletter semestral bilingue sobre as atividades de cooperação.

Na cooperação com outros países, destaca-se:

- Cooperação com países candidatos e potenciais candidatos ao abrigo do “Instrumento de Assistência de Pré-Adesão” (IPA) à UE, nomeadamente:
 - no acolhimento de três estágios de longa duração para técnicos da Sérvia e Bósnia e Herzegovina, nas áreas da infraestrutura tecnológica e da infraestrutura informacional;
 - no acolhimento de visita de trabalho de técnicos da Albânia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Macedónia, Montenegro e Kosovo, sobre estatísticas da produção animal;
 - liderança do projeto-piloto sobre IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor), destinado à Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Kosovo, realizado em consórcio com outras entidades externas.
- Cooperação com países da UE, designadamente no acolhimento de visitas de trabalho do INE da Croácia sobre estatísticas agro-monetárias e da Universidade de Vilnius, Lituânia, em diversas áreas das estatísticas oficiais, tais como demografia e economia, bem como sobre as atividades do Sistema Estatístico Nacional.
- Acolhimento de visitas de trabalho de outros países, tal como a China e o Japão, tendo em vista o intercâmbio de impressões e experiências sobre a produção estatística oficial, bem como de uma delegação no âmbito do programa da UE EUROsociAL, destinado à promoção da coesão social na América Latina.



1.7. GESTÃO DA QUALIDADE

Auscultação dos utilizadores

Continuou a atribuir-se grande relevância às atividades de contacto com os utilizadores de informação estatística, de acordo com o compromisso assumido pelo INE na sua **Carta da Qualidade**, (cuja 4ª Edição foi editada em 2014), nomeadamente ao nível da avaliação da sua satisfação em relação aos produtos e serviços que o INE disponibiliza à sociedade (informação detalhada no ponto 1.8 deste relatório).

Código de Conduta para as Estatísticas Europeias

Os princípios do Código Conduta, em conjunto com os princípios relacionados com a Gestão da Qualidade, constituem o quadro de referência comum da qualidade no seio do Sistema Estatístico Europeu, de extrema importância enquanto instrumento de referência para a garantia da confiança e credibilidade dos sistemas estatísticos.

O INE protagonizou uma participação muito ativa na *task force* que desenvolveu a metodologia e questionários da nova ronda de *Peer Reviews*.

Neste contexto, o ano de 2014 foi marcado pela preparação intensiva da nova ronda de *Peer Review* 2014/2015 que teve início em Janeiro de 2014 e decorrerá até ao verão de 2015.

Este processo – metodologia, âmbito, calendário e documentação de base – terminou com a sua aprovação no ESS Comité de 14 de novembro de 2013, que aprovou igualmente a documentação de apoio.

A ronda de *Peer Review* 2014/2015, tem os seguintes objetivos:

- Avaliação da implementação dos 15 Princípios do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias pelo INE e Entidades com Delegação de Competências (EDC);
- Avaliação da função Coordenação dos INE's no seio dos respetivos Sistemas Estatísticos Nacionais;
- Avaliação da cooperação/nível de integração no Sistema Estatístico Europeu, dos INE's e EDC que participem nas estruturas do SEE.

O exercício desenvolveu-se em duas fases:

1ª fase: Resposta aos Questionários de Auto-avaliação e preparação da documentação de suporte e evidência, que ocorreu toda em 2014:

Nesta fase, competiu ao INE:

- A elaboração das respostas a todos os questionários de autoavaliação, relativos ao INE e às EDC, através de plataforma eletrónica disponibilizada pelo Eurostat. Questionários preenchidos:
 - *Self - Assessment Questionnaire on the implementation of the European Statistics Code of Practice (NSI Version)*;
 - *Assessment Questionnaire on the implementation of the European Statistics Code of Practice (EDC Version)* (versão simplificada do questionário sobre a implementação dos princípios do Código de Conduta pelos INE's).
 - *Questionnaire on the Coordination role of the NSIs*;
 - *Questionnaire on cooperation/level of integration achieved by the ESS*;

- A organização das respetivas evidências documentais;
- O envio de um vasto conjunto de documentação institucional conforme *Guide for NSIs and Other National Authorities*.

Para desenvolvimento desta 1ª fase e para assegurar, posteriormente, a organização e coordenação da visita dos *reviewers*, foi constituída uma equipa interna.

2ª fase: Visita de *reviewers*, entre agosto 2014 e julho 2015, a cada país membro, para apreciação do cumprimento do CoP e de outros elementos. A visita a Portugal ocorreu em janeiro de 2015.

Este exercício de *Peer Review* abrange o Sistema Estatístico Europeu na sua globalidade: *Eurostat*, *INE's* e os outros produtores nacionais de estatísticas europeias (ONA).

Assim, no seio do Sistema Estatístico Nacional, o exercício de *Peer Review* 2014/2015 teve por destinatários o INE e as EDC:

- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação e Ciência [DGEEC|MEC];
- Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça [DGPJ|MJ];
- Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia [GEE|ME];
- Direção-Geral de Energia e Geologia do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia [DGEG|MAOTE];
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos do Ministério da Agricultura e do Mar [DGRM|MAM].

As EDC participaram no exercício enquanto produtoras de estatísticas europeias sob a coordenação do INE (Regulamento Nº 223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às Estatísticas Europeias – artigo 5º), tendo sido solicitadas a participar na 1ª fase para resposta aos questionários simplificados de autoavaliação, para o que contaram com a equipa de *Peer Review* do INE que integrou os *focal points* dos departamentos de matéria no INE.

As EDC participaram também na 2ª fase do processo, aquando da visita a Portugal da equipa de *reviewers* em janeiro de 2015.

Os Serviços Regionais dos Açores e da Madeira participaram neste exercício, na qualidade de delegações do INE, quando aplicável, e no âmbito da função coordenação do SEN.

Mais informação sobre o processo de *Peer Review* 2014/2015 pode ser acedida em:

<http://ec.europa.eu/eurostat/web/quality/peer-reviews>

Outras atividades

Na área da Qualidade, é ainda de salientar as seguintes atividades:

- Participação na Conferência Europeia da Qualidade - Q2014, realizada em Viena de Áustria, em junho de 2014, nomeadamente no *Programme Committee*;
- Realização de curso “*Quality in Official Statistics – a culture of assessment*”, em colaboração com perito do Istat;
- Continuação da participação no programa de formação do ESTP – *European Statistics Training Programme*, com uma formadora no curso avançado sobre gestão da qualidade, edição de outubro de 2014, Istat, Roma.

1.8. AUSCULTAÇÃO DOS UTILIZADORES DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

De acordo com o disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 15º da Lei n.º 66-B/2007 - alterada pelas Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - apresentam-se as ações empreendidas e os resultados obtidos no âmbito da avaliação do nível de satisfação dos utilizadores/clientes face aos produtos e serviços disponibilizados pelo INE.

1.8.1. Inquéritos à satisfação dos utilizadores/clientes de informação estatística

A avaliação da satisfação dos utilizadores/clientes iniciou-se no INE em 2000, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços que presta e dos produtos que difunde e de satisfazer as suas necessidades e expectativas (dos seus utilizadores/clientes).

Em 2014 as iniciativas relacionadas com a avaliação do nível de satisfação dos utilizadores/clientes continuaram a inserir-se no Sistema de Auscultação aos utilizadores/clientes de informação estatística, que estabelece a comparabilidade entre os inquéritos realizados aos segmentos distintos de utilizadores/clientes.

Este Sistema está de acordo com as orientações estratégicas das Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial estabelecidas para o período 2013-2017, com o Princípio 11 – Relevância, do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias (“As estatísticas europeias satisfazem as necessidades dos utilizadores”) e com a Carta da Qualidade e Políticas de Difusão e de Revisões do INE.

O objetivo deste Sistema de Auscultação é o de garantir que os inquéritos à satisfação dos utilizadores/clientes mantenham a estrutura de questões e de hipóteses de respostas, possibilitando a comparação de resultados ao longo do tempo e mesmo que dirigidos a diferentes grupos de utilizadores/clientes e/ou envolvendo diferentes serviços prestados pelo INE. É perante este objetivo que os inquéritos à satisfação dos utilizadores/clientes se baseiam nas seguintes dimensões de análise:

A.1. Qualidade reconhecida:

A.1.1. Qualidade reconhecida à informação estatística: avaliação da informação estatística utilizada com base na experiência recente, independentemente do suporte em que é difundida.

A.1.2. Qualidade reconhecida ao serviço: avaliação dos serviços prestados pelo INE.

A.1.3. Qualidade reconhecida ao produto: avaliação relativa aos suportes usados para difundir a informação.

A.2. Valor: nível de qualidade que é reconhecido ao produto/serviço face ao seu preço.

A.3. Imagem: associação entre o nível de qualidade reconhecido à informação, produtos e/ou serviços e a instituição no seu todo.

Ações de avaliação realizadas

Realizaram-se as seguintes ações no âmbito da avaliação do Nível de satisfação dos utilizadores/clientes:

Inquéritos (permanentes)	Ações
Inquérito à Satisfação dos Utilizadores das Bibliotecas do INE	Divulgação dos resultados referentes a 2013 e 1º Semestre de 2014.
Inquérito à Satisfação do Serviço Prestado: Pedidos de informação e esclarecimentos (Inquérito Pós-Serviço)	Divulgação dos resultados referentes ao 4º trimestre de 2012 e 1º, 2º e 3º trimestres de 2013.
Inquérito à Satisfação dos Utilizadores do Portal Inquérito à Satisfação dos Utilizadores do Portal (novo)	Acompanhamento dos resultados obtidos. Realização de um inquérito dirigido a um conjunto de utilizadores previamente selecionado: utilizadores do Serviço de Apoio a Clientes e utilizadores registados no Portal.
Inquérito permanente à Satisfação dos Participantes das Visitas de Estudo ao INE	Divulgação dos resultados referentes a 2012 e ao 1º Semestre de 2013.
Inquérito à Satisfação dos Participantes da Formação INE RBE sobre "Literacia Estatística ao Serviço da Cidadania: Portal do INE e Projeto ALEA da Ação de Formação – uma primeira abordagem"	Divulgados os resultados referentes a 2012/2013.
Inquérito à Satisfação aos Utilizadores da RIIBES-Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior.	Registo e acompanhamento dos resultados obtidos

Apresentação dos resultados

Como é referido anteriormente, o cálculo dos níveis de satisfação dos utilizadores dos produtos e serviços do INE segue a metodologia prevista no Sistema Integrado de Auscultação, utilizando-se para o efeito os Saldos de Respostas Extremas (SRE). O cálculo de SRE permite avaliar o grau de satisfação dos utilizadores/clientes relativamente a cada um dos aspetos considerados, de forma a valorizar mais as avaliações extremas da escala proposta, e valorizar menos as avaliações intermédias que representam uma satisfação/insatisfação pouco expressiva, utilizando para tal um esquema de ponderações aplicado às frequências relativas de cada valor observado da escala de avaliação, da seguinte forma:

$$SRE = F_1 * (-1) + F_2 * (-0,5) + F_3 * (-0,25) + F_4 * (0,25) + F_5 * (0,5) + F_6 * (1)$$

Fi = Frequência relativa de cada valor observado na categoria i escala de avaliação (i=1,...,6)

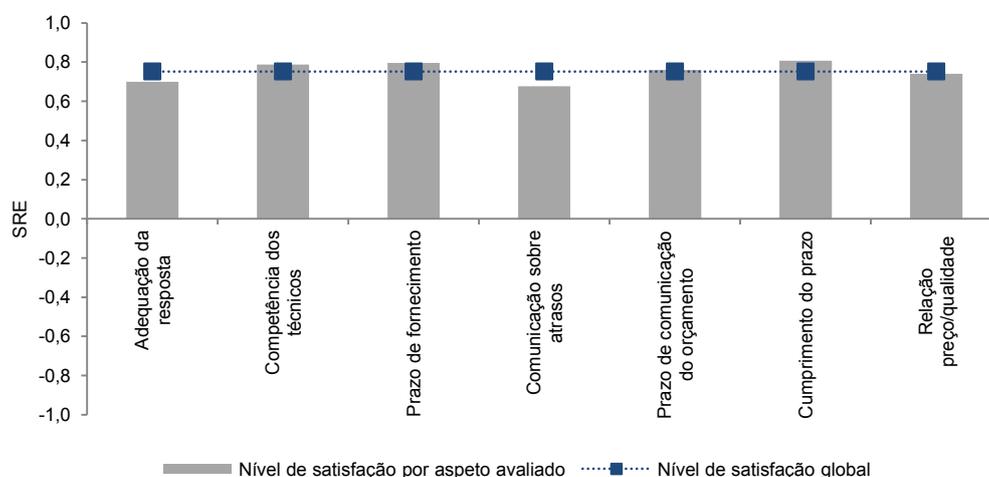
Os valores obtidos neste saldo variam entre -1 e 1, estando associados aos seguintes níveis de satisfação/insatisfação: "1" – totalmente satisfeito; "-1" – totalmente insatisfeito; os valores perto de "0" estão associados a graus de satisfação/insatisfação pouco expressivos.

Inquérito à Satisfação do Serviço Prestado na resposta a pedidos de Informação (Pós-Serviço)

O Inquérito ao Pós-Serviço realiza-se regularmente desde 2010, tendo como principal objetivo determinar o nível de satisfação dos utilizadores relativamente ao serviço prestado pelo INE na resposta aos seus pedidos de informação.

Em 2014, foram respondidos 2 192 questionários, correspondentes a uma taxa de resposta de 33,6 %, nível muito significativo para um inquérito deste tipo e de resposta voluntária.

O nível global de satisfação foi de 0,75 SRE. Os resultados parcelares evidenciaram uma apreciação muito positiva dos respondentes em todos os aspetos considerados, em particular nos aspetos relacionados com o cumprimento do “Prazo de fornecimento da informação” e do “Prazo previsto para a entrega da informação” (0,81 e 0,80 SRE, respetivamente).

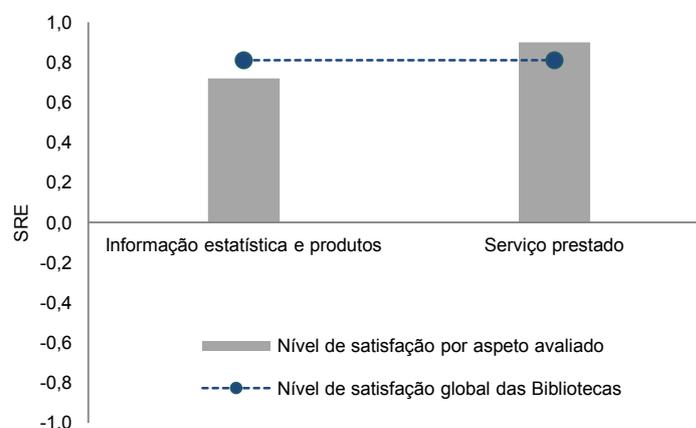


Inquérito à Satisfação dos Utilizadores das Bibliotecas do INE

O Inquérito aos Utilizadores das Bibliotecas do INE (Lisboa, Delegações do Porto, de Coimbra, de Évora e de Faro) realiza-se de modo permanente desde 2003, tendo o questionário sido alterado em 2010. A realização deste inquérito tem os seguintes objetivos: (i) medir e caracterizar a procura às Bibliotecas, (ii) identificar necessidades de informação e (iii) avaliar a satisfação dos utilizadores relativamente ao serviço prestado nas Bibliotecas do INE.

Em 2014, o conjunto das cinco Bibliotecas recebeu 723 utilizadores. A taxa de resposta ao inquérito foi muito elevada, situando-se em 70,0% nas questões relacionadas com a Informação estatística/produtos, e em 73,1% nos aspetos associados ao serviço prestado.

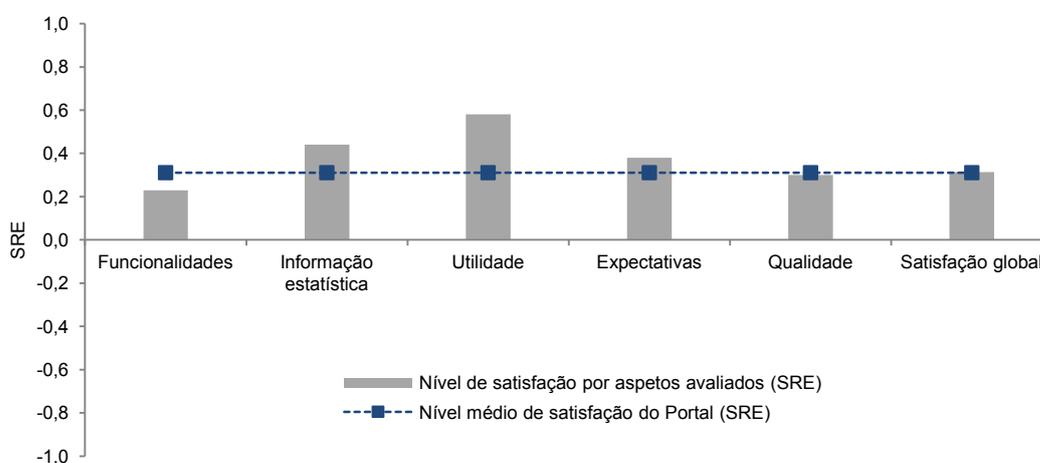
Os resultados apurados mostraram níveis de satisfação muito elevados: o nível médio de satisfação para o conjunto das cinco Bibliotecas foi de 0,81 (SRE), com apreciação mais favorável sobre o Serviço prestado (SRE de 0,90), face à avaliação atribuída à Informação Estatística e Produtos (SRE de 0,72).



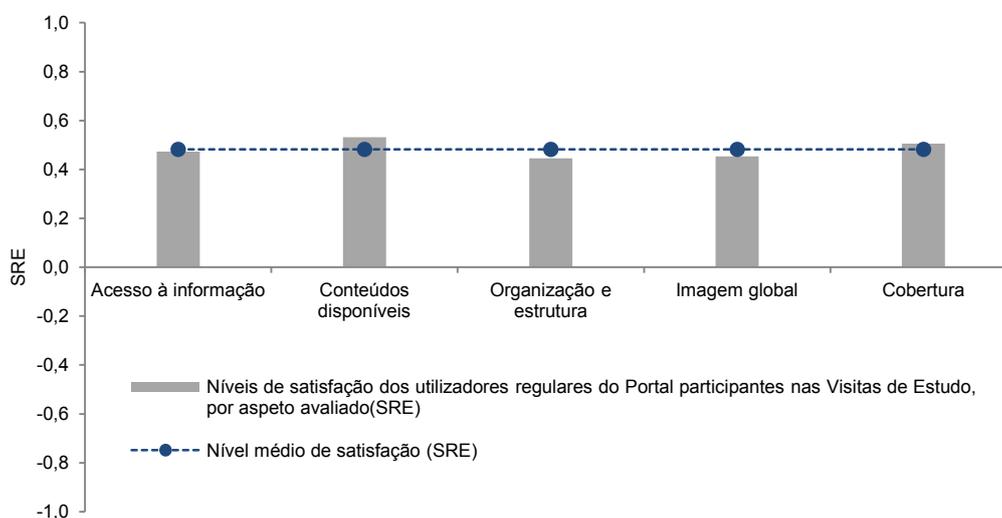
Inquérito à Satisfação dos Utilizadores do Portal do INE

O Inquérito à Satisfação dos Utilizadores do Portal, disponível em permanência no Portal em www.ine.pt, em versão portuguesa e inglesa — cujo objetivo é avaliar o grau de satisfação dos utilizadores relativamente a aspetos diretamente relacionados com o Portal e com a informação estatística disponibilizada — tem registado uma reduzida participação ao longo dos últimos anos. O número de questionários respondidos em 2014 não foi suficiente para que este inquérito integrasse o cálculo do nível de satisfação do Portal.

O insuficiente conhecimento da opinião dos utilizadores sobre o Portal, aliada ao facto de este ser o principal canal de divulgação da informação estatística, constituíram as razões para, em 2014, se ter dirigido um Inquérito a um grupo de utilizadores do Portal, previamente seleccionados nas bases de utilizadores do Serviço de Apoio a Clientes e de utilizadores registados no Portal. Assim participaram neste inquérito 1 320 utilizadores, a que correspondendo a uma taxa de resposta de 15,3%. O nível global de satisfação obtido foi de 0,31 SRE.



A avaliação da satisfação do Portal é, ainda, efetuada no âmbito do Inquérito à Satisfação das Visitas de Estudo (abaixo referido), através de um conjunto de questões específicas sobre o Portal dirigidas apenas a seus regulares utilizadores. Os participantes nas visitas de estudo ao INE são, sobretudo, docentes e estudantes de diferentes níveis de ensino (em 2014 predominou o ensino secundário, seguindo-se o ensino básico – 3º ciclo). A avaliação do Portal deste grupo específico foi de 0,48 SRE, tendo contado com a participação média de 666 indivíduos.



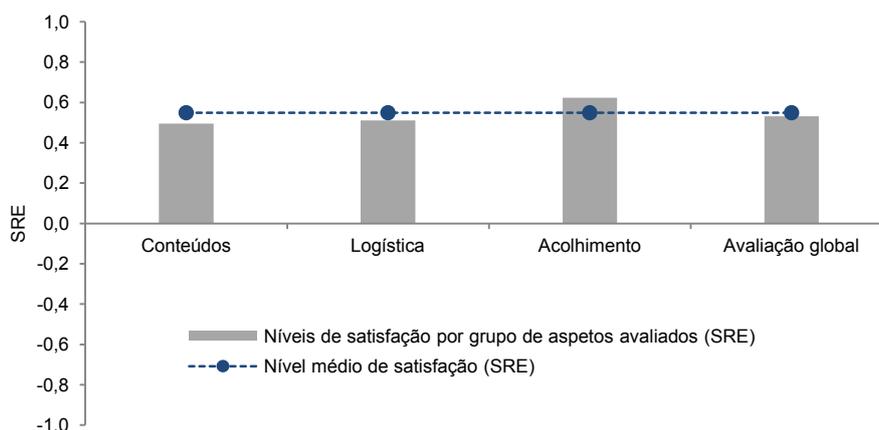
A avaliação da satisfação global do Portal englobou os resultados obtidos através destes dois instrumentos, tendo-se obtido um nível global de satisfação de 0,40 SRE.

Inquérito à Satisfação das Visitas de Estudo

O Inquérito à Satisfação dos Utilizadores de Informação Estatística – Visitas de Estudo, efetuado de modo sistemático desde 2010, tem como objetivo avaliar o grau de satisfação dos docentes e estudantes nos aspetos relacionados com o conteúdo da Apresentação efetuada, questões de Organização de visita, Intervenção do pessoal técnico do INE. Adicionalmente e como se referiu, utiliza-se também este inquérito para obter informação sobre o grau de satisfação em relação ao Portal do INE e ao *website* ALEA (são inquiridos sobre estes aspetos os participantes nas visitas de estudo que sejam utilizadores regulares). Os resultados da avaliação do Portal foram integrados na componente de avaliação do Portal.

Em 2014, foram realizadas 36 visitas, nas delegações do Porto, Lisboa, Évora e Faro, envolvendo 1245 participantes, tendo a taxa de resposta global sido de 76,6%.

Os resultados apurados revelaram uma avaliação média global elevada dos 14 aspetos considerados na avaliação das visitas de estudo (SRE de 0,55), tendo os aspetos relativos ao Acolhimento/Intervenção dos técnicos do INE sido apreciados de modo mais favorável (SRE de 0,62) do que os aspetos ligados a questões de Logística (0,51) e ao Conteúdo da apresentação (0,49).



Inquérito à Satisfação dos participantes nas ações de formação relacionadas com literacia estatística no contexto da colaboração com a Rede de Bibliotecas Escolares

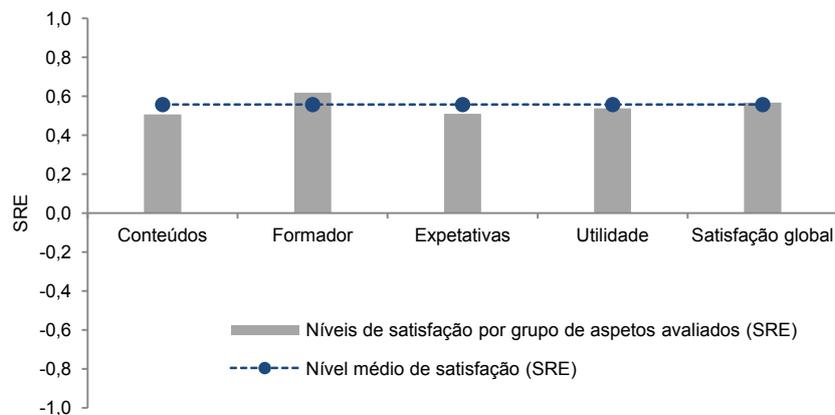
Entre 2014 realizaram-se 32 ações de formação INE/RBE dirigidas a docentes dos níveis de ensino básico e secundário no contexto da ação denominada "Literacia Estatística ao Serviço da Cidadania: Portal do INE e Projeto ALEA – uma primeira abordagem", as quais envolveram 464 participantes. Estas ações foram avaliadas por 448 participantes correspondendo a uma taxa de resposta de resposta de 96,6%.

Os resultados apurados permitem concluir que a apreciação global das ações de formação foi muito positiva, tendo o nível médio de satisfação atingido 0,58 SRE. Destacam-se, muito acima do resultado global, os aspetos relacionados com Atuação do formador (0,74 SRE).



Inquérito à Satisfação dos participantes nas ações de formação relacionadas com literacia estatística no contexto da Rede de Informação do INE em de Bibliotecas do Ensino Superior (RIIBES)

Em 2014 realizaram-se 41 ações de formação sobre pesquisa de informação estatística no Portal do INE e no *website* do Eurostat. Estas ações destinaram-se a todos os utilizadores de informação estatística, tendo, em 2014, participado 710 utilizadores. A avaliação da satisfação destas ações foi realizada a 681 participantes, correspondendo a uma taxa de resposta de 95,9%. Os resultados apurados permitiram concluir que a apreciação global das ações de formação da RIIBES foi muito positiva, tendo o nível global de satisfação atingido 0,56 SRE. Destacam-se, acima do resultado global, os aspetos relacionados com Atuação do formador (0,64 SRE).



Síntese

O quadro seguinte apresenta a síntese dos resultados dos níveis de satisfação obtidos para cada um dos serviços avaliados entre 2008 e 2014.

Serviços avaliados	Inquéritos realizados	Resultados (SRE)(a)							
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Serviço de Apoio a Clientes	Inquérito à Satisfação do Serviço Prestado na resposta a pedidos de Informação (Pós-Serviço)	n.a.	n.a.	0,64	0,64	0,67	0,68	0,72	0,75
Bibliotecas do INE	Inquérito à satisfação dos utilizadores das Bibliotecas	0,94	0,95	0,96	0,88	0,91	0,80	0,66	0,81
Portal	Inquérito à satisfação do Portal (www.ine.pt)	-0,21	0,11	0,04	0,11	0,11	0,10	0,29	b)

Serviços avaliados	Inquéritos realizados	Resultados (SRE)(a)							
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Inquérito à satisfação aos utilizadores do Portal dirigido a utilizadores do Serviço de Apoio a Clientes e utilizadores registados no Portal	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,31
	Inquérito à satisfação dos participantes nas Visitas de Estudo – grupo de questões <i>ad hoc</i> sobre o Portal a Utilizadores regulares	n.a.	n.a.	0,46	0,47	0,43	0,50	0,47	0,48
	Nível médio de satisfação do Portal c)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,40
Visitas de Estudo realizadas ao INE	Inquérito à satisfação dos participantes Visitas de Estudo ao INE	n.a.	n.a.	0,54	0,52	0,47	0,51	0,50	0,55
INE/RBE: Formação "Literacia Estatística ao Serviço da Cidadania: Portal do INE e Projeto ALEA – uma primeira abordagem"	Inquérito à satisfação dos participantes na formação INE/RBE	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,64	0,61	0,58
RIIBES: Formação sobre Pesquisa de informação no Portal do INE e no <i>website</i> do Eurostat	Inquérito à satisfação dos participantes na formação RIIBES	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,56

(a) SRE: valores variam entre -1 e 1, em que "1" = totalmente satisfeito e "-1" = totalmente insatisfeito; os valores perto de "0" estão associados a graus de satisfação/insatisfação pouco expressivos.

(b) Número de respostas insuficiente para calcular nível de satisfação.

(c) Nível médio de satisfação do Portal é o resultado da média aritmética dos dois inquéritos indicados.

n.a. = Não aplicável, tendo em conta o ano de início do respetivo Inquérito.

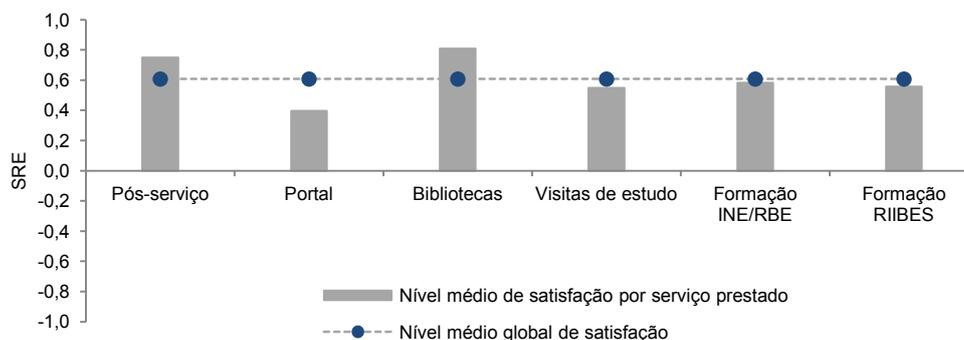
Inquéritos realizados	Taxa de resposta (em 2014)
Pós-Serviço	33,6%
Bibliotecas	71,5%
Portal – Inquérito permanente em www.ine.pt	a)
Portal – Utilizadores do Serviço de Apoio a Clientes e utilizadores registados no Portal	15,3%
Portal – Utilizadores regulares do Portal participantes nas visitas de estudo ao INE	b)
Visitas de Estudo	76,6%
Formação INE/RBE	96,6%
Formação RIIBES	95,9%

a) Não é possível determinar a taxa de resposta, pelo facto do universo de partida ser desconhecido. Não existe seleção prévia de respondentes.

b) Não é possível determinar a taxa de resposta pelo facto do universo de utilizadores regulares participantes nas Visitas de Estudo ser apenas conhecido através do preenchimento do questionário.

Nível de Satisfação dos Clientes

O cálculo do indicador "Nível de satisfação dos clientes" apresentado no QUAR 2014 segue a metodologia adotada desde 2008, integrando os resultados dos inquéritos à satisfação aos utilizadores do Portal, aos utilizadores das Bibliotecas do INE, aos utilizadores do Pós-serviço, aos participantes nas Visitas de Estudo, dos participantes nas ações de formação INE/RBE e da RIIBES. O nível global de satisfação dos clientes é o resultado da média aritmética dos níveis de satisfação obtidos através dos quatro inquéritos referidos. Em 2014, o nível global de satisfação dos clientes foi de 0,608 SRE, acima da meta estabelecida (0,475 - 0,525).



1.8.2. Sistema de Sugestões e Reclamações

Desde 2001 que o INE dispõe de um Sistema de Sugestões e Reclamações, através do qual é efetuado o registo, encaminhamento e tratamento das sugestões e reclamações recebidas. A última revisão do procedimento interno reporta a 2009, encontrando-se em conformidade com os compromissos assumidos na Carta da Qualidade (de 2009).

Os indicadores analisados na monitorização do Sistema de Sugestões e Reclamações (reportados em relatórios trimestrais) são os seguintes:

- número de sugestões e reclamações recebidas;
- tipologia das sugestões e reclamações apresentadas;
- prazo de tratamento das sugestões e reclamações;
- ações de melhoria empreendidas em resposta às sugestões e reclamações recebidas.

Disponibiliza-se, ainda, informação sobre os Elogios recebidos de acordo com os aspetos contemplados no Decreto-Lei Nº 73/2014, de 13 de maio.

Síntese dos resultados

Em 2014, no âmbito do Sistema de Sugestões e Reclamações, o INE recebeu 225 elogios, 155 reclamações (182 em 2013) e 59 sugestões (52 em 2013).

As sugestões e as reclamações foram respondidas num prazo médio de 1,4 dias úteis e 1,9 dias úteis, respetivamente.

O *Portal do INE* foi o meio mais utilizado para apresentação de sugestões e reclamações (92 registos, com 22 sugestões e 70 reclamações), seguido o *WebInq* (87 ocorrências, com 30 sugestões e 57 reclamações). A utilização do *e-mail* foi menor, ocorrendo em 30 situações (6 sugestões e 24 reclamações), e por Correio postal receberam-se apenas 1 sugestão e 4 reclamações.

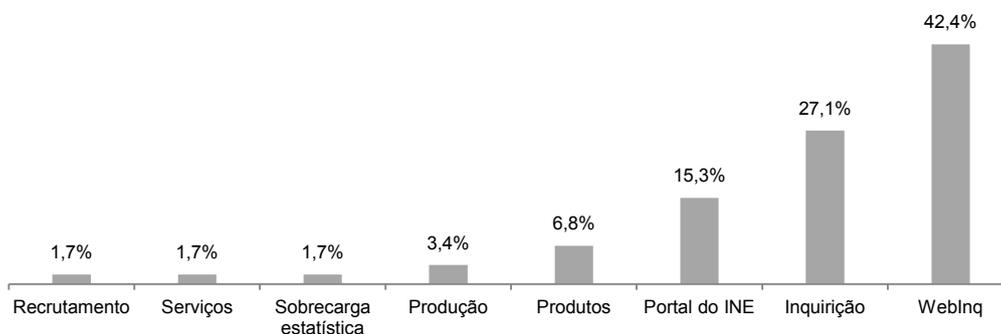
As sugestões e reclamações recebidas foram classificadas de acordo com tipologia previamente estabelecida.

Na vertente das sugestões, as classes mais frequentes foram *Webinq* (42,4%), *Inquirição*² (27,1%) e *Portal* (15,3%), que representaram 84,7% do total.

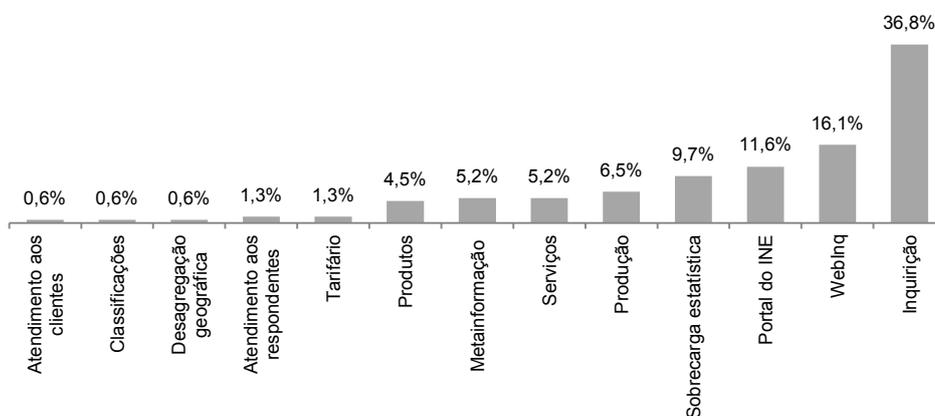
² Resposta a inquéritos, conteúdo dos questionários e seleção dos inquiridos

Na vertente das reclamações também as classes Inquirição (36,8%), WebInq (16,1%) e Portal (11,6%), foram as mais relevantes, acompanhadas da Sobrecarga estatística (9,7%), tendo representado, em conjunto, 74,2% do total de reclamações.

Sugestões por tipo



Reclamações por tipo



Suscitaram ações de melhoria imediata 66,7% do total de sugestões e 90,8% do total de reclamações.

Implementação de ações de melhoria – sugestões e reclamações	Nº
Sugestões	57
Imediata	38
Curto prazo	19
Reclamações	152
Imediata	138
Curto prazo	14

1.9 BALANÇO SOCIAL 2014 - ANÁLISE SINTÉTICA

O Balanço Social relativo à situação dos recursos humanos do INE em 31 de dezembro de 2014 foi elaborado de acordo com o Decreto-Lei Nº 190/96, de 9 de outubro.

Total de trabalhadores/as no quadro

Em 31 de dezembro de 2014, o número de trabalhadores/as em efetividade de funções era de 636, tendo-se registado os seguintes movimentos ao longo do ano:

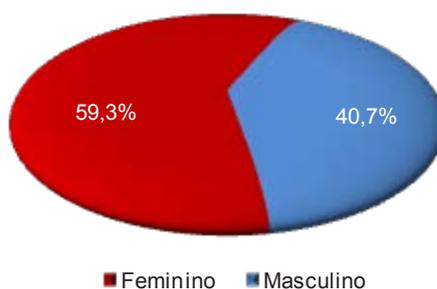
Entradas	
Procedimento Concursal	0
Regresso de licença sem vencimento ou período experimental	1
Outras Situações	5
Total	6

Saídas	
Morte	0
Reforma/ aposentação	5
Resolução por iniciativa do trabalhador	22
Mobilidade interna	2
Outras situações	6
Total	35

Distribuição por sexo

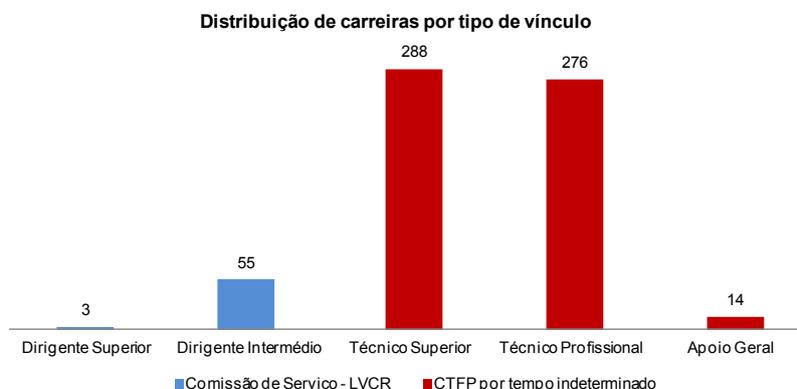
A distribuição por sexo revelou que 59,3% dos trabalhadores eram do sexo feminino e 40,7% do sexo masculino, situação idêntica à habitualmente observada.

Distribuição por sexo



Distribuição de carreiras por tipo de vínculo

Os/as trabalhadores/as do INE têm Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, sendo que 9,1% se encontrava, em 2014, em Comissão de Serviço na Condição de Dirigente Superior ou Dirigente Intermédio. Para além dos dirigentes, dos 578 trabalhadores/as, 288 eram Técnicos Superiores, 276 Técnicos Profissionais e 14 pertenciam à carreira de Apoio Geral.

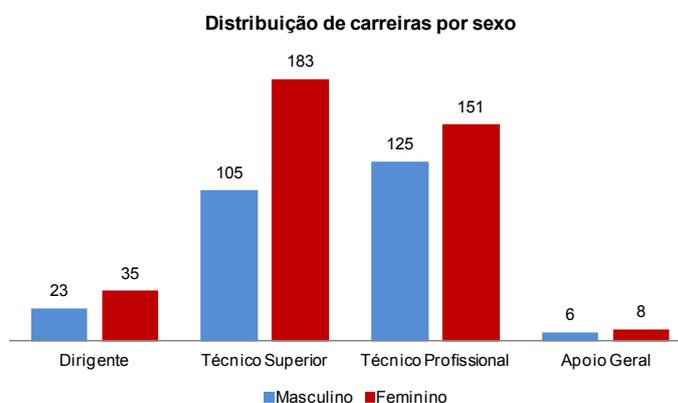


De 2013 para 2014 verificou-se uma alteração assinalável na repartição entre Técnicos Superiores e Técnicos Profissionais. O número de Técnicos Profissionais passou de 295 para 276, assinalando assim uma diminuição no peso relativo desta carreira (de 44,4% em 2013 para 43,4% em 2014), resultante da rescisão dos contratos, por mútuo acordo, de 17 Técnicos Profissionais. O número de Técnicos Superiores também se reduziu, tendo passado de 295 em 2013 (44,4% do total) para 288 em 2014 (45,3% do total).

	2013		2014	
Dirigentes	61	9,2%	58	9,1%
Técnicos Superiores	295	44,4%	288	45,3%
Técnicos Profissionais	295	44,4%	276	43,4%
Apoio Geral	14	2,1%	14	2,2%
Total	665		636	

Distribuição de carreiras por sexo

O número de trabalhadoras é superior ao número de trabalhadores em todas as carreiras, registando-se a maior diferença na carreira de Técnico Superior: 105 homens, correspondendo a 36,4% do total de Técnicos Superiores, face a 183 mulheres, ou seja, 63,6% do total.

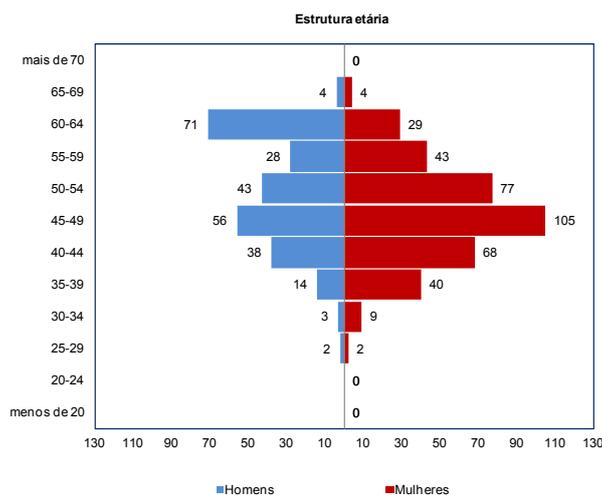


Estrutura etária

No final de dezembro de 2014, 89% dos/as trabalhadores/as tinham 40 anos ou mais (566 pessoas) e apenas 2,5% estavam abaixo dos 35 anos de idade (16 pessoas).

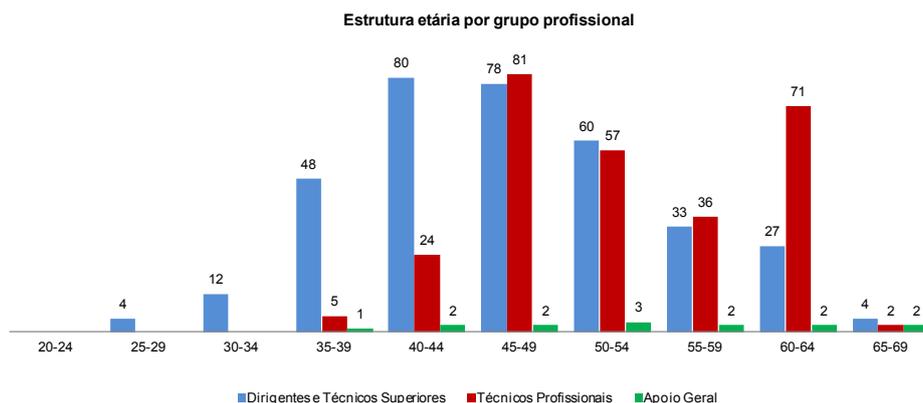
161 trabalhadores/as encontravam-se no escalão etário 45-49 anos, o escalão etário mais representativo, abrangendo 25,3% do total de trabalhadores/as.

O leque etário era de 2,64 (2,67 em 2013). A média etária situava-se em 49,5 anos (49,3 em 2013), sendo de 48,1 anos na população feminina (47,8 em 2013) e de 51,6 anos na população masculina (51,3 em 2013).

**Estrutura etária por grupo profissional**

222 Dirigentes e Técnicos Superiores (64,1%) tinham menos de 50 anos de idade.

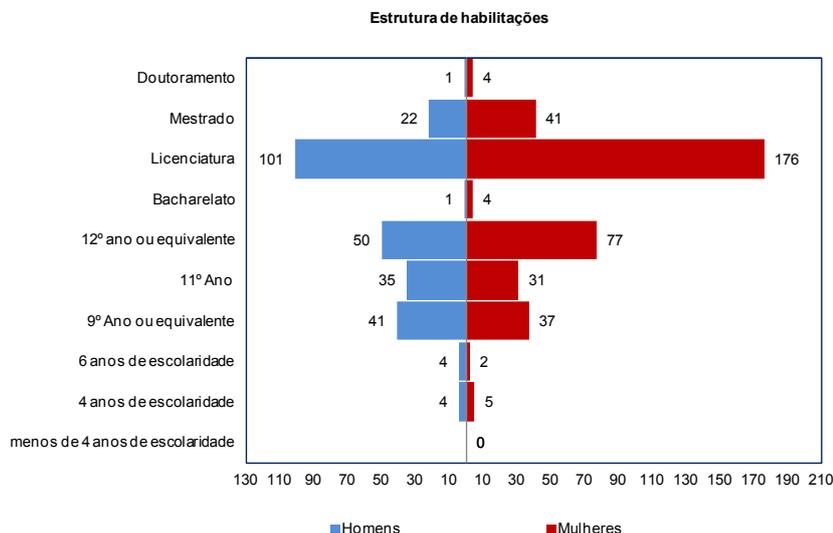
60% dos Técnicos Profissionais tinha mais de 50 anos de idade, sendo de 25,7% o peso dos que se encontravam no escalão etário 60-64, o que representa um aumento de 4% face a 2013.

**Estrutura de habilitações**

350 trabalhadores/as (55% do total) tinham habilitação de nível superior, dos quais 64,2% mulheres e 35,8% homens.

O nível de habilitações mais frequente era a licenciatura (43,6%), seguindo-se o 12º ano ou equivalente (20%) e o 9º ano ou equivalente (12,3%). 25% dos/as trabalhadores/as tinham habilitações inferiores ao 12º ano e 10,7% dos/as trabalhadores/as eram detentores de Mestrado ou Doutoramento.

Do total de trabalhadores/as com habilitações iguais ou inferiores ao 12º ano, 53,1% eram do sexo feminino e 46,9% do sexo masculino.



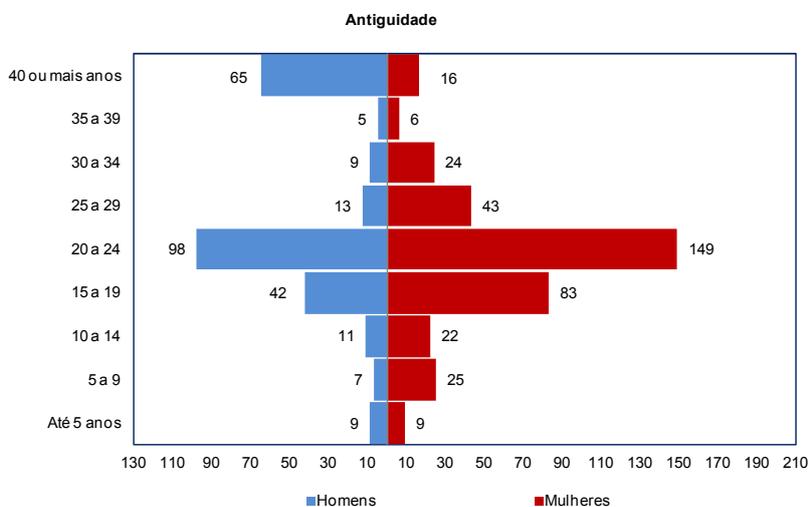
Antiguidade

20 a 24 anos era o escalão de antiguidade com expressão relativa mais elevada, abrangendo 38,8% dos/as trabalhadores/as (42,4% em 2013).

Do total de trabalhadores/as, 12,7% têm pelo menos 40 anos de antiguidade, 80,2% dos quais eram do sexo masculino e 19,5% do sexo feminino. De realçar que um terço do total de trabalhadores do sexo masculino integrava este escalão de antiguidade (um quarto em 2013).

No final de dezembro de 2014, apenas 50 trabalhadores/as (7,8%) tinham menos de 10 anos de antiguidade, enquanto 125 pessoas tinham pelo menos 30 anos de antiguidade no INE, correspondendo a 19,6% do total de trabalhadores/as.

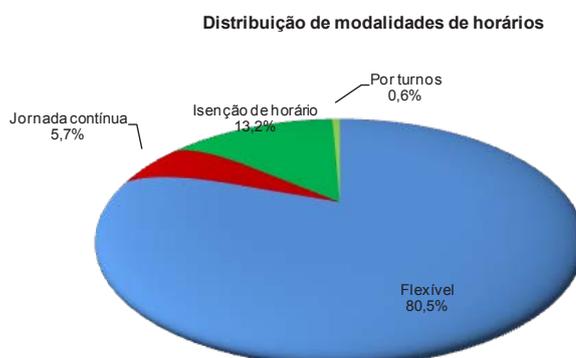
A antiguidade média era de cerca de 23 anos, sendo de 21 anos no caso das mulheres e de 26 anos no caso dos homens.



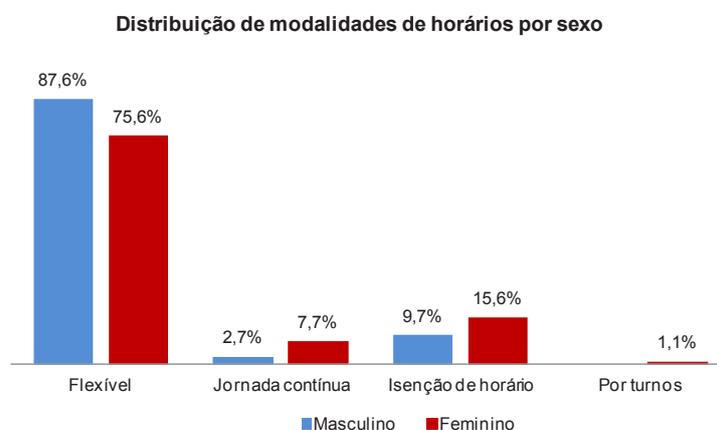
Modalidades de horários

A modalidade de horário mais praticada foi o horário de trabalho flexível, abrangendo 80,5% do total de trabalhadores/as (512 pessoas). O regime de isenção de horário de trabalho foi praticado por 13,2% (84 pessoas).

No final de 2014, trabalhavam em jornada contínua 36 pessoas, correspondendo a 5,7% dos/as trabalhadores/as (3% em 2013).



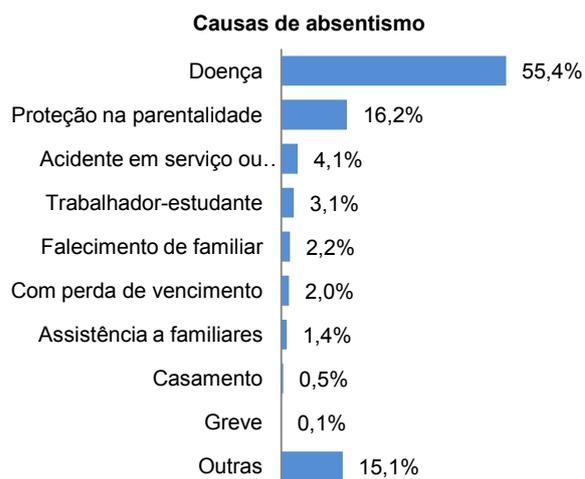
A modalidade de horário de trabalho flexível era praticada por 87,6% dos trabalhadores e por 75,6% das trabalhadoras. A modalidade de isenção de horário abrangia 9,7% dos trabalhadores e 15,6% das trabalhadoras, enquanto apenas 2,7% dos trabalhadores trabalhava em jornada contínua (7,7% das trabalhadoras).



Absentismo

Em 2014 ocorreram 5 981 dias de absentismo, mais 230 que em 2013. A taxa de absentismo situou-se, assim, em 4,2% (3,7% em 2013).

As causas mais significativas do absentismo foram Doença (55,4%) e Proteção na parentalidade (16,2%).

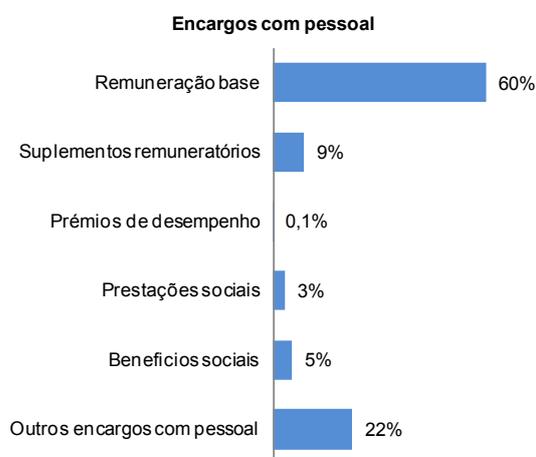


Encargos com pessoal

Os encargos com pessoal atingiram cerca de 23,3 milhões de euros, 60% dos quais relativos à remuneração base, uma redução de 5% face a 2013, não obstante terem aumentado as comparticipações patronais para a Segurança Social e ADSE que representaram 22% dos encargos com pessoal.

Os benefícios sociais e as prestações sociais representavam respetivamente 5% e 3% do total dos encargos com pessoal, pesos idênticos ao do ano transato.

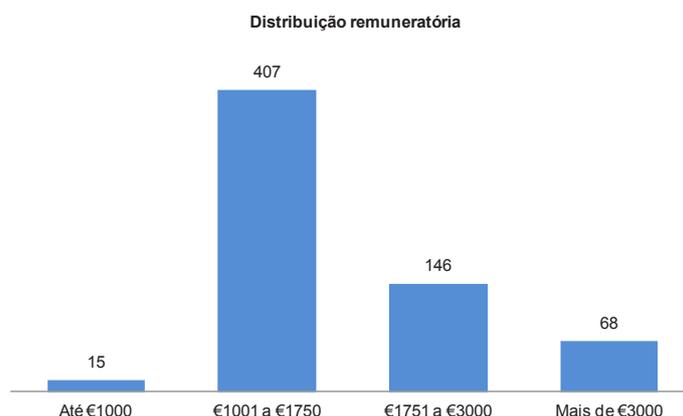
De acordo com a Lei do OE 2014, 0,1% dos encargos com pessoal foram utilizados na atribuição de prémios de desempenho.



De acordo com a Lei do OE 2014, 0,1% dos encargos com pessoal foram utilizados na atribuição de prémios de desempenho.

Estrutura remuneratória

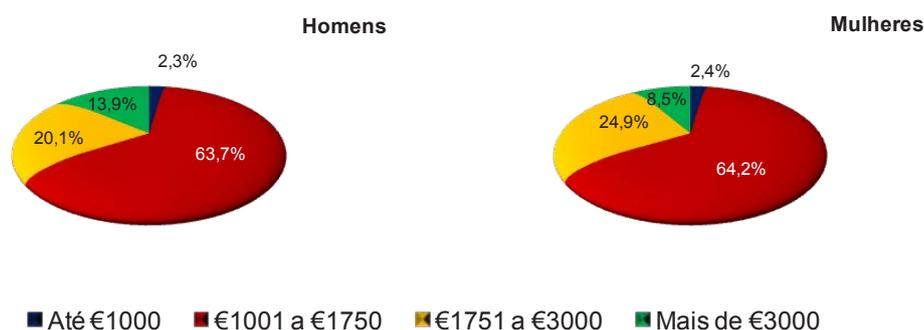
422 trabalhadores/as (66,3 %) auferiam remunerações mensais ilíquidas entre 1 000 e 1 750 euros, 23% entre 1 751 e 3 000 euros e 10,7% acima de 3 000 euros. 15 trabalhadores/as auferiam menos de 1 000€.



O peso relativo de trabalhadores e trabalhadoras era similar nos dois primeiros escalões: 2,3% nos homens e 2,4% nas mulheres no escalão até 1000 euros e 63,7% nos homens e 64,2% nas mulheres no escalão entre 1 001 a 1 750 euros.

Contudo, a percentagem de trabalhadoras no escalão remuneratório entre 1 751 e 3 000 euros era superior à dos trabalhadores, respetivamente 24,9% e 20,1%.

No escalão mais elevado o peso de trabalhadores era superior aos das trabalhadoras: 13,9% e 8,5%, respetivamente.



Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho

Em 2014 ocorreram 4 acidentes de trabalho no local de trabalho (dos quais 3 originaram baixas que se traduziram em 87 dias de trabalho perdidos) e 4 acidentes de trabalho *in itinere* (um dos quais originou baixa correspondente a 169 dias de ausência).

Foram declarados 4 casos de incapacidade temporária e absoluta e 1 caso de incapacidade temporária e parcial.

No âmbito das atividades de Medicina no Trabalho, realizaram-se 457 exames médicos, dos quais 230 efetuados no âmbito de exames periódicos (50,3%) e 227 realizados no âmbito de exames ocasionais e complementares (49,7%).

No âmbito do processo de avaliação de riscos internos tendo por base o modelo de inquérito da ACT, a CSHST concretizou a sua ação de cariz regulamentar através da realização de 25 visitas aos locais de trabalho, incluindo as delegações do Porto, Coimbra, Évora e Faro, tendo produzido o 1º Relatório de Avaliação de Riscos. Nestas visitas e no âmbito dos alertas para as LME foram feitas recomendações sobre a necessidade de posturas de diversos colaboradores.

A CSHST partilhou a gestão do “processo do amianto”, colaborando na identificação e na monitorização das situações identificadas e na apresentação de propostas. O processo implicou ações de pré-identificação das situações de eventual existência de amianto nas instalações em Lisboa e nas delegações, após formação dos membros da CSHST por empresa da especialidade.

A CSHST terminou a primeira versão do Manual para o Plano de Emergência Interno (PEI), constituiu as equipas de intervenção para operacionalização do Plano de Evacuação, elaborou regras procedimentais básicas, ministrou formação em manuseamento de extintores e Suporte Básico de Vida para aqueles elementos e participou no processo de elaboração das plantas de emergência.

Procedeu à divulgação de diversas informações relacionadas com a prevenção e melhoria da saúde e das condições de trabalho, nomeadamente:

- Comunicação e informação: Partilhar é preciso... - 12 edições;
- “Alertas” – 9 edições;
- Comunicados (a maior parte sobre o processo do amianto) – 12 edições;
- Informação (parte substantiva sobre o Ébola e Legionela) – 7 edições;
- “Sabia que...” - 50 edições.

Ainda a nível interno, a CSHST realizou 2 campanhas de sensibilização às “Lesões Musculo Esqueléticas (LME) e as posturas aconselhadas ao computador” e 2 campanhas de sensibilização aos riscos psicossociais e nomeadamente na questão do *stress* (gestão, prevenção e intervenção).

B - CONTAS E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. RECURSOS FINANCEIROS

Apresenta-se a análise da execução financeira do INE, relativa ao exercício de 2014.

Esta análise é desenvolvida na perspetiva da execução financeira do orçamento aprovado (ótica da Contabilidade Pública) e também na perspetiva da situação patrimonial (ótica da Contabilidade Patrimonial - POCP).

1.1. ÓTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA

No decurso de 2014, além da preparação e execução das operações correntes regulares, decorreram trabalhos relacionados com operações estatísticas correntes não regulares, destacando-se:

- Conclusão do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas;
- Inquérito Nacional de Saúde.

A execução financeira do exercício em análise continuou a beneficiar de medidas destinadas a otimizar a execução orçamental, ao nível:

- Da adoção sistemática de medidas de rigor e racionalização na execução das despesas de funcionamento e dos custos da atividade estatística;
- Do incremento do aproveitamento de atos administrativos para a produção de estatísticas oficiais;
- Da intensificação da utilização de métodos de recolha mais avançados e com menores custos, designadamente com o uso da internet junto das empresas e, tendencialmente, junto das famílias e com o aumento do recurso à entrevista telefónica junto das famílias.

Em resultado destas medidas o exercício encerrou com um excedente de € 779.364 (-54,5% do que em 2013), sendo € 288.535 na dotação do OE e € 490.829 nas Receitas Próprias, devido à emissão e cobrança de guias de receita no final do exercício.

Execução Financeira (Ótica Tesouraria)

	2014	2013
1. RECEITAS	31.096.796	32.047.397
O. Funcionamento (Orc. Inicial Corrigido)	28.595.051	28.907.362
Receitas Próprias (Efetivamente Cobradas e Saldos Integrados)	2.501.745	3.140.035
2. DESPESAS	30.317.433	30.335.551
Pessoal do Quadro, Requisitados e com Contrato a Prazo	22.458.355	23.682.178
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença (entrevistadores/outros)	3.258.256	3.238.099
Indemnizações por Rescisões de Contratos	1.196.619	48.106
Fornecimentos e Serviços Externos	3.208.962	3.141.497
Investimentos	195.240	225.671
3. SALDO ORÇAMENTAL (1-2)	779.364	1.711.846

Ao nível da evolução da **Despesa**, é de assinalar:

- a) A manutenção da despesa total, dado que a diminuição das despesas com o pessoal foi compensada com o valor pago a título de rescisões de contratos por mútuo acordo;
- b) A diminuição de 5,2% das despesas com pessoal (74,1% do total em 2014), devido, sobretudo, a rescisões de contratos por mútuo acordo, saídas por reforma e menor número/valor de condenações judiciais;
- c) A manutenção das despesas com a recolha de informação (10,7% do total), devido ao facto de em 2014 as operações estatísticas correntes não regulares envolverem encargos semelhantes aos verificados em 2013;
- d) O montante das despesas com indemnizações por rescisões de contratos por mútuo acordo (3,9% do total), o qual resultou da aplicação do Programa lançado pelo Governo com esse objetivo e que foi dirigido a Técnicos Profissionais e a Técnicos Superiores;
- e) O aumento de 2,1% nos “Fornecimentos e Serviços Externos” (10,6% do total) resultante da atualização das licenças de software ORACLE, o qual foi parcialmente compensado por reduções ocorridas, sobretudo, em despesas com deslocações e estadas e com comunicações.

Ao nível da evolução da **Receita**, é de destacar o seguinte:

- a) Uma diminuição de 3,0% no montante total da receita disponível;
- b) Preponderância dos recursos financeiros provenientes do Orçamento do Estado (92% do total), que registaram um decréscimo de 1,1%;
- c) Uma diminuição de 20,3% no valor das Receitas Próprias (8% do total), cujo montante proveniente de contratos com o EUROSTAT e da prestação de serviços essencialmente a entidades públicas relativos a inquéritos não correntes, oscila, mais ou menos, significativamente entre exercícios;
- d) Inexistência de dotação atribuída no âmbito do PIDDAC.

1.2. ÓTICA DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

Os recursos financeiros segundo a ótica de proveitos, ou seja, independentemente dos recebimentos efetivos, num total de € 30.909.339,89, tiveram as seguintes origens:

- **Orçamento do Estado**, a principal fonte de receitas, com o montante de € 28.305.516,39 (91,6%), formalizado através da dotação orçamental para despesas de funcionamento;
- **Receitas Próprias**, no valor de € 2.602.823,50 (8,4%), decorrente das vendas e prestações de serviços (€ 914.048,05), participações financeiras (€ 1.441.932,83) e recuperação de custos de reembolsos de viagens e outros (€ 246.842,62).

2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, cujas demonstrações financeiras a seguir se apresentam, evidenciam uma situação económica e financeira globalmente favorável.

Para além de outros fatores, foi decisiva a manutenção de um rigoroso controlo de gestão, quer ao nível das despesas de funcionamento, quer das despesas de investimento, que permitiu apurar poupanças nas dotações disponíveis provenientes do Orçamento do Estado e de Receitas Próprias.

O resultado líquido do exercício apresenta-se negativo em € 77.244,89, devida e detalhadamente justificado no Anexo às demonstrações financeiras (Nota 8.2.32).

Nos últimos 6 anos, a evolução dos recursos financeiros do Instituto foi a seguinte:

Orçamento do Estado - Orçamento de Funcionamento

2009	2010	2011	2012	2013	2014
33.017.189,44	35.973.959,43	62.442.697,01	26.771.472,50	27.444.950,65	28.306.516,39

Orçamento do Estado - PIDDAC

2009	2010	2011	2012	2013	2014
643.823,15	117.958,35	29.773,49	0,00	0,00	0,00

Receitas Próprias

2009	2010	2011	2012	2013	2014
5.217.048,18	7.174.748,63	2.741.773,67	2.146.423,64	2.536.072,90	2.602.823,50

Total Geral

2009	2010	2011	2012	2013	2014
38.878.060,77	43.266.666,41	65.214.244,17	28.917.896,14	29.981.023,55	30.909.339,89

Notas:

2009 - Realização do Inquérito Piloto dos Censos 2011 e lançamento do Recenseamento Agrícola de 2009 (RA2009).

2010 - Conclusão da recolha do Recenseamento Agrícola de 2009 (RA2009) e preparação dos Censos 2011.

2011 - Recolha e tratamento dos dados dos Censos 2011.

2012 - Conclusão dos Censos 2011; não inclui, em conformidade com a LOE2012, os subsídios de férias e de Natal.

2.1. BALANÇO E SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A estrutura do Balanço, à data de 31 de Dezembro de 2014, mantém-se muito próxima da verificada nos anos anteriores, continuando o ativo fixo a ter um peso preponderante, com cerca de 85,8% do ativo total. Do cotejo das principais rubricas do balanço do ano em análise com as do ano imediatamente anterior, sobressaem as seguintes variações:

- Dívidas de terceiros – aumento do saldo relativo a clientes pela emissão, no final do ano, de fatura relativa a serviços prestados no âmbito do Inquérito Nacional de Saúde e aumento do saldo de outros devedores, devido aos saldos de receitas próprias apurados nas contas de 2014 terem sido superiores aos apurados em 2013;
- Acréscimos e diferimentos – diminuição do saldo de acréscimos de proveitos, em resultado da contabilização da especialização de exercícios relativa às dotações do Orçamento do Estado;
- Acréscimos e diferimentos – diminuição do saldo de acréscimos de custos devido à contabilização da especialização do subsídio de férias e respetivos encargos, ter tido em consideração as reduções salariais definidas para 2015, em conformidade com a legislação em vigor.

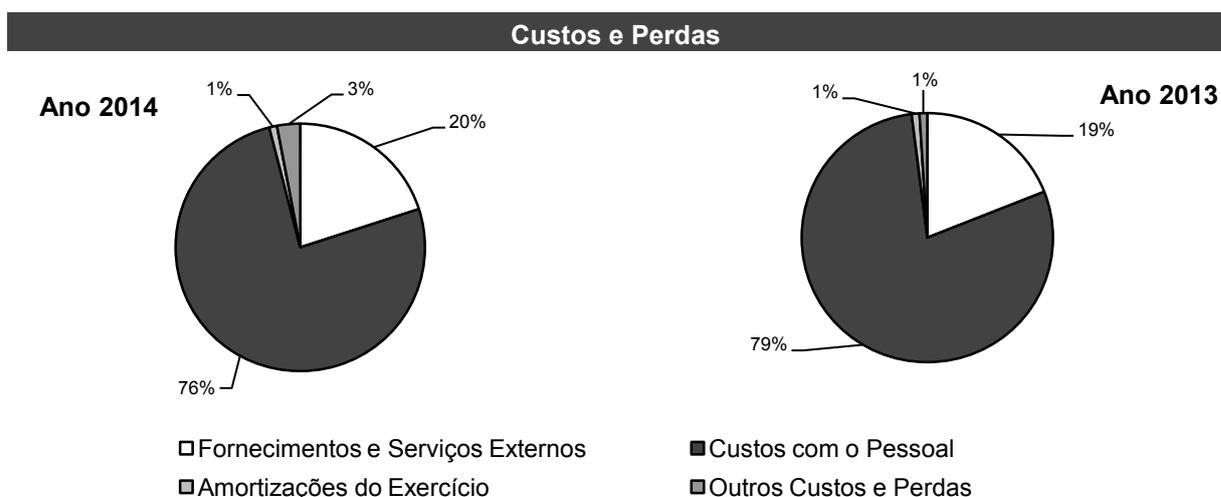
As restantes contas não evidenciam variações dignas de registo.

2.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - CUSTOS E PROVEITOS

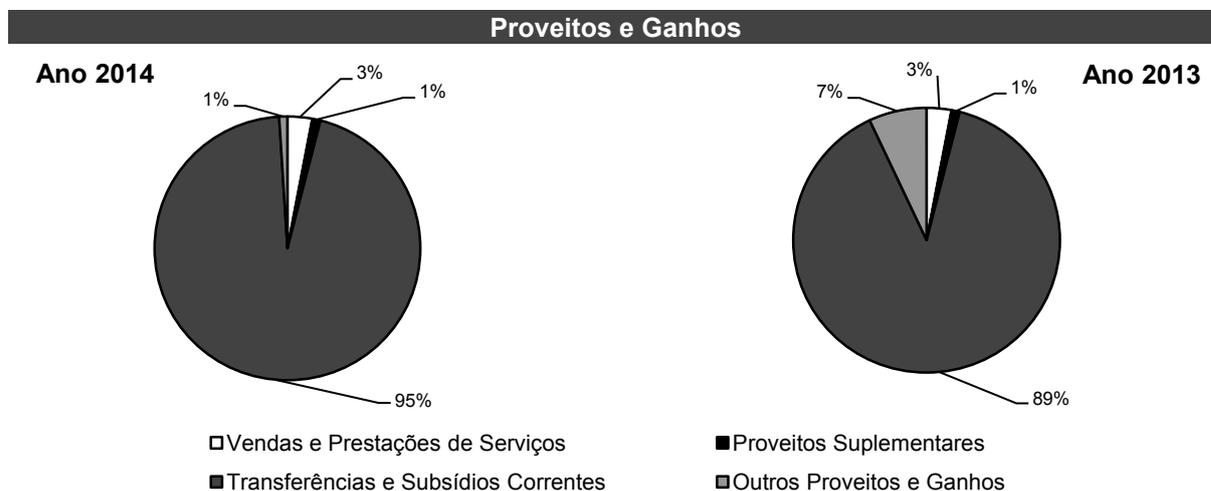
Ao nível dos custos e dos proveitos, as principais variações registadas, face ao ano anterior, resultam do já referido no ponto “1.1. Ótica da Contabilidade Pública”.

Os **custos** do exercício de 2014 com o desenvolvimento das atividades do Instituto, cujos detalhes estão evidenciados na demonstração dos resultados, totalizaram € 31.189.645,72 face a € 32.060.547,22 em 2013.

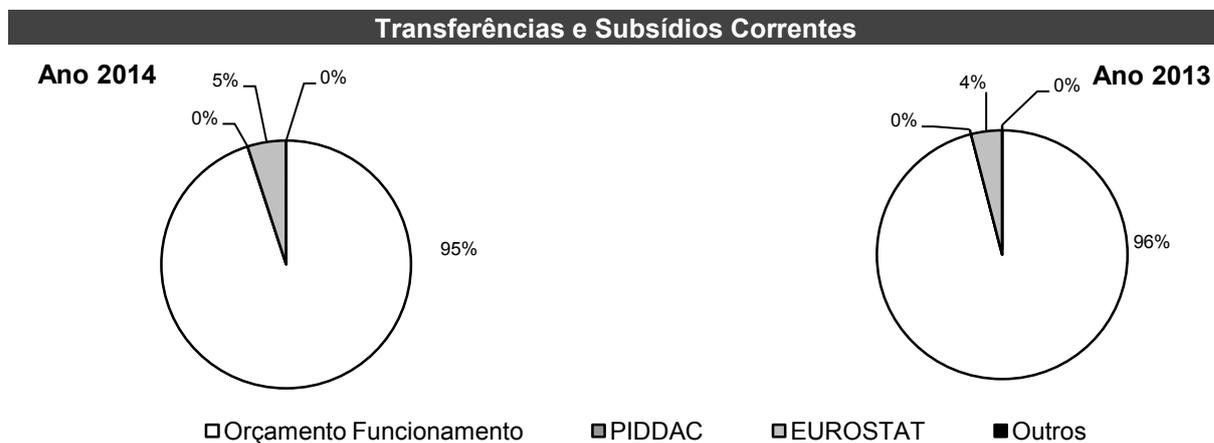
Ao nível da estrutura dos custos, a sua repartição e respetivos pesos face ao total, foi a seguinte:



Os **proveitos**, no total de € 31.112.400,83 (€ 32.058.722,11 em 2013), não registam variações significativas, acompanhando desta forma a evolução verificada ao nível dos custos.



Das rubricas de proveitos, a mais significativa, “Transferências e Subsídios Correntes”, representa 95% do total e teve a seguinte decomposição:



2.3. INVESTIMENTOS

No período em análise, as despesas de investimento realizadas e contabilizadas ascenderam a € 195.240,39, financiadas pelo Orçamento de Funcionamento/Orçamento do Estado, envolvendo “Edifícios e outras construções” no valor de € 6.027,00 (3,1%) e “Equipamento administrativo” no valor de € 189.213,39 (96,9%).

2.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido apurado no exercício foi negativo, no valor de € 77.244,89. (Nota 8.2.32)

Propõe-se a afetação deste resultado à conta de Resultados transitados.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES**3.1. RCM Nº 155/2005 (Nº 9), DE 6 DE OUTUBRO**

Dando cumprimento ao estipulado no nº 9, da RCM nº 155/2005, de 6 de outubro, são apresentadas as remunerações brutas (principais e acessórias) auferidas pelos membros do Conselho Diretivo, em 2014:

	Remunerações	Subsídios de Férias e Natal	Representação	Outras Remunerações Certas e Permanentes	Total
Presidente do C. Diretivo	60.019,55	10.438,29	318,17	0,00	70.776,01
Vogal do C. Diretivo	60.019,55	10.438,29	19.206,46	0,00	89.664,30
Vogal do C. Diretivo (a)	48.016,18	8.350,65	3.307,15	0,00	59.673,98
Totais	168.055,28	29.227,23	22.831,78	0,00	220.114,29

Lisboa, 20 de abril de 2015

O Conselho Diretivo

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho
Presidente

Maria Helena de Sousa Cordeiro
Vogal

Carlos Manuel Matias Coimbra
Vogal

BALANÇO E
DEMONSTRAÇÃO
DOS RESULTADOS



Relatório e Contas | **2014**



Balança

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios			
		2014			2013
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	13 744 806,64	0,00	13 744 806,64	13 744 806,64
422	Edifícios e outras construções	9 805 394,43	4 752 458,39	5 052 936,04	5 229 029,67
423	Equipamento básico	1 037 068,78	1 027 935,58	9 133,20	11 682,00
424	Equipamento de transporte	346 225,86	346 225,86	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	140 369,76	132 989,22	7 380,54	9 881,38
426	Equipamento administrativo	15 678 534,34	15 275 420,67	403 113,67	355 485,80
429	Outras imobilizações corpóreas	14 846,64	8 803,06	6 043,58	6 043,58
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
		40 767 246,45	21 543 832,78	19 223 413,67	19 356 929,07
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsid. e de cons.	119 952,38	0,00	119 952,38	119 276,48
33	Produtos acabados e intermédios	401 326,53	370 723,60	30 602,93	53 655,95
		521 278,91	370 723,60	150 555,31	172 932,43
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	311 976,10	0,00	311 976,10	144 768,46
229	Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
262+268	Outros devedores	666 992,55	0,00	666 992,55	306 449,23
		978 968,65	0,00	978 968,65	451 217,69
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos em instituições financeiras	0,00		0,00	0,00
11	Caixa	10 408,53		10 408,53	12 997,89
		10 408,53		10 408,53	12 997,89
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1 235 058,67		1 235 058,67	1 906 606,64
272	Custos diferidos	806 365,92		806 365,92	705 105,61
		2 041 424,59		2 041 424,59	2 611 712,25
	<i>Total de amortizações</i>		21 543 832,78		
	<i>Total de provisões</i>		370 723,60		
	Total do activo	44 319 327,13	21 914 556,38	22 404 770,75	22 605 789,33

Departamento de Administração Financeira e Patrimonial,

Paulo Jorge da Conceição Henriques
(Diretor Adjunto)

Balço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POC		Exercícios	
		2014	2013
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios:		
51	Património	20 772 818,99	20 772 818,99
59	Resultados transitados	(5 446 807,26)	(5 444 982,15)
	Subtotal	15 326 011,73	15 327 836,84
88	Resultado líquido do exercício	(77 244,89)	(1 825,11)
	Total dos fundos próprios	15 248 766,84	15 326 011,73
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
2921	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	57 130,19	26 912,19
219+262+267/8	Outros credores	0,00	0,00
		57 130,19	26 912,19
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	2 875 310,08	3 011 866,40
274	Proveitos diferidos	4 223 563,64	4 240 999,01
		7 098 873,72	7 252 865,41
	Total do passivo	7 156 003,91	7 279 777,60
	Total dos fundos próprios e do passivo	22 404 770,75	22 605 789,33

O Conselho Diretivo,

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho

Maria Helena de Sousa Cordeiro

Carlos Manuel Matias Coimbra

Demonstração dos Resultados

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2014		2013	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo merc. vendidas e das mat. consumidas:				
	Matérias		74 519,20		79 917,79
62	Fornecimentos e serviços externos		6 100 378,15		6 065 019,43
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	16 864 122,73		19 222 195,17	
	Encargos sociais :				
644	Prémios para pensões	369 998,28		273 819,64	
645/8	Outros	6 384 115,19	23 618 236,20	5 734 186,58	25 230 201,39
66	Amortizações do exercício	328 755,79		465 164,32	
67	Provisões do exercício	0,00	328 755,79	0,00	465 164,32
65	Outros custos e perdas operacionais		10 447,79		31 501,79
	(A)		30 132 337,13		31 871 804,72
68	Custos e perdas financeiras:		2 012,50		3 842,94
	(C)		30 134 349,63		31 875 647,66
69	Custos e perdas extraordinários		1 055 296,09		184 899,56
	(E)		31 189 645,72		32 060 547,22
88	Resultado líquido do exercício		(77 244,89)		(1 825,11)
			31 112 400,83		32 058 722,11

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2014		2013	
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de produtos	1 789,85		3 181,84	
	Prestações de serviços	912 258,20	914 048,05	854 688,61	857 870,45
72	Impostos, taxas e outros		29 667,48		56 812,48
	Variação da produção		48 026,12		31 550,67
73	Proveitos suplementares		217 175,14		291 343,05
742/3/9	Transferências e subsídios correntes obtidos		29 553 208,83		28 549 326,31
	(B)		30 762 125,62		29 786 902,96
78	Proveitos e ganhos financeiros		0,00		0,00
	(D)		30 762 125,62		29 786 902,96
79	Proveitos e ganhos extraordinários		350 275,21		2 271 819,15
	(F)		31 112 400,83		32 058 722,11
	Resumo:				
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		629 788,49		(2 084 901,76)
	Resultados financeiros: (D)-(C-A)=		(2 012,50)		(3 842,94)
	Resultados correntes: (D)-(C)=		627 775,99		(2 088 744,70)
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		(77 244,89)		(1 825,11)

MAPAS DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL



Relatório e Contas | **2014**



Controlo Orçamental - Despesa

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			Desp. Func. Normal				
			F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS				
02 0 02 08 00	1011	010102	Órgãos Sociais	159 642,00	168 056,00	0,00	168 055,92
02 0 02 08 00	1011	010103	Pessoal dos quadros	8 976 204,00	10 670 643,00	0,00	10 670 642,16
02 0 02 08 00	1011	010107	Pessoal reg. tarefa ou avença	3 097 502,00	3 259 502,00	0,00	3 258 255,50
02 0 02 08 00	1011	010109	Pessoal em qualquer outra situação	101 578,00	100 468,00	0,00	100 467,67
02 0 02 08 00	1011	010111	Representação	371 254,00	388 290,00	0,00	388 289,43
02 0 02 08 00	1011	010112	Suplementos e prémios	1 420 094,00	1 548 251,00	0,00	1 548 250,16
02 0 02 08 00	1011	010113	Subsidio de refeição	825 885,00	674 546,00	0,00	674 545,17
02 0 02 08 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	1 210 231,00	2 362 282,00	0,00	2 362 281,38
02 0 02 08 00	1011	010202	Horas extraordinárias	7 032,00	280,00	0,00	279,26
02 0 02 08 00	1011	010204	Ajudas de custo	64 860,00	49 360,00	0,00	45 682,03
02 0 02 08 00	1011	010205	Abono para falhas	973,00	1 002,00	0,00	1 001,48
02 0 02 08 00	1011	010212	Indemnizações	0,00	1 250 985,00	0,00	1 250 983,66
02 0 02 08 00	1011	010213	Outros suplementos e prémios	22 225,00	19 929,00	0,00	19 928,21
02 0 02 08 00	1011	010301	Encargos com a saúde	323 555,00	156 302,00	0,00	156 301,99
02 0 02 08 00	1011	010305	Contribuições CGA	85 016,00	107 359,00	0,00	107 358,72
02 0 02 08 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	2 911 493,00	3 618 127,00	0,00	3 618 126,96
02 0 02 08 00	1011	010306	Ac. Serviço doenças prof.	1 000,00	3 650,00	0,00	1 014,39
02 0 02 08 00	1011	010308	Outras pensões	147 970,00	320 000,00	0,00	319 998,28
02 0 02 08 00	1011	010309	Seguros	910 765,00	754 765,00	0,00	740 795,26
02 0 02 08 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	101 578,00	15 578,00	0,00	13 539,49
02 0 02 08 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	53 800,00	42 070,00	0,00	19 922,91
02 0 02 08 00	1011	020108	Material de escritório	68 990,00	46 485,00	0,00	42 372,23
02 0 02 08 00	1011	020117	Ferramentas e utensílios	17 560,00	15 560,00	0,00	9 315,96
02 0 02 08 00	1011	020118	Livros e documentação técnica	25 840,00	25 840,00	0,00	24 389,09
02 0 02 08 00	1011	020201	Encargos das instalações	230 739,00	152 908,00	0,00	141 956,43
02 0 02 08 00	1011	020202	Limpeza e higiene	260 913,00	176 612,00	0,00	175 664,70
02 0 02 08 00	1011	020203	Conservação de bens	289 530,00	216 030,00	0,00	171 986,44
02 0 02 08 00	1011	020204	Locação de edifícios	260 785,00	273 620,00	0,00	270 787,64
02 0 02 08 00	1011	020205	Locação de material de informática	82 765,00	540 276,00	0,00	533 008,27
02 0 02 08 00	1011	020206	Locação de material de transporte	15 490,00	18 284,00	0,00	9 577,95
02 0 02 08 00	1011	020209	Comunicações	438 334,00	314 334,00	0,00	241 436,23
02 0 02 08 00	1011	020211	Representação dos serviços	15 490,00	32 490,00	0,00	28 466,90
02 0 02 08 00	1011	020212	Seguros	8 245,00	8 245,00	0,00	550,82
02 0 02 08 00	1011	020213	Deslocações e estadas	248 064,00	171 110,00	0,00	154 691,89
02 0 02 08 00	1011	020215	Formação	82 730,00	47 310,00	0,00	29 741,09
02 0 02 08 00	1011	020218	Vigilância e segurança	203 526,00	211 529,00	0,00	210 746,06
02 0 02 08 00	1011	020219	Assistência técnica	238 695,00	239 595,00	0,00	229 068,75
02 0 02 08 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	298 757,00	208 822,00	0,00	203 884,23
02 0 02 08 00	1011	020225	Outros serviços	86 615,00	24 615,00	0,00	13 310,71
02 0 02 08 00	1011	040802	Estágios profissionais	13 710,00	59 707,00	0,00	59 706,49
02 0 02 08 00	1011	060203	Outras despesas correntes	72 380,00	100 814,00	0,00	94 894,09
02 0 02 08 00	1011	070103	Edifícios	11 350,00	6 050,00	0,00	6 027,00
02 0 02 08 00	1011	070107	Equipamento de informática	114 494,00	172 904,00	0,00	170 442,88
02 0 02 08 00	1011	070109	Equipamento administrativo	0,00	20 466,00	0,00	18 770,51
			Subtotal 01	23 877 659,00	28 595 051,00	0,00	28 306 516,39

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
168 055,92	0,00	168 055,92	0,08	0,08	0,00	100,0%
10 670 642,16	0,00	10 670 642,16	0,84	0,84	0,00	100,0%
3 258 255,50	0,00	3 258 255,50	1 246,50	1 246,50	0,00	100,0%
100 467,67	0,00	100 467,67	0,33	0,33	0,00	100,0%
388 289,43	0,00	388 289,43	0,57	0,57	0,00	100,0%
1 548 250,16	0,00	1 548 250,16	0,84	0,84	0,00	100,0%
674 545,17	0,00	674 545,17	0,83	0,83	0,00	100,0%
2 362 281,38	0,00	2 362 281,38	0,62	0,62	0,00	100,0%
279,26	0,00	279,26	0,74	0,74	0,00	99,7%
45 682,03	0,00	45 682,03	3 677,97	3 677,97	0,00	92,5%
1 001,48	0,00	1 001,48	0,52	0,52	0,00	99,9%
1 250 983,66	0,00	1 250 983,66	1,34	1,34	0,00	100,0%
19 928,21	0,00	19 928,21	0,79	0,79	0,00	100,0%
156 301,99	0,00	156 301,99	0,01	0,01	0,00	100,0%
107 358,72	0,00	107 358,72	0,28	0,28	0,00	100,0%
3 618 126,96	0,00	3 618 126,96	0,04	0,04	0,00	100,0%
1 014,39	0,00	1 014,39	2 635,61	2 635,61	0,00	27,8%
319 998,28	0,00	319 998,28	1,72	1,72	0,00	100,0%
740 795,26	0,00	740 795,26	13 969,74	13 969,74	0,00	98,1%
13 539,49	0,00	13 539,49	2 038,51	2 038,51	0,00	86,9%
19 922,91	0,00	19 922,91	22 147,09	22 147,09	0,00	47,4%
42 372,23	0,00	42 372,23	4 112,77	4 112,77	0,00	91,2%
9 315,96	0,00	9 315,96	6 244,04	6 244,04	0,00	59,9%
24 389,09	0,00	24 389,09	1 450,91	1 450,91	0,00	94,4%
141 956,43	0,00	141 956,43	10 951,57	10 951,57	0,00	92,8%
175 664,70	0,00	175 664,70	947,30	947,30	0,00	99,5%
171 986,44	0,00	171 986,44	44 043,56	44 043,56	0,00	79,6%
270 787,64	0,00	270 787,64	2 832,36	2 832,36	0,00	99,0%
533 008,27	0,00	533 008,27	7 267,73	7 267,73	0,00	98,7%
9 577,95	0,00	9 577,95	8 706,05	8 706,05	0,00	52,4%
241 436,23	0,00	241 436,23	72 897,77	72 897,77	0,00	76,8%
28 466,90	0,00	28 466,90	4 023,10	4 023,10	0,00	87,6%
550,82	0,00	550,82	7 694,18	7 694,18	0,00	6,7%
154 691,89	0,00	154 691,89	16 418,11	16 418,11	0,00	90,4%
29 741,09	0,00	29 741,09	17 568,91	17 568,91	0,00	62,9%
210 746,06	0,00	210 746,06	782,94	782,94	0,00	99,6%
229 068,75	0,00	229 068,75	10 526,25	10 526,25	0,00	95,6%
203 884,23	0,00	203 884,23	4 937,77	4 937,77	0,00	97,6%
13 310,71	0,00	13 310,71	11 304,29	11 304,29	0,00	54,1%
59 706,49	0,00	59 706,49	0,51	0,51	0,00	100,0%
94 894,09	0,00	94 894,09	5 919,91	5 919,91	0,00	94,1%
6 027,00	0,00	6 027,00	23,00	23,00	0,00	-
170 442,88	0,00	170 442,88	2 461,12	2 461,12	0,00	98,6%
18 770,51	0,00	18 770,51	1 695,49	1 695,49	0,00	91,7%
28 306 516,39	0,00	28 306 516,39	288 534,61	288 534,61	0,00	99,0%

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial (2)	Dotações corrigidas (3)	Cativos ou congelamentos (4)	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados (5)
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 02 08 00	1011	010103	Pessoal dos quadros	294 596,00	720 050,00	0,00	720 050,00
02 0 02 08 00	1011	010112	Suplementos e prémios	44 554,00	40 000,00	0,00	40 000,00
02 0 02 08 00	1011	010113	Subsidio de refeição	84 835,00	80 000,00	0,00	80 000,00
02 0 02 08 00	1011	010202	Horas extraordinárias	9 645,00	0,00	0,00	0,00
02 0 02 08 00	1011	010204	Ajudas de custo	31 015,00	31 015,00	0,00	31 015,00
02 0 02 08 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	105 617,00	105 000,00	0,00	105 000,00
02 0 02 08 00	1011	010308	Outras pensões	51 715,00	50 000,00	0,00	50 000,00
02 0 02 08 00	1011	010309	Seguros	51 715,00	50 000,00	0,00	50 000,00
02 0 02 08 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	9 645,00	0,00	0,00	0,00
02 0 02 08 00	1011	020219	Assistência técnica	11 871,00	10 090,00	0,00	10 090,00
02 0 02 08 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	18 403,00	0,00	0,00	0,00
02 0 02 08 00	1011	060203	Outras despesas correntes	19 125,00	0,00	0,00	0,00
			Subtotal 02	732 736,00	1 086 155,00	0,00	1 086 155,00
			F.FIN. 280 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 02 08 00	1011	010103	Pessoal dos quadros	0,00	221 189,00	0,00	221 189,00
02 0 02 08 00	1011	010213	Prémios desempenho	0,00	20 179,00	0,00	20 178,85
02 0 02 08 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	0,00	100 000,00	0,00	100 000,00
02 0 02 08 00	1011	010309	Seguros	0,00	50 000,00	0,00	50 000,00
02 0 02 08 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	0,00	14 000,00	0,00	13 542,57
02 0 02 08 00	1011	020108	Material de escritório	0,00	25 000,00	0,00	6 336,13
02 0 02 08 00	1011	020201	Encargos das instalações	0,00	90 000,00	0,00	90 000,00
02 0 02 08 00	1011	020202	Limpeza e higiene	0,00	100 897,00	0,00	100 895,85
02 0 02 08 00	1011	020203	Conservação de bens	0,00	87 234,00	0,00	82 868,40
02 0 02 08 00	1011	020205	Locação de material de informática	0,00	90 268,00	0,00	0,00
02 0 02 08 00	1011	020213	Deslocações e estadas	0,00	209 500,00	0,00	138 478,60
02 0 02 08 00	1011	020219	Assistência técnica	0,00	59 000,00	0,00	11 271,88
02 0 02 08 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	0,00	90 000,00	0,00	90 000,00
			Subtotal 03	0,00	1 157 267,00	0,00	924 761,28
			Total Geral	24 610 395,00	30 838 473,00	0,00	30 317 432,67

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
720 050,00	0,00	720 050,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
40 000,00	0,00	40 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
80 000,00	0,00	80 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
31 015,00	0,00	31 015,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
105 000,00	0,00	105 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
10 090,00	0,00	10 090,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
1 086 155,00	0,00	1 086 155,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
221 189,00	0,00	221 189,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
20 178,85	0,00	20 178,85	0,15	0,15	0,00	100,0%
100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
13 542,57	0,00	13 542,57	457,43	457,43	0,00	96,7%
6 336,13	0,00	6 336,13	18 663,87	18 663,87	0,00	25,3%
90 000,00	0,00	90 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
100 895,85	0,00	100 895,85	1,15	1,15	0,00	100,0%
82 868,40	0,00	82 868,40	4 365,60	4 365,60	0,00	95,0%
0,00	0,00	0,00	90 268,00	90 268,00	0,00	0,0%
138 478,60	0,00	138 478,60	71 021,40	71 021,40	0,00	66,1%
11 271,88	0,00	11 271,88	47 728,12	47 728,12	0,00	19,1%
90 000,00	0,00	90 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
924 761,28	0,00	924 761,28	232 505,72	232 505,72	0,00	79,9%
30 317 432,67	0,00	30 317 432,67	521 040,33	521 040,33	0,00	98,3%

Controlo Orçamental - Receita

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar no Início Ano	Receitas Liquidadas
Orgânica	Func.	Económica					
Código	Código	Código	Descrição	(2)	(3)	(4)	(5)
Rec. Func. Normal							
F.FIN.110 RECEITAS GERAIS							
02 0 02 08 00	1011	0603010102	Transf. Correntes - O.E.	23 877 659,00	28 595 051,00	0,00	28 306 516,39
Subtotal 01				23 877 659,00	28 595 051,00	0,00	28 306 516,39
F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS							
02 0 02 08 00	1011	0402049902	Coimas e penalidades	18 214,00	26 849,00	0,00	29 667,48
02 0 02 08 00	1011	0701039902	Publicações e impressos	36 428,00	36 428,00	2 038,38	20 959,48
02 0 02 08 00	1011	0702029902	Serviços	637 496,00	667 037,00	136 812,10	992 452,21
02 0 02 08 00	1011	0801999902	Outras receitas correntes	72 857,00	138 666,00	12 225,47	211 129,46
02 0 02 08 00	1011	1601050202	Integração Saldo Gerência Anterior	0,00	249 434,00	0,00	249 434,23
Subtotal 02				764 995,00	1 118 414,00	151 075,95	1 503 642,86
F.FIN.280 RECEITA C/ T. SALDOS							
02 0 02 08 00	1011	0609019902	Transf. Correntes - U.E. Instituições	0,00	1 157 267,00	46 047,51	1 286 538,61
02 0 02 08 00	1011	1601050402	Integração Saldo Gerência Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal 03				0,00	1 157 267,00	46 047,51	1 286 538,61
Total Rec. Func. Normal				24 642 654,00	30 870 732,00	197 123,46	31 096 697,86
Total Geral				24 642 654,00	30 870 732,00	197 123,46	31 096 697,86

(continua)

Controlo Orçamental - Receita (continuação)

(Valores em euros)

Liquidações Anuladas (6)	Receitas cobradas brutas (7)	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida (10)=(7)-(9)	Receitas por cobrar no final do ano (11)=(4)+(5)-(6)-(7)	Grau de execução orçamental das receitas (12)=(10)/(3)*100
		Emitidos (8)	Pagos (9)			
0,00	28 306 516,39	0,00	0,00	28 306 516,39	0,00	99,0%
0,00	28 306 516,39	0,00	0,00	28 306 516,39	0,00	99,0%
0,00	29 667,48	0,00	0,00	29 667,48	0,00	110,5%
0,00	21 981,34	0,00	0,00	21 981,34	1 016,52	60,3%
0,00	818 728,53	0,00	0,00	818 728,53	310 535,78	122,7%
0,00	222 559,77	0,00	0,00	222 559,77	795,16	160,5%
0,00	249 434,23	0,00	0,00	249 434,23	0,00	100,0%
0,00	1 342 371,35	0,00	0,00	1 342 371,35	312 347,46	120,0%
0,00	1 159 373,91	0,00	0,00	1 159 373,91	173 212,21	100,2%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
0,00	1 159 373,91	0,00	0,00	1 159 373,91	173 212,21	100,2%
0,00	30 808 261,65	0,00	0,00	30 808 261,65	485 559,67	99,8%
0,00	30 808 261,65	0,00	0,00	30 808 261,65	485 559,67	99,8%

DEMONSTRAÇÃO
DOS FLUXOS
DE CAIXA



Relatório e Contas | **2014**



Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Recebimentos		
Capítulo	Grupo			
		Saldo da gerência anterior		12 997,89
		Execução orçamental		0,00
		De dot. Orç. OE	0,00	
		De receitas próprias	0,00	
		Na posse do Serviço	0,00	
		Na posse do Tesouro	249.434,23	
		De receita do Estado		0,00
		De operações de tesouraria		12 997,89
		Descontos em vencimentos e salários:		
		Receita do Estado	0,00	
		Receitas		39 350 875,20
1		Dotações orçamentais (OE)		28 306 516,39
		Orç. Funcionamento	28 306 516,39	
	0603010102	Transf. Correntes Orçamento do Estado	28 111 276,00	
	1003010102	Transf. Capital Orçamento do Estado	195 240,39	
1		Dotações orçamentais (Receitas Próprias)		2 501 745,26
		Receitas Próprias Correntes	2 501 745,26	
	04.02.04.99.02	Coimas e Penalidades	29 667,48	
	06.09.01.99.02	Transf. Correntes - U. E. Instituições	1 159 373,91	
	07.01.03.99.02	Publicações e Impressos	21 981,34	
	07.02.02.99.02	Serviços	818 728,53	
	08.01.99.99.02	Outras receitas correntes	222 559,77	
	16.01.05.02.02	Integração Saldo Gerência Anterior	249 434,23	
	16.01.05.04.02	Integração Saldo Gerência Anterior	0,00	
		Recebido do Tesouro em conta de Receitas Próprias		2 010 916,28
		Importâncias retidas para entrega ao Estado e Outras Entidades:		6 531 697,27
		Receita do Estado	4 129 986,07	
		Operações de Tesouraria	2 401 711,20	
		Descontos em Vencimentos e Salários:		
		Receita do Estado	3.772.903,00	
		Operações de Tesouraria	2.366.711,20	
		Total		39 363 873,09

Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Pagamentos	
Capítulo	Grupo		
		Despesas	39 353 464,56
		Despesas Orçamentais (OE)	28 306 516,39
1		Correntes e de Capital/Orç. Funcionamento	28 306 516,39
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	19 170 787,39
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 317 874,64
	01.03.	Segurança Social	4 957 135,09
	02.01.	Aquisição de Bens	96 000,19
	02.02.	Aquisição de Serviços	2 414 878,11
	04.	Estágios PEPAC	59 706,49
	06.	Outras Despesas Correntes	94 894,09
	07.	Aquisições bens capital	195 240,39
1		Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com ou sem transição dos saldos	2 010 916,28
		Correntes	2 010 916,28
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	1 061 239,00
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	51 193,85
	01.03.	Segurança Social	355 000,00
	02.01.	Aquisição de Bens	19 878,70
	02.02.	Aquisição de Serviços	523 604,73
	07.	Aquisições bens capital	0,00
		Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias	2 501 745,26
		Descontos em Vencimentos e Salários:	
		Receita do Estado	3.772.902,00
		Operações de Tesouraria	2.366.711,20
		Importâncias entregues ao Estado e O. Entidades:	6 534 286,63
		Receita do Estado	4 129 986,07
		Operações de Tesouraria	2 404 300,56
		Saldo para a gerência seguinte	10 408,53
		Execução orçamental	0,00
		De dot. orçamentais OE	0,00
		De receitas próprias	0,00
		Na posse do Serviço	0,00
		Na posse do Tesouro	490.828,98
		De receita do Estado	0,00
		De operações de tesouraria	10 408,53
		Descontos em vencimentos e salários:	
		Receita do Estado	0,00
		Total	39 363 873,09

ANEXOS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



Relatório e Contas | **2014**



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em euros)

8.1 - CARATERIZAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

8.1.1 Identificação, regime financeiro e outros elementos

O Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE, I. P.) é um instituto público de regime especial, nos termos da lei, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, com sede na Avenida de António José de Almeida, em Lisboa, tendo por missão a produção e divulgação da informação estatística oficial, promovendo a coordenação, o desenvolvimento e a divulgação da atividade estatística nacional.

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) a Lei Orgânica do INE (Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de agosto) foi revogada e foram publicados o Decreto-Lei nº 166/2007, - Lei Orgânica do INE e a Portaria nº 662-H/2007, de 31 de março, - Estrutura Orgânica do Instituto, os quais, entretanto, também foram revogados.

Atualmente estão em vigor: o Decreto-Lei nº 136/2012, de 2 de julho, que define a Lei Orgânica do INE e a Portaria nº 423/2012, de 28 de dezembro, que define os Estatutos do Instituto.

Na sequência da aprovação da Lei nº 32-B/2002, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2003), este Instituto perdeu a sua autonomia financeira, deixando de ser um Serviço Autónomo, para passar ao regime de Serviço com Autonomia Administrativa, a partir de 1 de janeiro de 2003, conforme estipulado no Artigo 3º do referido Diploma.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 54/2003, de 28 de março (Normas de execução do Orçamento do Estado para 2003), foi extinta a comissão de fiscalização do INE (Artigo 60º do citado Diploma), pelo que o presente relatório e contas não inclui parecer às contas emitido por esta comissão.

Dos factos acima referidos não resulta a necessidade de quaisquer alterações aos critérios contabilísticos, continuando a aplicar-se o POCP na preparação da informação contabilística a disponibilizar, que é comparável à informação disponibilizada no exercício anterior.

8.1.2 Legislação aplicável

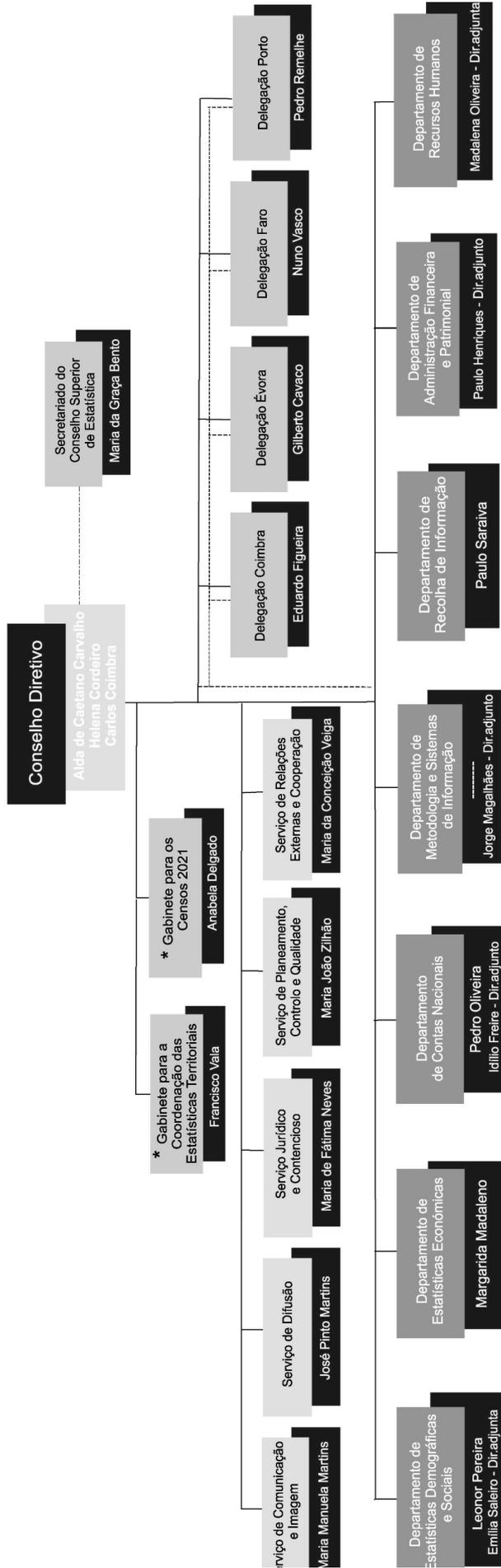
O INE foi criado pela Lei nº 1911, de 23 de maio de 1935, data em que foram pela primeira vez estabelecidos os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional. Desde então, quer a Lei Orgânica do INE, quer os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional mantiveram-se praticamente inalterados não obstante se ter verificado a publicação de numerosos diplomas legais.

Entre 1989 e 2008 a Lei nº 6/89, de 15 de abril, estabeleceu as bases gerais do Sistema Estatístico Nacional. Atualmente é a Lei nº 22/2008, de 13 de maio, que estabelece o enquadramento geral da atividade estatística nacional, definindo nomeadamente, os princípios fundamentais do Sistema Estatístico Nacional, a sua estrutura e as normas que o regem.

A Lei Orgânica do INE, entre 1989 e 2007, encontrava-se definida no Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de agosto e entre 2007 e 2012, no Decreto-Lei nº 166/2007, de 3 de maio.

Atualmente a Lei Orgânica do Instituto encontra-se definida no Decreto Lei nº 136/2012, de 2 de julho e a Portaria nº 423/2012, de 28 de dezembro, estabelece os Estatutos do INE.

8.1.3 Estrutura organizacional do INE e identificação dos responsáveis, à data de 31 de Dezembro de 2014



— Dependência hierárquica
 - - - Dependência técnico/funcional
 Dependência da Presidente do Conselho Diretivo do INE (Vice-presidente do CSE);

Nota:
 As Estatísticas de Preços no Consumidor estão integradas no Departamento de Contas Nacionais

* Equipa de Projeto

8.1.4 Descrição sumária das atividades

Este ponto encontra-se devidamente desenvolvido no relatório do Conselho Diretivo.

8.1.6 Organização contabilística

(a) O INE dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Manual de Planeamento e Controlo, Plano de Contas e Sistema de Contabilidade Analítica e Orçamental.

(b) A informação contabilística é disponibilizada mensalmente, no final da 1ª quinzena do mês seguinte a que se refere.

(c) Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extratos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.

(d) São elaboradas trimestralmente conciliações bancárias, tanto pela Tesouraria como pela Contabilidade Geral.

(e) As contas de terceiros são analisadas mensalmente.

(f) Existe inventário permanente para todas as existências.

(g) São feitos inventários físicos no final de cada exercício, cabendo ao Departamento de Administração Financeira e Patrimonial emitir as devidas instruções.

(h) Existe uma aplicação informática (GERFIP), de suporte à contabilidade, onde se encontram cadastrados todos os bens do ativo imobilizado.

(i) Existe controlo orçamental, com periodicidade mensal, baseado num sistema de contabilidade analítica e orçamental.

(j) A contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:

Informação Anual:

Conta de Gerência;
Relatório e Contas.

Informação Mensal:

Balancetes do Razão, geral e analítico;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por natureza;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por unidade orgânica;
Quadros do controlo orçamental de investimentos, por natureza;
Balancete de execução orçamental (Investimento e Funcionamento).

8.1.5 Recursos Humanos à data de 31 de Dezembro de 2014

CATEGORIA	Nº EFE-TIVOS	RELAÇÃO JUR. EMPREGO		UNIDADE ORGÂNICA																				
		QUADRO	TERMO CERTO	REQ./C.S.	O.SOC	JC	CI	PCQ	REC	DI	GC	GET	DES	DEE	DCN	DAFP	DRH	GRH	DMSI	DRI	SCSE	AC	DEL.	
																								DRH
Presidente e Vogais	3	0		3	3																			
Diretores Departamento	4	4										1	1	1						1				
Diretor Adjunto	5	5										1		1	1				1					
Chefes de Serviço	28	28			1	1	1	1	1			3	4	6	1	1			5	3				
Delegados	4	4																						4
Chefe de Núcleo	14	14							1					2						11				
Tec. Sup. Estatística	221	221				1	3	2	4	4	4	7	25	27	51			18	28	45	2	3		
Tec. Sup. Informática	50	50										2		1			3	41	2		1			
Out. Tec. Superiores	40	38			2	1		1	6			3	3	3	2	5	2	6	4	2				
Adjuntos de Estatística	172	172					2	1	9	1		6	18	13	1	5	3	17	92	2	1	1		
Administrativos	49	49			1	2	1		4			1		1	7	3		5	16	1				7
Tec. Prof. Informática	24	24							3			1	1		2		1	9	6					1
Out. Tec. Profissionais	41	40			1	2	1	1	7	1			1		2	2	6	3	12					1
Apoio Geral	15	15			2		3								7		1							2
TOTAIS	670	664	0	6	9	6	8	6	7	35	6	7	43	55	79	23	17	34	115	192	7	5	16	

8.1.7 Outra informação considerada relevante

- (a) Não existe órgão interno de auditoria.
- (b) Existem fundos fixos de caixa.
- (c) A maior parte das receitas cobradas são depositadas no mesmo dia. Excecionalmente, podem transitar para o dia seguinte. Observa-se, ainda, para grandes montantes, transferências bancárias.
- (d) Os valores em caixa são controlados periodicamente, emitindo-se relatório discriminativo dos montantes existentes, por espécie.
- (e) Existe centralização das compras. São realizadas através do Serviço de Logística do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial. Ocorrem, no entanto, situações muito pontuais de descentralização, especialmente a nível das Delegações do INE, no que se refere à aquisição de bens e serviços de utilização local.
- (f) Todas as compras são conferidas e controladas nos atos de receção.
- (g) Toda a faturação (recebida e emitida) é sistematicamente controlada pelos órgãos intervenientes.
- (h) Existe separação e segregação das funções de faturação, de registo e de controlo das contas correntes.
- (i) As folhas de vencimentos e salários são supervisionadas por pessoas diferentes das que as elaboram.
- (j) Os bens e direitos do INE estão convenientemente salvaguardados, quer por práticas de controlo interno quer através de seguros patrimoniais.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

8.2.1 Derrogações ao POCP

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro.

A informação referente ao presente exercício é, nos aspetos relevantes, comparável com a do ano anterior, apesar de, até 31 de dezembro de 1999, o INE ter preparado as suas contas em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste Anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

8.2.3 Principais políticas e critérios contabilísticos

(a) Especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

(b) Vendas e prestações de serviços

Estas rubricas refletem as receitas próprias do INE, provenientes das vendas de publicações e dos serviços prestados no âmbito dos diversos inquéritos realizados a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

(c) Proveitos suplementares

Esta rubrica reflete, essencialmente, os reembolsos de despesas efetuadas pelo INE no âmbito de deslocações ao estrangeiro, ações de cooperação e patrocínios recebidos.

(d) Subsídios à exploração e ao investimento

(di) Subsídios correntes obtidos – Orçamento de Funcionamento e de Investimento

Devido ao fato da atividade do Instituto ser financiada essencialmente pelo Orçamento do Estado, e este ser responsável por cobrir qualquer déficit financeiro e que qualquer superavit será deduzido a subsídios futuros, os proveitos são especializados tendo em consideração o acima referido por contrapartida da conta de Acréscimos e diferimentos. Assim, exceto quanto às situações que não originam movimentos de fundos, nomeadamente:

- Constituição, reforço e/ou anulações de provisões;
- Amortização, alienação e abate dos bens do imobilizado à data do balanço inicial, que tiveram como contrapartida Fundos próprios – Património; e
- Existências de Produtos acabados / Variação da produção

todos os outros custos são compensados no exercício com proveitos resultantes de transferências recebidas ou a receber do Estado ou de receitas próprias.

(dii) Outros subsídios

Os subsídios abaixo referidos são contabilizados em proveitos na proporção dos custos elegíveis incorridos:

- Contribuições financeiras provenientes de organismos da União Europeia, nomeadamente do EUROSTAT (Serviço de Estatística da Comissão Europeia (ver Nota 8.2.3 (h))); e
- Verbas provenientes de candidaturas a fundos comunitários (ver Nota 8.2.3 (h)).

(diii) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos em balanço na data da respetiva realização dos investimentos e são transferidos para proveitos durante o período de vida útil estimada do bem com que estão diretamente relacionados, na proporção dos montantes das reintegrações contabilísticas.

(e) Imobilizações corpóreas e amortizações

Os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, com exceção dos edifícios e terrenos adquiridos antes de 28 de agosto de 1989, os quais foram, a essa data, objeto de avaliação por parte de avaliador independente.

O INE utilizou, no exercício, para efeitos de cálculo de amortizações do imobilizado corpóreo, o previsto na Portaria nº 671/2000 (2ª série), de 17 de abril.

Dentro de cada rubrica, foram praticadas taxas compreendidas nos intervalos a seguir referidos:

Edifícios e outras construções	2 % - 25 %
Equipamento básico	10 % - 25 %
Equipamento de transporte	25 %
Ferramentas e utensílios	10 % - 25 %
Equipamento administrativo	8,33 % - 25 %
Equipamento de informática	10 % - 33,33 %
Outras imobilizações corpóreas	10 % - 33,33 %

(f) Existências e provisões para depreciação de existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo respectivo preço de aquisição. Como método de valorização das saídas é utilizado o preço médio.

Os produtos acabados e intermédios são valorizados ao preço de mercado, dado este ser inferior ao custo de produção.

A provisão para depreciação das existências tem por base de cálculo o ano de edição, uma vez que a procura recai sobre as publicações com dados mais recentes, utilizando-se as seguintes taxas:

- 95 % para publicações editadas há mais de 24 meses;
- 80 % para publicações editadas há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0 % para publicações editadas há menos de 12 meses.

Considera-se que a provisão assim calculada reflecte de forma adequada os riscos efetivos de perda possível.

(g) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas tem por base de cálculo o prazo médio de recebimento, utilizando-se as seguintes taxas:

- 100 % para créditos em mora há mais de 24 meses;
- 50 % para créditos em mora há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0 % para créditos em mora há menos de 12 meses.

O valor da provisão assim calculada é idêntico ao montante considerado necessário numa perspetiva de risco efetivo de cobrança.

(h) Acréscimos de proveitos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização dos proveitos relacionados com:

- As contribuições financeiras provenientes da Comissão Europeia, em função da periodização dos custos elegíveis para efeitos de justificação da contribuição; e
- Os financiamentos a receber de candidaturas a fundos comunitários no final de cada exercício, em função das despesas elegíveis para o período.

(i) Proveitos diferidos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização:

- dos subsídios ao investimento e à exploração conforme descrito na Nota 8.2.3 (d) acima; e
- da parte dos serviços prestados faturados e ainda não prestados (ver Nota 8.2.39 (c)).

(j) Complemento para Pensão de Reforma

Em 21 de dezembro de 1999, o INE procedeu à constituição de um fundo de pensões fechado e de contribuição definida a favor dos seus empregados. Assim, as contribuições anuais ou extraordinárias que foram feitas para o fundo foram registadas em custos do exercício em que ocorreram.

Em 30 de abril de 2001, o fundo de pensões foi alterado, tendo passado de contribuição definida, para benefícios definidos, sendo registado em custos do exercício o valor entregue ao Fundo, o qual, grosso modo, corresponde ao aumento das responsabilidades pelo complemento das pensões de reforma (ver Nota 8.2.39 (e)).

8.2.7 Movimentos no ativo imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

ACTIVO BRUTO					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos	13.744.806,64	0,00	0,00	0,00	13.744.806,64
Edifícios e outras construções	9.803.741,43	6.027,00	(4.374,00)	0,00	9.805.394,43
Equipamento básico	1.193.283,46	0,00	(156.214,68)	0,00	1.037.068,78
Equipamento de transporte	384.555,39	0,00	(38.329,53)	0,00	346.225,86
Ferramentas e utensílios	140.369,76	0,00	0,00	0,00	140.369,76
Equipamento administrativo	15.719.822,89	189.213,39	(230.501,94)	0,00	15.678.534,34
Outras imobilizações corpóreas	14.846,64	0,00	0,00	0,00	14.846,64
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	41.001.426,21	195.240,39	(429.420,15)	0,00	40.767.246,45

AMORTIZAÇÕES					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	4.574.711,76	182.120,63	(4.374,00)	0,00	4.752.458,39
Equipamento básico	1.181.601,46	2.548,80	(156.214,68)	0,00	1.027.935,58
Equipamento de transporte	384.555,39	0,00	(38.329,53)	0,00	346.225,86
Ferramentas e utensílios	130.488,38	2.500,84	0,00	0,00	132.989,22
Equipamento administrativo	15.364.337,09	141.585,52	(230.501,94)	0,00	15.275.420,67
Outras imobilizações corpóreas	8.803,06	0,00	0,00	0,00	8.803,06
Totais	21.644.497,14	328.755,79	(429.420,15)	0,00	21.543.832,78

8.2.8 Mapa de reintegrações e amortizações (ver Nota 8.2.3 (e))

Encontra-se disponível no Departamento de Administração Financeira e Patrimonial, deste Instituto, a informação referente a este ponto. Dado ser um documento muito extenso e como a informação global já se encontra devidamente detalhada nos quadros acima, optou-se por não incluir o mencionado mapa (ver Nota 8.2.7).

8.2.12 Outras informações relativas ao imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

As imobilizações estão afetas, na totalidade, à atividade do INE.

8.2.24 Valores a pagar e a receber do pessoal

Em 31 de dezembro de 2014 as responsabilidades assumidas com o pessoal ascendem a cerca de 2.871.756,48 (2013: 3.005.974,41) e correspondem às férias e respetivos encargos vencidos em 2014 e a pagar em 2015 encontrando-se registados em acréscimos de custos.

Em 31 de dezembro de 2014 o valor a receber do pessoal ascende a 2.580,00 (2013: 4.660,00) e corresponde, na sua totalidade, a adiantamentos com deslocações.

8.2.31 Movimento das provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para depreciação de existências	299.644,46	71.079,14	0,00	370.723,60
Subtotal	299.644,46	71.079,14	0,00	370.723,60
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	299.644,46	71.079,14	0,00	370.723,60

As movimentações das contas de provisões para cobranças duvidosas e depreciação de existências são efetuadas de acordo com o referido nas Notas 8.2.3 (g) e 8.2.3 (f), respetivamente.

8.2.32 Movimentos ocorridos no exercício em rubricas de fundos próprios

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Património	20.772.818,99	0,00	0,00	20.772.818,99
Resultados transitados	(5.444.982,15)	0,00	(1.825,11)	(5.446.807,26)
Resultado líquido do exercício:				
2013	(1.825,11)	1.825,11	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	(77.244,89)	(77.244,89)
Totais	15.326.011,73	1.825,11	(79.070,00)	15.248.766,84

As variações ocorridas por aplicação do resultado do exercício têm origem em despacho específico do Ministro da Tutela, no âmbito do processo de aprovação das contas daquele exercício.

O saldo da rubrica Património, no montante de 20.772.818,99, corresponde à diferença que foi apurada com referência a 28 de agosto de 1989, entre o valor do conjunto dos bens e direitos e das obrigações, determinados com base nos inventários, avaliações e registos disponíveis, à data da transformação do INE em Instituto Público.

O Resultado líquido do exercício e em conformidade com o referido na Nota 8.2.3 (di) resulta dos seguintes factos:

Amortizações do exercício de bens não subsidiados	(54.867,77)
Abates no exercício de bens não subsidiados	0,00
Constituição, aumentos e/ou reduções de Provisões	(71.079,14)
Variação da Produção	48.026,12
Outras situações	675,90
Resultado líquido do exercício	(77.244,89)

8.2.33 Demonstração do custo das matérias consumidas

Movimento de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Existências iniciais	119.276,48
Compras	76.782,01
Regularização de existências	(1.586,91)
Existências finais	(119.952,38)
Custos no exercício	74.519,20

8.2.34 Demonstração da variação de produção

Movimento de Produtos acabados e intermédios	
Existências finais	401.326,53
Existências iniciais	(353.300,41)
Aumentos/Reduções no exercício	48.026,12

8.2.37 Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2014	2013		2014	2013
681 - Juros suportados	0,00	0,00	781 - Juros obtidos	0,00	0,00
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	18,91	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
688 - Outros custos e perdas financeiros	2.012,50	3.824,03	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Resultados financeiros	(2.012,50)	(3.842,94)			
	0,00	0,00		0,00	0,00

8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2014	2013		2014	2013
692 - Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792 - Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693 - Perdas em existências	2.918,52	2.017,43	793 - Ganhos em existências	2.302,79	970,51
694 - Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794 - Ganhos em imobilizações	420,00	300,00
696 - Aumentos de amortizações e provisões	71.079,14	0,00	796 - Reduções de amortizações e provisões	0,00	1.646,66
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	26.312,54	182.881,41	797 - Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	4.804,07
698 - Outros custos e perdas extraordinários	954.985,89	0,72	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários (a)	347.552,42	2.264.097,91
Resultados extraordinários	(705.020,88)	2.086.919,59			
	350.275,21	2.271.819,15		350.275,21	2.271.819,15

(a) A rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de 273.888,02 (2013: 410.296,55) referente ao valor dos subsídios ao investimento transferido para proveitos, conforme descrito na Nota 8.2.3 (diii) (Ver também Nota 8.2.39 (c)).

8.2.39 Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**(a) Outros devedores**

Rubricas	2014	2013
EUROSTAT	173.583,57	52.355,00
Pessoal	2.580,00	4.660,00
Outros (Inclui Saldo da Gerência Anterior na posse do Tesouro)	490.828,98	249.434,23
Totais	666.992,55	306.449,23

(b) Acréscimos de proveitos (ver Nota 8.2.3 (h))

Rubricas	2014	2013
Comissão Europeia/Eurostat	1.162.678,27	953.224,15
Outros acréscimos de proveitos	72.380,40	953.382,49
Totais	1.235.058,67	1.906.606,64

(c) Proveitos diferidos (ver Nota 8.2.3 (i))

Rubricas	2014	2013
Subsídios ao investimento (ver Nota 8.2.3 (diii))	4.125.202,14	4.203.849,77
Comissão Europeia/Eurostat (ver Nota 8.2.3 (dii))	98.361,50	37.149,24
Outros proveitos diferidos	0,00	0,00
Totais	4.223.563,64	4.240.999,01

A rubrica de subsídios ao investimento decompõe-se como segue, por contas do imobilizado:

Rubricas	2014	2013
Terrenos	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	3.699.531,16	3.820.757,02
Equipamento básico	9.133,20	11.682,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios	7.380,54	9.881,38
Equipamento administrativo	403.113,66	355.485,79
Outras imobilizações corpóreas	6.043,58	6.043,58
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Totais	4.125.202,14	4.203.849,77

A variação no exercício de subsídios ao investimento é a seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2013	4.203.849,77
Reforço (OF)	195.240,39
Valor transferido para proveitos do exercício (ver Notas 8.2.3 (dii) e 8.2.38)	(273.888,02)
Outras reduções, por abates	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	4.125.202,14

(d) Transferências e subsídios correntes obtidos

O valor das transferências e dos subsídios correntes obtidos evidenciado na Demonstração dos resultados engloba montantes com origens diferenciadas (ver Nota 8.2.3 (di) e (dii)), como segue:

Rubricas	2014	2013
Orçamento de Funcionamento	28.111.276,00	27.219.279,39
Orçamento do PIDDAC	0,00	0,00
Comissão Europeia/Eurostat	1.441.932,83	1.330.046,92
Totais	29.553.208,83	28.549.326,31

(e) Complemento de pensões de reforma

Conforme referido na Nota 8.2.3 (j) o INE assumiu em abril de 2001 responsabilidades pelo pagamento de complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Este plano é aplicável aos empregados no ativo, que sejam reformados à idade normal da reforma, os quais terão direito a uma pensão mensal vitalícia, não atualizável correspondente a 10% da remuneração base mensal líquida auferida à data da reforma. Caso o empregado seja considerado total e permanentemente inválido antes da data normal de reforma, e cumpridos os requisitos previstos no período de carência, o plano garante o pagamento de uma pensão vitalícia, pagável mensalmente, calculada com a seguinte fórmula:

$$PM = 40\% \times (1 - (X - 20) / 45) \times RML$$

X – idade do participante na data da reforma

RML = Remuneração base mensal líquida

Os estudos atuariais efetuados por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas, utilizaram o método da Unidade projetada e tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2014	2013
Tábua de mortalidade	TV 88/90 (-1)	TV 88/90 (-1)
Tábua de invalidez	75% EVK 80	75% EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2%	2%
Taxa de crescimento das pensões	0%	0%

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a cobertura das responsabilidades pelos ativos do Fundo que lhes estão afetos, era como segue:

	2014	2013
Valor atual das responsabilidades por serviços passados	5.764.050,00	5.060.095,00
Valor patrimonial do Fundo	5.823.432,00	5.299.845,00
Excesso/Insuficiência de cobertura	59.382,00	239.750,00

A variação nas responsabilidades por serviços passados decompõem-se como segue:

Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2013	5.060.095,00
Custo dos serviços correntes	192.329,00
Custos dos juros	201.641,00
Ganhos/Perdas Atuariais	348.144,0
Benefícios Pagos	(38.159,00)
Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2014	5.764.050,00

Também, conforme referido na Nota 8.2.3 (j), o INE registou em custos dos exercícios os montantes entregues ao Fundo para cobertura das responsabilidades, cujo valor não difere de forma significativa do custo do exercício calculado em conformidade com o previsto na Diretriz Contabilística nº 19.

Alterações Orçamentais - Despesa

(Valores em euros)

Código (1)	Classificação económica (2) Descrição	Dotações iniciais (3)			Alterações orçamentais			Reposições abatidas aos pagamentos (8)	Dotações corrigidas (9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)+(8)	Observações (10)
		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)	Modificações na redacção da rubrica (7)	Reforços (4)	Anulações (5)			
	Disp. Func. Normal									
01.01.	F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS	16 162 390,00								
	Remun. certas e permanentes		4 537 000,00	-1 527 352,00			0,00	0,00	19 172 038,00	
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	95 090,00	1 251 014,00	-24 548,00			0,00	0,00	1 321 556,00	
01.03.	Segurança social	4 481 377,00	1 586 603,00	-1 092 199,00			0,00	0,00	4 975 781,00	
02.	Aq. bens e serviços correntes	2 926 868,00	1 178 098,00	-1 339 231,00			0,00	0,00	2 765 735,00	
04.	Estagiários PEPAC	13 710,00	46 890,00	-893,00			0,00	0,00	59 707,00	
06.	Outras despesas correntes	72 380,00	60 000,00	-31 566,00			0,00	0,00	100 814,00	
07.	Aq. bens capital	125 844,00	122 900,00	-49 324,00			0,00	0,00	199 420,00	
	Subtotal 01	23 877 659,00	8 782 505,00	-4 065 113,00			0,00	0,00	28 595 051,00	
	F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS									
01.01.	Remun. certas e permanentes	423 985,00	72 035,00	0,00			353 419,00	0,00	849 439,00	
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	40 660,00	0,00	-9 389,00			0,00	0,00	31 271,00	
01.03.	Segurança social	218 692,00	0,00	-9 645,00			0,00	0,00	209 047,00	
02.	Aq. bens e serviços correntes	30 274,00	0,00	-13 692,00			0,00	0,00	16 582,00	
06.	Outras despesas correntes	19 125,00	0,00	-20 184,00			0,00	0,00	-1 059,00	
07.	Aq. bens capital	0,00	0,00	-19 125,00			0,00	0,00	-19 125,00	
	Subtotal 02	732 736,00	72 035,00	-72 035,00			353 419,00	0,00	1 086 155,00	
	F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS									
01.01.	Remun. certas e permanentes	0,00	321,00	0,00			220 868,00	0,00	221 189,00	
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	0,00	20 500,00	-321,00			0,00	0,00	20 179,00	
01.03.	Segurança social	0,00	0,00	0,00			150 000,00	0,00	150 000,00	
02.	Aq. bens e serviços correntes	0,00	0,00	-20 500,00			786 399,00	0,00	765 899,00	
06.	Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	
	Subtotal 03	0,00	20 821,00	-20 821,00			1 157 267,00	0,00	1 157 267,00	
	Total	24 610 395,00	8 875 361,00	-4 157 969,00			1 510 686,00	0,00	30 838 473,00	

Alterações Orçamentais - Receita

(Valores em euros)

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Código (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
Receitas Func. Normal							
F.FIN.110 RECEITAS GERAIS		23 877 659,00	0,00	4 717 392,00	0,00	28 595 051,00	
06.03.01.01.02	Tranf. Correntes - O.E.	23 877 659,00	0,00	4 717 392,00	0,00	28 595 051,00	
Subtotal 01							
F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS		18 214,00	8 635,00	0,00	0,00	26 849,00	
04.02.04.99.02	Coimas e penalidades	36 428,00	0,00	0,00	0,00	36 428,00	
07.01.03.99.02	Publicações e impressos	637 496,00	29 541,00	0,00	0,00	667 037,00	
07.02.02.99.02	Serviços	72 857,00	65 809,00	0,00	0,00	138 666,00	
08.01.99.99.02	Outras receitas correntes	0,00	249 434,00	0,00	0,00	249 434,00	
	Integração Saldo Gerência Anterior	764 995,00	353 419,00	0,00	0,00	1 118 414,00	
Subtotal 02							
F.FIN.260 RECEITA C/ T. SALDOS		0,00	1 157 267,00	0,00	0,00	1 157 267,00	
06.09.01.99.02	Tranf. Correntes - U.E. Instituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Integração Saldo Gerência Anterior	0,00	1 157 267,00	0,00	0,00	1 157 267,00	
Subtotal 03							
Total		24 642 654,00	1 510 686,00	4 717 392,00	0,00	30 870 732,00	

Transferências Correntes - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Fonte de Financiamento 111		
Lei do Orçamento de Estado para 2014 - Orç. Funcionamento	28 395 631,00	28 111 276,00
Lei do Orçamento de Estado para 2014 - CAPº 50º (PIDDAC)	0,00	0,00
TOTAL	28 395 631,00	28 111 276,00

Transferências de Capital - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Fonte de Financiamento 111		
Lei do Orçamento de Estado para 2014 - Orç. Funcionamento	199 420,00	195 240,39
Lei do Orçamento de Estado para 2014 - CAPº 50º (PIDDAC)	0,00	0,00
TOTAL	199 420,00	195 240,39

Subsídios Obtidos

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Subsídios recebidos (3)	Subsídios previstos e não recebidos (4)
Subvenções com o EUROSTAT	Apoio de projectos para obtenção de informação estatística harmonizada entre Estados Membros	1 159 373,91	0,00
	TOTAL	1 159 373,91	0,00